



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL**

CAROLINE KRÜGER GUIMARÃES

**PRESÍDIO DE FRONTEIRA: REINTEGRAÇÃO SOCIAL DAS
DETENTAS NO SISTEMA CARCERÁRIO EM CORUMBÁ/MS**

**CORUMBÁ - MS
2014**

CAROLINE KRÜGER GUIMARÃES

**PRESÍDIO DE FRONTEIRA: REINTEGRAÇÃO SOCIAL DAS
DETENTAS DO SISTEMA CARCERÁRIO EM CORUMBÁ/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Gestão do Território

Orientador: Milton Augusto Pasquotto
Mariani

**CORUMBÁ - MS
2014**

CAROLINE KRÜGER GUIMARÃES

**PRESÍDIO DE FRONTEIRA: REINTEGRAÇÃO SOCIAL DAS
DETENTAS DO SISTEMA CARCERÁRIO EM CORUMBÁ/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Aprovado em 25 / 06 / 2014, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

1º avaliador

Dra. Adriane Pires Batiston
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

2º avaliador

Tito Machado de Oliveira
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

AGRADECIMENTOS

Nestes três anos de imersão no Sistema penitenciário de Corumbá, desde Junho de 2011, quando dei os primeiros passos na construção do anteprojeto de pesquisa, até hoje, muitas pessoas passaram, contribuíram e marcam minha vida, mesmo sabendo que palavras não poderiam descrever, quero deixar aqui meu profundo agradecimento a elas:

À Deus, meu Pai amoroso, que sempre esteve presente em minha vida, e que se fez real em cada instante na trajetória desta pesquisa.

Ao Mestrado em Estudos Fronteiriços por ampliar as minhas fronteiras, se dedicando ao conhecimento, ensino e pesquisa. Marcaram meus dias, minha visão e certamente, meu futuro.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani, fiel amigo, que como um pai, chorou e sorriu comigo. Mesmo residindo em outra cidade, em todo tempo, se fez presente. Divido o pódio contigo. Quando tiver o privilégio de orientar alguém, serão os teus passos que seguirei.

A FUNDECT, pelo apoio e bolsa de pesquisa, que se fez fundamental para o alcance dos objetivos desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Luiz Fernando Galvão, peça fundamental nesta engrenagem tão complexa que é o Sistema Carcerário, pelo incentivo, cuidado em aconselhamento e direção.

Ao Prof. Dr. Tito Machado de Oliveira, que com grande carinho norteava-me, respondendo os e-mails com rapidez, sempre disposto a me ajudar nos meus questionamentos e me orientar no encontro de respostas.

Ao Diretor Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa, que com tamanha simplicidade, ensina com paixão a complexidade da pesquisa. Minha inspiração na vida acadêmica. Aquele que sem perceber, mudou o trajeto do meu ser.

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, que em todas minhas desventuras no mestrado, sejam elas técnicas ou da vida, me fez permanecer, me fazendo crer na importância que meu estudo teria. Do primeiro ao último dia, dentro do programa Mestrado em Estudos Fronteiriços, participou da minha vida acadêmica, me incentivando a entrar e me impulsionando a concluir.

Aos professores do Mestrado em Estudos Fronteiriços, por partilhar seus conhecimentos, suas vivências e com empenho exercerem suas profissões, não como meros trabalhadores, mas com amor demonstrado, fazendo-nos alcançar a formação acadêmica com um olhar único para a fronteira.

Aos meus colegas de mestrado, por compartilhar seus avanços, suas paradas, sua pesquisa, sua vida. Ficou na história, cada momento que estivemos juntos, nas aulas, nas caronas, nos e-mails, telefonemas. Posso dizer que fui agraciada por conviver com pessoas tão especiais.

A Me. Ramona Trindade Ramos Dias, amiga querida, que em tantos momentos me cedeu seu tempo e ouvidos, sempre retornando com conselhos preciosos. Carinho materno é pouco, você é muito mais, fidedigna coluna, aparentemente singela, mas poderosamente eficaz na UFMS/ Câmpus do Pantanal.

A Prof^a. Esp. Elaine Garcia dos Santos, meu incentivo primo na vida acadêmica, aquela que viu em mim, o que os meus olhos não contemplavam. Foi e sempre será uma mãe. O seu sorriso, as suas palavras, fomentaram-me ir além. Você conquistou o que titulação alguma poderia lhe atribuir, o coração de uma geração que te ama e tem como estro da Ciência Administrativa.

Embora não mencione seus nomes, quero deixar registrado minha imensa gratidão aos diretores: da AGEPEN-MS, do EPFCAJG, do Patronato Penitenciário de Corumbá, como também aos responsáveis pela parceria com o Patronato, na Prefeitura Municipal de Corumbá, e a toda a equipe de funcionários, psicólogos, assistentes sociais, agentes, que tornaram possível esta pesquisa.

As mulheres ligadas ao Sistema Prisional, pessoas maravilhosas, exemplos de recomeço. Abriram suas histórias, seus corações e seus sonhos. Nunca me esquecerei de vocês. Cada rostinho, cada minutinho que passamos juntas, cooperaram para me fazer melhor. Esta dissertação é fruto das muitas conversas que tivemos.

A minha vizinha e amiga, Prof^a. Me. Silvia Adriana Rodrigues, pelo ouvido atento, em tempo e fora de tempo, sempre com sugestões precisas.

Ao Missionário Ricardo e a cada integrante da ONG Expedição Mochila, pelo exemplo de vida e de amor dado a cada pequenino e grandinho, que de tantas formas são alcançados pelo maravilhoso trabalho de vocês. Obrigada por desbravarem o caminho na *Carceleta Bahia*, abrindo as portas para que eu pudesse entrar.

A Primeira Igreja Batista, igreja incansável, missionária, sonhadora, que batalha e se doa. A proposta de ação seria só papel se não fosse a fundamental colaboração de vocês. Com certeza, fruto do amor do Senhor Jesus em seus corações, e da entrega diária dos seus pastores, em especial Pr. Altair & Pra. Norma e Pr. Ronaldo & Pra. Tatiane, que me acompanharam incondicionalmente nesta trajetória.

Ao Ministério ABBA, tecido por mulheres forjadas em lágrimas, que sabem que o mais alto patamar que podemos alcançar nesta vida está em compartilhar amor. É maravilhoso saber, que estes projetos não morrerão, porque também estão no coração de geradoras de vida.

Ao Ministério JÁ - Jovem e Adolescente, que têm marcado sua geração, saindo da média, avançando para o alvo, para o prêmio da soberana vocação em Cristo Jesus. Vocês são um bálsamo em minha vida, ministros da fé, pois com suas histórias tem demonstrado que é possível não sucumbir em um mundo mal, em especial a Larissa e Kariny, pela companhia, não apenas durante as idas a Bolívia, mas durante muitos outros momentos onde compartilharam de minhas preocupações e anseios nesta pesquisa.

A minha amada avó, preciosa Mosa, não poderia deixar de agradecer a você, pelo exemplo em amar, cuidar e servir. Suas mãos, seu sorriso, seus beijos, formataram em mim, um modo especial de viver, herança sua em meu ser.

Aos meus pais, Krüger (in memorian) e minha mãe Beti, pela proteção e amor, por semearem em minha vida os princípios que frutifico hoje. Em especial a minha virtuosa mãe, que de uma visita em minha casa, pela paixão pela causa social, acabou engendrando comigo por um ano no campo de pesquisa, participando das mais intrigantes aventuras, lendo livros sobre o mundo do cárcere, me incentivando e questionando. És minha fiel escudeira nos terrenos mais arenosos da vida. A inspiração da minha existência.

Aos meus amados irmãos, André e Marcos, que sempre demonstraram profundo carinho para comigo. E ao meu querido irmão Rafael, defensor ferrenho das causas políticas e sociais desde a infância, que com profundo entusiasmo testemunha, que mesmo que tudo pareça contrário, devemos lutar.

A minha família, que mesmo longe me alcança com seu amor, sua preocupação, sei que a minha vitória é a de vocês.

Ao avô Ênio, avó Leia, minha sogra Lene e cunhado Márcio, que nos receberam de uma forma extremamente amorosa, nos apoiaram absolutamente nos primeiros três meses em Corumbá, em que residimos em sua casa.

E a todos, que direta ou indiretamente se fizeram presentes em minha caminhada, que de perto ou de longe, dos mais diversos modos, me ajudaram, apoiaram e me incentivaram.

Finalizo agradecendo aquele que posso contar em todas as horas, meu esposo Fábio, que sempre está ao meu lado, me apoiando, aconselhando, protegendo, amando. Se pudesse de novo escolher, com certeza escolheria você, eternamente te amo.

RESUMO

A intensificação das ações de combate ao tráfico de drogas faz aumentar a quantidade de presos na cidade de Corumbá. Nesta localidade, o desafio da reintegração social, não é simplesmente incluir o “semelhante”, mas o “semelhante estrangeiro” preso em território nacional. Neste sentido, a proposta de realização de uma dissertação que trate da reintegração social de detentas em território fronteiriço visa, entre outras, o aprofundamento da pesquisa que considere o diferencial da população carcerária feminina de um presídio de fronteira. Desta forma, a presente pesquisa teve como objetivo central investigar o processo de reintegração social de presidiárias do Sistema Carcerário em Corumbá-MS, detectando as condições de reintegração das presidiárias e verificando a existência de trabalhos que visem à reintegração de detentas à sociedade. A metodologia de trabalho adotada foi qualitativa, exploratória e descritiva. O processo investigatório foi conduzido através de uma pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários, análise documental, técnica de observação sobre o ambiente e aplicação de entrevistas e questionários estruturados. Observou-se que a trajetória no cárcere, tendo início no ato de prisão, passando pela dura entrada no presídio, através do *corró*, o isolamento crônico na vivência até a progressão de regime, e assim a permanência nas condições insalubres e superlotadas do semiaberto, se mostraram reverberar em duas situações distintas: a primeira se manifesta através da interdependência, em geral, nos relacionamentos interpessoais das internas. Já a segunda, se encontra na ruptura dos vínculos familiares e na dependência de drogas. Verificando o cenário no Sistema Prisional respectivo a existência de trabalhos que visem à reintegração de detentas à sociedade no regime fechado, constatou-se que a escola (ensino fundamental) não tem vagas suficientes para a demanda prisional e, quando são oferecidos cursos profissionalizantes, as vagas se dão de forma seletiva, sendo diminuto o número de mulheres que realizaram cursos que poderiam ajudar no mercado de trabalho. Relativo à existência de trabalhos externos ao presídio para reintegração social, o convênio entre Patronato Penitenciário e Prefeitura Municipal, se apresenta como único termo de cooperação com esta finalidade. A respeito dos resultados, a segregação permanece, pois só em torno de 50% das apenadas são alcançadas pelo convênio, as demais ficam a deriva. Segundo levantamento, as mulheres de condições economicamente desfavoráveis, se não conseguem emprego, tendem a se prostituir ou voltar a “levar a droga”. Há uma dificuldade nas empresas em abrirem as portas para a egressa, pois o estigma de ex-presa é rotulado como desviante, limitando as oportunidades trabalhistas e socioeconômicas. Percebe-se que, a necessidade de fomentação de estratégias de enfrentamento social para a reintegração de apenadas na região em estudo, precisa pontuar alguns diferenciais, tais como: a taxa de estrangeiras no EPFCAJG (41%) é aproximadamente o dobro da taxa nos presídios femininos no Brasil (21%); enquanto no Brasil as presas por tráficos de drogas são predominantes (61%), em Corumbá, este índice é quase que absoluto (96%); relativo ao número de mulheres presas, comparativamente ao total de presos, em Corumbá (23%), é cerca de quatro vezes maior, que o mesmo índice na nação (6%). Assim, as condições de reintegração social da mulher brasileira presa na fronteira tornam-se extremamente intrincadas. E da mulher estrangeira, praticamente nula, pois ela tende a passar anos em reclusão nesta localidade, antes do seu julgamento, possuindo relações interpessoais dificultadas, notícias de seus familiares não constantes, comunicação escassa, e nenhum auxílio pós-reclusão para trabalho no território brasileiro e, muito menos, para retorno ao seu país de origem. Os resultados finais deste estudo, evidenciam a possibilidade de implementação de uma rede de cooperação para inclusão social de mulheres oriundas do sistema prisional na fronteira.

Palavras-chave: Fronteira, Reintegração Social, Detentas.

RESUMEN

La intensificación de la lucha contra el narcotráfico se incrementará el número de presos en la ciudad de Corumbá. En este lugar, el reto de la reinserción social, no es simplemente incluir el "similar" pero "similar extranjero" atrapado en el país. En este sentido, la propuesta de preparar una tesis que se ocupa de la reinserción social de los reclusos en las zonas fronterizas tiene como objetivo, entre otros, la investigación adicional para considerar el diferencial de las reclusas de una cárcel de la frontera. De este modo, el presente estudio fue investigar el proceso central de la reinserción social de los presos en la cárcel de Sistema Corumbá-MS, la detección de las condiciones para la reinserción de los presos y la comprobación de las obras destinadas a la reinserción de los reclusos en la sociedad. La metodología adoptada fue de tipo cualitativo, exploratorio y descriptivo. El proceso de investigación se llevó a cabo a través de una revisión de la literatura, la recopilación de datos secundarios, análisis de documentos, la técnica de observación sobre el medio ambiente y la aplicación de entrevistas y cuestionarios estructurados. Se observó que la trayectoria en la cárcel, que comienza en el momento de la detención, a través desagradable en la cárcel, a través de lo corré, el aislamiento crónico en vivir de acuerdo con la progresión de régimen, y así mantenerse en condiciones insalubres y de hacinamiento de semi-abierta, demostró repercutir en dos situaciones distintas: la primera se manifiesta a través de la interdependencia en las relaciones interpersonales internas generales. La segunda, es la interrupción de los lazos familiares y la toxicomanía. Comprobación de la situación en las prisiones de sus puestos de trabajo de existencia destinadas a la reinserción de los reclusos en la sociedad en régimen cerrado, se encontró que la escuela (escuela primaria) no tiene suficientes puestos de trabajo para la prisión y la demanda, cuando se ofrecen cursos de formación profesional, la vacantes se producen de forma selectiva, con miniatura del número de mujeres que tienen cursos que podrían ayudar en el mercado laboral. Sobre la existencia de trabajo externo a la prisión para la reinserción social, el acuerdo entre el empleador y la Penitenciaría del Ayuntamiento, se presenta como una sola cooperación a largo plazo para este fin. En cuanto a los resultados, la segregación sigue siendo, ya que sólo alrededor del 50% de apenadas se alcanzan mediante un acuerdo, los otros se la deriva. Según una encuesta, las mujeres de las malas condiciones económicas, que no pueden obtener puestos de trabajo, tienden a volver a la prostitución o "tomar drogas". Hay una dificultad en las empresas abren sus puertas para la salida debido al estigma que acompaña el ex está etiquetado como desviado, lo que limita el trabajo y las oportunidades socioeconómicas. Uno se da cuenta de que la necesidad de fomentar estrategias de afrontamiento sociales para reintegrar apenadas en el área de estudio, tiene que obtener algunas ventajas, tales como: la velocidad de la EPFCAJG extranjera (41%) es casi el doble de las cárceles en Brasil (21%); mientras que en Brasil presas por tráfico de drogas son frecuentes (61%), en Corumbá, este índice es casi todos (96%); sobre el número de mujeres en la cárcel, en comparación con el total de los presos (23%), en Corumbá, es casi cuatro veces mayor que la misma relación en la nación (6%). Por lo tanto, las condiciones para la reinserción social de las mujeres brasileñas detuvieron en la frontera a ser extremadamente complicado. Y la mujer extranjera es prácticamente nula, ya ella tiende a pasar años en reclusión en esta frontera, antes de su juicio, y como extranjera, posee obstaculizado las relaciones interpersonales, las noticias de sus parientes no mencionados, poca comunicación y sin la asistencia posterior a la prisión para trabajar en Brasil y mucho menos para volver a su país de origen. Los resultados finales del estudio muestran la posibilidad de implantación de una red de cooperación para la inclusión social de las mujeres en el sistema penitenciario en la frontera, sino también la viabilidad de políticas públicas para la reinserción social.

Palabras clave: Border, Reintegración Social, Reclusos.

ABSTRACT

The intensification of the fight against drug trafficking does increase quantity of prisoners in the city of Corumbá. In this location, the challenge of social reintegration, is not simply include the "similar" but "similar foreign" stuck in the country. In this sense, the proposal to prepare a dissertation that deals with the social reintegration of prisoners in border areas aims at, among others, further research to consider the differential of the female prison population of a prison in the border. This way, the present research was to investigate the central process of social reintegration of prisoners in the Prison System Corumbá-MS, detecting the conditions for reintegrating prisoners and checking for works aimed at the reintegration of inmates into society. The methodology adopted was qualitative, exploratory and descriptive. The investigative process was conducted through a literature review, collection of secondary data, document analysis, observation technique on the environment and application of structured interviews and questionnaires. It was observed that the trajectory in jail, beginning at the time of arrest, through nasty in prison, through the *corró*, chronic isolation in living up to the regime progression, and thus stay in unsanitary and overcrowded conditions of semi-open, proved reverberate in two distinct situations: the first is manifested through interdependence in general internal interpersonal relationships. Already the second, is the disruption of family ties and drug addiction. Checking the scenario in Prisons its existence jobs aimed at the reintegration of inmates into society in a closed regime, it was found that the school (elementary school) does not have enough jobs for the prison and demand, when vocational courses are offered, the vacancies occur selectively, with miniature the number of women who have courses that could help in the labor market. Concerning the existence of external work to the prison to social reintegration, the agreement between Patronato and Penitentiary and City Hall, is presented as a single term cooperation for this purpose. With regard to the results, segregation remains, as only around 50% of *apenadas* are reached by agreement, the others get the drift. Second survey, women of bad economic conditions, it can not get jobs, they tend to return to prostitution or "take drugs". There is a difficulty in the companies open their doors for egress because of the stigma attached former is labeled as deviant, limiting labor and socio-economic opportunities. One realizes that the need for fostering social coping strategies to reintegrate *apenadas* in the study area, needs to get some advantages such as: the rate of the foreign EPFCAJG (41%) is almost double the prisons in Brazil (21%); while in Brazil prey for drug trafficking are prevalent (61%) in Corumbá, this index is almost all (96%); on the number of women in prison, compared to the total of prisoners (23%) in Corumbá, is almost four times larger than the same index in the nation (6%). Thus, the conditions for social reintegration of Brazilian women arrested at the border become extremely intricate. And the practically null, foreign woman because she tends to spend years in seclusion on this border, before his trial, and as a foreign, possesses hampered interpersonal relations, news of their relatives not listed, little communication and no post-prison assistance to work in Brazil and much less to return to their country of origin. The final results of this study show the possibility of implementation of a network of cooperation for social inclusion of women from the prison system at the border, but also the urgent need viability of public policies for social reintegration.

Keywords: Border, Social Reintegration, Inmates.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Frente do EPFCAG.....	48
Figura 2. Frente do Patronato Penitenciário em Corumbá/MS.....	51
Figura 3. Fronteira Brasil-Bolívia: Corumbá - Puerto Quijarro.....	61
Figura 4. Área Militar do Exército e Construção do prédio da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Corumbá/MS.....	63
Figura 5. Datas Comemorativas: Dia das Mães e Eleição da Miss EPCAIG.....	71
Figura 6. Atividades Recreativas.....	73
Figura 7. Presas reunidas para palestra.....	73
Figura 8. Atividades em Grupo.....	76
Figura 9. Exposição dos trabalhos de Crochê, das presas no Fórum.....	92
Figura 10. Detentas do EPFCAJG, no regime semiaberto, trabalhando vinculadas a Prefeitura Municipal de Corumbá/MS.....	96
Figura 11. Detentos do EPFCAJG, no regime semiaberto, em reunião no Patronato Penitenciário.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População prisional feminina do Brasil no período de 2004 a 2012.....	42
Gráfico 2. Presos do sexo feminino provisórios do Brasil no período de 2005 a 2012...	43
Gráfico 3. Percentual de crimes consumados por mulheres em 2012 (Prisões do Brasil)	44
Gráfico 4. Percentual de mulheres presas por grau de instrução no Brasil, em 2012.....	46
Gráfico 5. Tipos de gastos do Funpen nos estados de 1995 a 2010.....	47
Gráfico 6. Percentual de estrangeiras em presídios femininos (Brasil, MS e Corumbá), em 2012.....	58
Gráfico 7. Percentual de Mulheres presas por tráfico de drogas (Brasil, MS e Corumbá), em 2012.....	58
Gráfico 8. Percentual de Mulheres presas por população carcerária total (Brasil, MS e Corumbá), em 2012.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Artigos da Lei de Execução Penal atualizados – de 1990 a 2012.....	45
Tabela 2. Mapa de distribuição das egressas e identificação do trabalho nas Unidades de Lotação da Prefeitura Municipal de Corumbá.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGEPEN - Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

AGEPEN/MS – Agência Estadual de Administração Penitenciária de Mato Grosso do Sul

Art. – Artigo

BR – Brasil

BO – Bolívia

CAPs-AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CP – Código Penal

CPF – Cadastro de Pessoas Física

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CTC – Comissão Técnica de Classificação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DP – Defensoria Pública

DPF – Departamento de Polícia Federal

EAD – Educação à Distância

EPFCAJG – Estabelecimento Prisional Feminino Carlos Alberto Jonas Giordano

FNSP - Força Nacional de Segurança Públicas

Funpen – Fundo Penitenciário Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

InfoPen - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LEP – Lei de Execução Penal

L.M.P. – Limpeza, Manutenção e Pintura

MS – Mato Grosso do Sul

NUMIG – Núcleo de Imigração

ONG – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Primeira Igreja Batista de Corumbá

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RG – Registro Geral

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMS/CPAN – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. CONTORNANDO OBSTÁCULOS E CONSTRUINDO CAMINHOS: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	21
1.1 CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA: DOS LIMITES ÀS POSSIBILIDADES.....	22
1.2 ADENTRANDO O CAMPO DE PESQUISA: ESTRATÉGIAS PARA SE OBTER PASSAGEM.....	26
<i>Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva.....</i>	<i>26</i>
<i>Análise bibliográfica.....</i>	<i>27</i>
<i>Análise documental.....</i>	<i>28</i>
<i>Questionário.....</i>	<i>28</i>
<i>Entrevista.....</i>	<i>30</i>
<i>Observação.....</i>	<i>33</i>
2. CONJUNTURA DO OBJETO DE ESTUDO: O SISTEMA PRISIONAL E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	35
2.1 O CRIME E A PENITENCIÁRIA.....	35
2.2 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	37
2.3 O CONTEXTO PRISIONAL BRASILEIRO.....	41
2.4 O ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO CARLOS ALBERTO JONAS GIORDANO E O PATRONATO DE CORUMBÁ.....	48
2.5 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	52
3. O SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO CONTEXTO DA FRONTEIRA.....	58
3.1 O TERRITÓRIO PRISIONAL E A TERRITORIALIDADE DA MULHER NO CÁRCERE.....	68
3.1.1 CONFIGURAÇÃO DA VIVÊNCIA NA PRISÃO.....	69
3.1.2 INTERDEPENDÊNCIA E COESÃO.....	73
3.1.3 RELACIONAMENTOS: ESTRUTURA E RELAÇÕES DE PODER.....	75
2.1.3.1 O PCC.....	80
3.2 AS CONDIÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL.....	85
3.2.1 A SITUAÇÃO FAMILIAR.....	85
3.2.2 O CENÁRIO EDUCACIONAL E TRABALHISTA.....	88
3.2.2.1 NO REGIME FECHADO.....	89
3.2.2.2 NO REGIME SEMIABERTO.....	95
3.3 POSSÍVEL TRANSNACIONALIZAÇÃO DO PCC A PARTIR DO PRESÍDIO DE FRONTEIRA.....	102
4. CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	111
GLOSSÁRIO.....	116

APÊNDICE A – " NÃO HÁ FORA, POR ISSO A URGÊNCIA DE ENTRAR": UMA TENTATIVA DE INTERVENÇÃO NO CÁRCERE - BREVE RELATO.	118
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO EM PORTUGUÊS	139
APÊNDICE C – FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO EM ESPANHOL...	140
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO EM PORTUGUÊS.....	141
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO EM ESPANHOL.....	146
APÊNDICE F – DADOS TABULADOS ATRAVÉS DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS, APLICADOS A AMOSTRA EM REGIME FECHADO DO EPFCAJG.....	151
APÊNDICE G – DADOS TABULADOS ATRAVÉS DE DOCUMENTO BASEADO EM PARECERES PSIQUIÁTRICOS DA AMOSTRA DA POPULAÇÃO EM REGIME FECHADO DO EPFCAJG.....	162

INTRODUÇÃO

O Brasil se constitui como o maior país em extensão territorial da América do Sul, fazendo fronteira ao longo de 23.000 km com 9 dos 11 países do continente. Na faixa de fronteira de 150 km de largura a partir do limite internacional, definida pelo governo federal, estão localizadas quase 600 cidades, onde vivem mais de 10 milhões de pessoas, que convivem diariamente em um ambiente com muitos fluxos.

Neste contexto, está à cidade de Corumbá, localizada no centro oeste brasileiro, às margens do Rio Paraguai, a pouco mais de 400 km de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, e apenas 5 km de Puerto Quijarro, cidade fronteiriça boliviana. Corumbá se constitui como uma localidade estratégica de articulação dos fluxos de bens, pessoas e informações, possuindo fortes relações econômicas com as cidades lindeiras da Bolívia.

Em levantamento realizado por Moraes (2005), verificou-se que a Bolívia se constitui como o terceiro maior produtor de cocaína do mundo, perdendo apenas para o Peru e Colômbia, sendo que a Organização das Nações Unidas - ONU estima uma produção de cerca de mil toneladas por essas três nações conjuntamente. Em particular, essa fronteira, favorecida pela posição geográfica, permite a articulação multiescalar e multimodal para várias partes do mundo. Assim, tornou-se o corredor de transporte da pasta base de cocaína que produzida na Bolívia ou em outros países vizinhos, que perpassam esta região para outras localidades no Brasil e a outros destinos, que se constituem como diversos mercados consumidores dessa mercadoria.

A intensificação das ações de combate aos traficantes faz aumentar a quantidade de presos na cidade de Corumbá. A grande questão é como reintegrar novamente o indivíduo a sociedade, haja vista as possibilidades que a fronteira oferece. Nas localidades fronteiriças, o desafio da reintegração social, não é simplesmente incluir o “semelhante”, mas o “semelhante estrangeiro” preso em território nacional.

Neste sentido, a proposta de realização de uma dissertação que trate da reintegração social de detentas em território fronteiriço visa, entre outras, não somente o aprofundamento da pesquisa que considere o diferencial da população carcerária feminina de um presídio de fronteira, como também a proposição de alternativas que contemplem a reintegração social em uma localidade diversa em fluxos e ilimitada em território.

O caminho percorrido até chegar à pesquisa em estabelecimento prisional não foi ligeiro e nem linear, nem mesmo escolhido previamente como intercorreu com a maioria de meus colegas administradores, ainda na graduação; e desta feita, vale resgatar um fato, a

minha entrada neste caminho em Fevereiro de 2007, onde oito meses antes da defesa da monografia, com outro tema construído, tive o convite de realizar uma viagem com cunho social a fronteira de Tabatinga (Brasil) com Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru) no Amazonas, nesta ocasião fui convidada a ajudar em um projeto na Unidade Prisional de Tabatinga, em Tabatinga/AM, presídio que possuía detentas das três fronteiras que circundam Tabatinga, que na sua maioria haviam sido presas devido ao tráfico de drogas.

O projeto almejava a capacitação profissional das presas, através do conhecimento do trabalho artesanal com sementes da própria região, através da Associação dos Artesãos de Tabatinga. Na ocasião, pela primeira vez, tive a oportunidade de vivenciar o intramuros de um presídio, como também os mais diversos sentimentos ao passar pela revista, cruzar cerca de dez grades se fechando após a passagem, andar pelos corredores, ver as celas, o banheiro, os desenhos nas paredes, as frases em todos os cantos, os sons, as crianças, como também o conhecer de uma população feminina, além do delito, ouvindo suas histórias, dificuldades, sonhos; saindo de lá com um ardor no peito - que a lei deve ser aplicada, mas sem perder de vista a humanidade.

Ao retornar a universidade, o incentivo da minha orientadora, Prof^{ra}. Esp. Elaine Garcia dos Santos da UFPEL, foi fundamental para desenrolar um tema tão complexo, mas intensamente vivo em nossos ideais. A outra grande chance ocorreu quando, ao vir residir em Corumbá/MS, conhecendo as peculiaridades da cidade, visualizei aproximações em alguns parâmetros, mas também me fez inquirir, o porquê de determinadas discrepâncias, tão logo, com os primeiros esboços em mãos, fui conversar com a Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços. O entusiasmo com que me recebeu e se dispôs a analisar meu projeto, foi imprescindível para a minha decisão de levar a frente esta empreitada. Através de seu intermédio, recebi a orientação do Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani, que de uma maneira inestimavelmente corajosa abraçou e instruiu um estudo consideravelmente novo em suas experiências.

Sem demoras, já estava dando os primeiros passos na direção desta pesquisa e, me deparando com a multiplicidade de necessidades e percalços para a tão almejada reintegração social dos detentos. Confesso que esta caminhada não seria iniciada sem o apoio e instrução do Dr. Prof. Edgar Aparecido da Costa, que verdadeiramente segurou pela mão nos estudos relativos à fronteira. Estudar este contexto da forma idealizada foi nomeado pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Galvão de “braçal”, mas destaco que as nossas conversas deixaram esta “braçaleidade”, inferindo neologismo, definitivamente mais leve. E finalmente, é mister ressaltar que, o desenlace desta dissertação e assim, a materialização de uma proposta de

reintegração social, em meio ao caos do Sistema Prisional, não seria estabelecida sem o encorajamento e as direções pontuais do Prof. Dr. Tito Machado de Oliveira.

Logo, trabalhar com a realidade prisional é determinante no tempo atual e simultaneamente desafiador, pois apesar da distância espacial dos reclusos e não reclusos, o presídio nos está próximo através dos sistemas de comunicação, todavia, os mesmos, tratam o presídio e o preso em situações limitantes de desgraça, isto é, os internos e a instituição apresentam problemas de rebelião, superlotação, ou nos casos peculiares que chocam a opinião pública, reforçando, na maioria das vezes o preconceito aos apenados. Dessa maneira, a sociedade civil se distancia dos movimentos do presídio, das suas relações internas e externas, e, principalmente da compreensão das suas reais problemáticas.

Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, relativos a Abril de 2013, o Brasil possui cerca de 500 mil presos e 500 mil mandados de prisão que não foram ainda cumpridos. Dados relativos sobre a reincidência mostram que, a cada dez presos, sete retornam aos presídios. É ainda Silva (2011) que, versando sobre a reincidência, relata que aproximadamente 2,5 mil recebem tratamento diferenciado, o que tem produzido resultados animadores em termos de diminuição da reincidência, pois tem alcançado um decréscimo de 90%, mas salienta que, o número de presos alcançados ainda é mínimo comparado ao contingente de encarcerados no Brasil.

O sistema prisional brasileiro, tanto para apenados adultos, como para jovens adultos, como para mulheres, é precário; e a ampla maioria dos estabelecimentos, profundamente desumanos. Porque eles na verdade constituem locais de segregação, de aprisionamento, de detenção e de isolamento, e não cumprem a sua finalidade recuperativa.

Neste contexto de afastamento e dissenso, o presídio se insere como uma instituição da modernidade que se altera, como qualquer instituição, com um tempo histórico. Deste modo, o presídio, é entendido como um espaço de reclusão, sendo um meio de controle do estado e para muitos, a melhor forma de proteção contra os “elementos constituintes da violência”, o prisioneiro.

Tendo em vista esta disposição de fatos, o conhecimento das arbitrariedades e a desesperança que soa como um invólucro no sistema prisional brasileiro, a Lei nº 7.210/1984, de 11 de Julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal (LEP) e legislação correlata tem sido constantemente revista, devido, sobretudo ao não alcance de seu objetivo elementar, que trata do cumprimento da sentença e dos meios para a reintegração à sociedade, culminando no ano de 2013, com a instauração de uma comissão especial de juristas para propor uma nova

atualização da LEP, objetivando o aprimoramento da mesma, para o alcance de soluções que minimizem a reincidência e alcance meios efetivos de ressocialização do preso.

Este trabalho não tem a incumbência de anular os esforços governamentais na busca de soluções para a crise prisional, nem fortalecer o descrédito no cárcere e na humanidade que nele habita, pois mesmo que a história da instituição demonstre fracasso recuperativo, as relações humanas comprovam que podem sobrepujar as calamidades. Partindo deste entendimento, será usado o termo reintegração e não ressocialização, como a clássica abordagem pressupunha. A reintegração social consiste na “abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão” Baratta (1990, p.3).

Na prática, a reintegração social não tem seus esforços direcionados ao preso, as prisões, ou mesmo a aqueles que fazem parte dela: os gestores, agentes penitenciários, assistentes sociais, etc., e sim a sociedade como um todo, pois concebendo-a como um corpo, entende-se que independente da parte dela que esteja com problemas, o não cuidado definitivo, reverberará em todo organismo.

Desta forma, o objetivo da presente dissertação esteve em investigar o processo de Reintegração Social de presidiárias no Sistema Carcerário em Corumbá-MS, desdobrando-se em detectar as condições de reintegração das presidiárias do Sistema Carcerário em Corumbá, como também em verificar a existência de trabalhos que visem à reintegração de detentas à sociedade.

Para o alcance dos objetivos, a metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa. Assim, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas com os envolvidos no Sistema Prisional, tais como: presas em regime fechado e semiaberto, diretores das entidades, funcionários da prisão (psicólogos, assistentes sociais, etc.).

Com esta direção pragmática, o trabalho foi organizado em quatro grandes eixos: O primeiro capítulo demonstra o percurso metodológico, bem como os percalços epistemológicos que embasam este trabalho, são apresentados os elementos de pesquisa, como a abordagem, o tipo, a coleta e análise de dados.

No segundo capítulo, engendramos na conjuntura do objeto de estudo, onde apresentamos o sistema prisional, contextualizando brevemente o crime e a penitenciária, em seguida ingressamos na Lei de Execução Penal até chegarmos ao contexto prisional brasileiro. Logo após é realizada a apresentação do Estabelecimento Penal Feminino Carlos Alberto Jonas Giordano e do Patronato de Corumbá, como também, dos sujeitos da pesquisa.

No terceiro capítulo empreende-se uma discussão sobre o sistema prisional feminino no contexto da fronteira, abordando o território prisional e a territorialidade da mulher no cárcere, explanando-se sobre a configuração da vivência na prisão e assim, suas possíveis consequências na interdependência e coesão, bem como nos relacionamentos: estrutura e relações de poder, passando pela compreensão das conjecturas do PCC em um presídio feminino de fronteira. Em sequência, o foco de abordagem esteve nas condições de reintegração social, transcorrendo pela situação familiar, educacional e trabalhista, dimensionada tanto no regime fechado, quanto no regime semiaberto para a mulher que cumpre pena.

Ao cabo do terceiro capítulo são apresentadas as considerações sobre os achados atuais da pesquisa, sendo assim descrito, em forma de uma breve argumentação sobre uma possível transnacionalização do PCC a partir do presídio de fronteira, finalizando no quarto capítulo com um desenlace conclusivo.

Através das reflexões que se subdividiram em capítulos, buscou-se não somente a contextualização do tema proposto, como também responder ao problema da pesquisa, que consistiu em responder a seguinte pergunta: de que forma as detentas do sistema prisional de Corumbá estão sendo reintegres a sociedade? Sendo assim, as detentas do sistema carcerário em Corumbá/MS se constituíram como objeto do presente estudo.

1. CONTORNANDO OBSTÁCULOS E CONSTRUINDO CAMINHOS: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Uma pesquisa pode ser comparada a um processo de semeadura, tudo parte de um *Insight*, uma ideia, um desejo de se aprofundar em determinado campo, descobrir; sendo este a própria semente. A terra pode-se comparar ao campo de pesquisa, podendo ser uma terra rochosa, espinhenta, o que pode facilitar ou dificultar o processo, e os brotos seriam os frutos que desta terra partiriam. O objetivo de descrever o caminho percorrido na pesquisa não consistiu em analisar os frutos deste decurso e sim o desencadeamento da ramificação em busca de estrutura, água, alimento, para frutificar, como também os entraves encontrados no caminho. Desta forma, será tratado nesta seção, um tema que todo pesquisador passa, mas que muito pouco é explicitado¹, pois ao escrevermos nossos relatórios de pesquisa, muitas vezes nos esquecemos de relatar o processo que permitiu a realização do mesmo.

A pretensão nesta reflexão é trazer à tona algumas questões práticas do trabalho de campo, a partir da experiência vivenciada, como pesquisadora em região de fronteira. Pois de nada adiantará apresentar a pesquisa sem relatar as condições que foram feitas, sem relativizar os dados, mostrando o abismo entre as falas e o os feitos, dizendo quais os impedimentos que subtraíram a completude das informações, como também o ambiente em que se encontravam inseridos, pois apesar das falas serem oficiais, muitas vezes não retrata a realidade. (BEAUD e WEBER, 2002).

Sabemos que o processo de pesquisa segue a lógica de passos ou etapas previamente definidos pelo método científico. Porém, essas etapas, mais ou menos rígidas, longe de se darem de forma estanque, se interpõem, se imbricam e, às vezes, se sobrepõem. O pesquisador se vê, muitas vezes, aturdido frente aos problemas que se apresentam, e seu caminhar ora progride, ora retorna ao ponto inicial.

Poucos trabalhos de investigação, e aqui nos referimos, particularmente, aos trabalhos acadêmicos, com exceção da antropologia, trazem descritos em detalhes o caminho metodológico percorrido pelo pesquisador, explicitando os percalços enfrentados, as muitas dúvidas, as mudanças de direção necessárias ao longo do processo, os insucessos, as dificuldades. Ou seja, seria necessário deixar registrado ‘a vida da pesquisa’, nas suas muitas idas e vindas em busca da consecução dos objetivos propostos inicialmente ou, como afirma Goldenberg (1998) o pesquisador deve comentar as dificuldades e os limites da pesquisa,

¹ A antropologia vem fazendo isso há algum tempo, ou seja, explicitando as condições em que as etnografias são feitas, ver Roberto da Matta, Alba Zaluar, entre outros.

possibilitando com isso que o leitor tenha uma visão ampla do estudo e não apenas dos aspectos positivos, facilitando assim, o caminhar de outros pesquisadores. E, se o processo de pesquisa como um todo se mostra entremeado desse ir e vir, a fase do trabalho de campo, momento em que o pesquisador dará voz e vida aos sujeitos de sua pesquisa, se apresenta como o ponto nevrálgico para o aparecimento de muitas dificuldades.

No trabalho de campo é onde ocorre a interação mais estreita entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados. E, por ser este o momento de aquisição de informações a partir das quais o pesquisador pode reformular suas indagações iniciais, descobrir novas pistas para o problema por ele colocado, bem como reelaborar seus instrumentos para o levantamento dos dados, esta etapa torna-se fundamental para a pesquisa, motivo pelo qual se acredita ser necessária a reflexão sobre os problemas práticos que podem emergir durante o seu desenvolvimento.

A definição do objeto de pesquisa assim como a opção e aplicação metodológica, se constituem em um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final. Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permite chegar, relatar a vivência na pesquisa torna-se crucial, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos.

E é um pouco dessa experiência vivenciada que, enquanto pesquisadora, relatou-se, sendo que se optou por dar um sentido bastante prático a essa reflexão, mostrando os percalços e as soluções que foram encontradas para algumas das dificuldades ocorridas, neste interstício, muitas vezes, trôpego, caminhar do pesquisador.

1.1 CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA: DOS LIMITES ÀS POSSIBILIDADES

Minayo (1993) reforça a importância do trabalho de campo e destaca que o campo da pesquisa é o local, a área geográfica onde se realiza a pesquisa, ou seja, o local onde o pesquisador colhe os seus dados, seja ele instituições, associações comunitárias, laboratórios, dentre outros. Neste caso, o local da coleta de dados se deu no Sistema Penitenciário em Corumbá-MS, limitando-se as mulheres, seja em regime fechado, desta forma, alocadas no Estabelecimento Prisional Feminino Carlos Alberto Jonas Giordano – EPFCAJG - sejam nos demais regimes, portanto vinculadas ao Patronato Penitenciário.

Neste sentido, a abordagem da pesquisa foi concebida a partir do método qualitativo, no qual segundo a mesma autora, o campo é visto de uma maneira mais ampla, se constituindo em um “recorte espacial correspondente à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação” (Minayo, 1993, p.105).

Entendemos que a pesquisa tem suas peculiaridades e a entrada em campo para o levantamento dos dados deve ser precedida de um cuidadoso planejamento que envolve várias etapas e providências a serem tomadas pelo pesquisador. Assim, para a construção do Anteprojeto, que seria a primeira fase a ser avaliada no processo de seleção para o programa de pós-graduação, foi realizada uma visita ao campo de pesquisa, que como já citado, se referia ao Sistema Penitenciário de Corumbá-MS, na ocasião foi feita a primeira interlocução, que se deu com direção do Estabelecimento EPFCAJG, explicitando que a pesquisa propunha fins acadêmicos e não investigativos, apesar disso, as respostas tiveram caráter superficial, com a justificativa que não se tinha muito tempo para a entrevista, devido aos compromissos frente ao Estabelecimento, como também, pelo fato de a pesquisadora ainda não possuir a liberação da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN), mas afirmou-se que com o já citado parecer, seriam dadas todas as respostas, como também abertas às portas para visitas e conhecimento das instalações do Estabelecimento Penitenciário Feminino. Ao sair da instituição, as conclusões que se tinha, era que os entraves se deram, devido à pesquisadora, ainda não ser aluna regular do programa de pós-graduação, o que se mostrou inexato posteriormente.

Assim, após a aprovação em todas as etapas no processo de seleção do programa de pós-graduação, e recebido à informação que o projeto de pesquisa que envolve seres humanos, deveria ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, onde este deveria julgar o mesmo em conformidade com a Resolução 196, uma vez que, o trabalho de campo só poderia ser iniciado após a emissão do parecer deste Comitê.

A questão levantada pela necessidade de se pensar a ética na pesquisa é um problema recente e ainda está pouco claro qual é o real papel dos Comitês de Ética em Pesquisa nas instituições, uma vez que a principal polêmica em torno dos pareceres dos Comitês de Ética se faz pela não diferenciação que os mesmos fazem de pesquisas em humanos, mais comuns nas ciências biológicas e com humanos, mais comuns nas ciências sociais. Portanto, a composição mista dos Comitês pode ajudar na aprovação de projetos de pesquisa com temáticas que envolvam questões éticas mais complexas, pois como pesquisadores, insere-se em relações de poder que muitas vezes, não favorecem.

Relativo aos sujeitos da pesquisa, que estavam inseridos na instituição prisional, onde foi desenvolvido o trabalho de investigação, que embasam esta reflexão, o Comitê de Ética priorizou esclarecimentos minuciosos, acabando por haver exigências de informações que não se teria antes de adentrar em campo, desta forma, surgiram algumas dificuldades no momento da avaliação do projeto pelo referido Comitê.

Após um longo período de negociações junto ao Comitê, finalmente foi exigido o último quesito, que seria a aprovação da AGEPEN. Depois de contatos exaustivos junto a AGEPEN, foi realizada uma petição do projeto de pesquisa e de uma carta da instituição que o pesquisador está vinculado, explicitando por menores da pesquisa, tais como: quem seria entrevistado, quais os procedimentos e instrumentos que seriam aplicados, com que fim os dados seriam utilizados, os riscos e benefícios da pesquisa. Com a devolutiva ao diretor da AGEPEN, o parecer, veio através de um e-mail, requerendo que se entrasse em contato com o Estabelecimento Penitenciário Feminino, que se caracterizava como órgão responsável tanto pelas internas em regime fechado, quanto para aquelas que vinculadas ao Patronato estavam nos demais regimes, para a referida liberação local.

Entre as idas e vindas, das exigências e as devolutivas, houve um retardo de quase cinco meses no início do trabalho de campo. Após a liberação por escrito do Estabelecimento Penal, retornou-se ao Comitê de Ética para o *ad referendum*, permitindo assim partir para a próxima etapa, o tão esperado, início da pesquisa de campo.

Cumprida essa etapa e tendo sido aprovado o projeto de pesquisa, o passo seguinte se constituiu na entrada do pesquisador em campo. A forma como o pesquisador planeja essa entrada, pode facilitar ou dificultar todo o trabalho que virá a seguir, sendo que, quanto menor a familiaridade desse com o campo, maiores cuidados deve ter ao planejar o trabalho de campo. Como nos coloca Cicourel:

“a diferença entre trabalhar na própria sociedade do observador e numa sociedade estrangeira fornece o ponto de partida básico para se entender as condições nas quais as percepções e interpretações do observador ganham significado” (1990, p.92).

Pela posição ambígua, por ser, ao mesmo tempo, pesquisador e um estranho no ambiente prisional, houve dificuldades frente às situações observadas e que eram também relatadas pelos sujeitos da pesquisa. Que papel ali cabia? A quem encaminhar tais questões?

Esse dilema permeou a permanência em campo, causando uma sensação de desconforto, pois se pela temática escolhida para a investigação se tinha por certo que tais situações iam aparecer, não se reparou para enfrentá-las na sua concretude e imediatismo. A

resolução para estes dilemas surgidos foram sendo trabalhadas a partir da vivência e interlúdios.

Portanto, o pesquisador deve ter aclarado para si mesmo os objetivos de sua investigação, bem como os prazos de sua fase de trabalho de campo, para não perder os horizontes de sua pesquisa, pois nos trabalhos que geraram as reflexões aqui colocadas, alguns problemas neste sentido se apresentaram. Como as dificuldades de acesso, no estabelecimento Prisional, que se expressaram através de visitas postergadas, com o argumento de haverem atividades na instituição. Já em relação ao Patronato Penitenciário, às dificuldades não se deram no acesso a elas, mas em encontrar as detentas em alguns dos órgãos da prefeitura, ao qual mantém convênio, empregando os detentos a partir do regime semiaberto, pois uma vez que os órgãos são dispersos e não há um controle apurado das que permanecem, saíram e entraram no projeto, conseqüentemente, ocorria de muitas delas não serem encontradas.

A questão do estranhamento do pesquisador é discutida por Goldenberg (1998) que afirma que se deve ‘estranhar’ para analisar e compreender o fenômeno, pois a convivência mais próxima com o grupo estudado pode fazer com que ele “naturalize” determinadas práticas e comportamentos que deveria ser vista com outros olhos e percebido assim situações até então vivenciadas e não vistas pelo pesquisador.

Com a aprovação, os questionários semiestruturados prontos e o roteiro de entrevistas estabelecidos, definiu-se através da orientação, realizar um pré-teste com 20 das 59 brasileiras e 10 das 45 estrangeiras² em regime fechado no EPFCAJG. Até então, todo o acesso que se tinha a informações relativas às presas, era através de dados concedidos pela Administração Penitenciária e outros órgãos Federais, que se mostravam insuficientes, frente aos objetivos da pesquisa. A expectativa era que o início se desse assim que fosse alcançada a permissão para tal, mas com a informação que não seria possível devido à agenda de final de ano do Estabelecimento, o início foi adiado para Janeiro de 2013.

Observamos ainda que é fator facilitador do processo de pesquisa, a clareza em relação aos objetivos, bem como uma adequada delimitação do objeto de estudo, somados a uma base teórica sólida, com o entendimento que nem sempre as situações se mostrarão facilitadoras

² Os números relativos à quantidade de presas no Estabelecimento Prisional diferem dos mencionados anteriormente, devido ao fluxo intenso de entradas e saídas do presídio. Sendo justificado pela diretora do estabelecimento como consequente das prisões resultantes do tráfico. Em Julho de 2011 a população carcerária feminina era de 139 mulheres, em Maio de 2012 havia 133 e em Novembro de 2012 o presídio estava com 104 presas.

para a pesquisa, e que o campo, no primeiro momento tende a não corresponder às expectativas do pesquisador. (BEAUD e WEBER, 2002). Isto, não só ajuda na entrada em campo como também no levantamento de dados propriamente dito, aspectos que, em conjunto, conferem uma maior maleabilidade ao pesquisador para poder fazer as devidas adequações durante o trabalho de campo.

1.2 ADENTRANDO O CAMPO DE PESQUISA: ESTRATÉGIAS PARA SE OBTER PASSAGEM

Se, inicialmente, foram feitas algumas considerações de cunho mais geral, que precedem e permeiam a entrada em campo, situando-se num âmbito mais estrutural, nos deteremos agora em explicitar as questões de caráter mais operacional, cotidiano, que se apresentam quando colocamos as “mãos à obra” e iniciamos o levantamento de dados propriamente dito.

Como já citado, a coleta de dados se deu a partir de uma **pesquisa qualitativa**, a qual foi concebida como um ato interativo entre os diversos atores sociais, na perspectiva de conhecer o contexto no qual se encontravam inseridos, as situações que precisam de intervenção e as alternativas para superação, utilizando para esta finalidade a mediação e o ato comunicativo, a observação, um formulário estruturado e um roteiro de entrevistas.

Seguindo a ideia de Vergara (2012), a pesquisa é segundo os seus fins:

Exploratória por ter a finalidade de estudar profundamente o problema de pesquisa sendo uma pesquisa inédita, realizada em uma área na qual não existe conhecimento acumulado e sistematizado;

Descritiva por obter informações instantâneas e precisas, mas ao mesmo tempo hipotéticas, a respeito das presidiárias do EPFCAG, em Mato Grosso do Sul, expondo características desta população.

A pesquisa é exploratória e descritiva por estar voltada a entender um fenômeno social, gerando dados em que os resultados, análise e interpretações não podem ser facilmente separados. A pesquisa qualitativa é mais apropriada a temas sensoriais e sociais que requerem uma grande capacidade de análise e interpretação dos dados obtidos durante a pesquisa. O referido estudo utilizou uma estratégia de pesquisa com base em dados de textos, falas, imagens, com o pesquisador sempre tendo contato direto com o objeto estudado.

Ainda segundo Vergara (2012), o estudo quanto aos meios será uma pesquisa de campo, por ser realizada em um ambiente não controlado pelo pesquisador; bibliográfica, por buscar dados secundários em artigos, teses, livros e revistas especializadas.

Ao elaborarmos um projeto de pesquisa temos claro o local onde será feito o levantamento de dados, mas, muitas vezes, afastado do campo, o pesquisador não cogita acerca de todas as dificuldades que poderá enfrentar, principalmente, porque o levantamento de informações não depende somente de quem as colhe, mas de uma gama de fatores que se complexificam ainda mais quando os sujeitos da pesquisa são seres humanos vivendo uma situação de aprisionamento. No caso dos trabalhos que embasam esta reflexão, as dificuldades se configuraram de diferentes formas, uma vez que foram quatro as técnicas de levantamento de dados, quais sejam: análise bibliográfica, questionário, entrevista e observação, e cada uma delas traz em seu bojo particularidades próprias.

A **análise bibliográfica** se constitui, em fonte importante de informações, que podem tanto subsidiar a fundamentação de uma pesquisa, como também integralizar, dados obtidos por meio de outros métodos.

Desde o início investigação, um dos grandes desafios enfrentados foi a dificuldade de acesso a estudos sistematizados e a resultados de pesquisas relativos a presídios em fronteira, esclarecendo que, dentro da área de pesquisa, supracitada, ainda não existe informações que correlacionem a fronteira e as instituições prisionais, que possam dar, portanto, subsídio a pesquisa.

No entanto, pode-se constatar que isto não é uma consequência apenas do fato de sermos iniciantes no estudo de fronteira, mas decorre principalmente de ainda inexistir uma ampla base de dados com este tipo de informação correlatada. Pois se a fronteira já leva consigo estigma, por se tratar de regiões de difícil acesso, que vivem no limiar do legal e do ilegal, rotuladas pela mídia, quanto mais o presídio alocado em região fronteiriça. Logo, as situações vivenciadas na fronteira reverberam nos presídios. Nas palavras de Costa e Oliveira (2012. p.34):

Esta situação moral que classifica o “outro” e a fronteira como marginais, produz um discurso que tem como um de seus principais efeitos a reificação da região de fronteira como área isolada e “terra de ninguém”, onde impera a violência, a anomia, ou como um lugar onde está ausente o Estado.

Além das dificuldades da própria instituição que nos serve de campo para a pesquisa, há de se ressaltar as características intrínsecas, que qualquer presídio alocado em região de fronteira carrega, relativo à nacionalidade variada de seus detentos, pois por exemplo, do total de 104 presas, no referido Estabelecimento Penal, 45 são estrangeiras; implicando em

idiomas, culturas, e até mesmo em “regalias” desiguais, pois a realidade de estarem longe de suas famílias, acaba por dificultar o acesso a visitas, e assim o suprimento de muitas das suas necessidades, tais como: alimentos e roupas. Outra característica inerente aos presídios de fronteira, diz respeito a origem do delito, principalmente nas fronteiras brasileiras com a Bolívia, Peru e Colômbia, onde em sua maioria, se dá pelo tráfico de drogas.

Na condição de pesquisador, entende-se a importância da comunicação, da divulgação e do acesso à informação de qualidade para um processo de elaboração de conhecimento científico. Por outro lado, compreende-se que a “Pesquisa em Presídios de Fronteira” é uma área relativamente jovem, e uma infante no nosso contexto, o que pode levar a afirmar, que no plano geral ainda são pouquíssimos esses estudos; ademais, os poucos resultados estão muito dispersos e, portanto, não existe um quadro bibliográfico bastante organizado.

Assim, ressalta-se à importância da sistematização e da divulgação da informação bibliográfica, na expectativa de poder contribuir para a promoção da “Pesquisa em Fronteira” no contexto de Estabelecimentos Prisionais.

Posteriormente foi utilizada a **análise documental**, que segundo Ludke e André (1986) constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Com isto posto, a análise documental foi realizada a partir de uma planilha, que cedida gentilmente pelo ex Perito Judicial qualificado nos autos da Ação Penal que o Ministério Público Estadual promovia em relação às presas, realizava a partir das próprias falas das apenadas, quando questionadas a respeito de sua versão para o delito, seu histórico pessoal e familiar, como também em exame clínico e psíquico, sendo concluído com Questões Psiquiátricas Forense.

O Perito Judicial se constituía em um médico ginecologista que atendia no Estabelecimento Penal que, possuindo Especialização Judicial, foi nomeado pelo Doutor Juiz de Direito – 2º Vara Criminal da Comarca de Corumbá – Estado de Mato Grosso do Sul para realização dos pareceres.

O documento cedido foi construído com base em 17 laudos, realizados com presas que se encontravam em regime fechado do EPCAIG e que participaram da Perícia, trazendo informações apontadas no laudo de forma resumida, contudo sem apontar a identidade das mesmas.

Outra técnica utilizada pela pesquisadora foi o **questionário**, pois apesar de compreender que nuances da vida real não se descobrem com questionário, mas vivenciando-

as. (BEAUD e WEBER, 2002). As dificuldades em campo fizeram com que, se buscasse estratégias para se “obter passagem”, pois com a negação da realização de entrevistas, devido à informação de que não havia infraestrutura para tal no momento, bem como com o impedimento da aplicação de questionários diretamente pela pesquisadora, os questionários foram entregues aos funcionários da AGEPEN, visando aplicação. As agentes descreveram, que passaram nas celas e após informarem a que se propunha, foi entregue às mulheres brasileiras que se voluntariaram a responder os questionários, resultando em algumas perguntas que se tratavam de situações do EPFCAJG, não respondidas e outras respondidas superficialmente.

Como a maioria dos questionários, não pode ser retirado do presídio imediatamente, com a justificativa que tudo que sai do Estabelecimento Penal, precisa ser averiguado antes, infere-se que as questões não respondidas nos questionários devem-se ao medo de represálias, por parte das presas e, receio das informações se tornarem públicas, por parte da administração.

No entanto, como salienta Becker (1997), este método fornece ao pesquisador, dentre outros aspectos, salvaguardas metodológicas que podem lhe dar segurança no momento de apresentar os resultados da sua pesquisa.

O questionário aplicado foi construído em português e espanhol, objetivando não só brasileiras como também estrangeiras responderem, mas em virtude de haver algumas estrangeiras analfabetas e outras com dificuldade de leitura, foi aberto para aplicação do questionário pessoalmente, mas na sala da direção, com ela presente, com a alegação que não havia salas desocupadas para sua realização.

Assim, na aplicação dos questionários, ao ler as questões para obtenção de respostas, houve muitas outras informações disponibilizadas pelas detentas estrangeiras, evoluindo de um de questionário para um roteiro de entrevista.

Evidenciando as peculiaridades no uso das técnicas, além dos já relatados, observamos que o tipo de abordagem, se constitui fator primordial. Enfrentaram-se dificuldades específicas devido a esse aspecto, porquanto as entrevistadas bolivianas eram voluntárias, mas quando adentravam a sala percebia-se que estavam coagidas, pois permaneciam todo o tempo de cabeça baixa, com as mãos para trás, encostados na parede e quando cogitados a responder redarguiam com falas evasivas. Quando se estabelecia um clima de confiança e envolvimento, rompendo com parte do bloqueio da pesquisa, a diretora enunciava que teria que terminar outro dia, pois o tempo já estava esgotado.

Contudo, mesmo com todas as intempéries, houve momentos únicos, ricos e densos do vivenciar da prisão que, provavelmente, não teriam vindo à tona em um contato superficial, uma vez que, se a diretora necessitasse se ausentar da sala, o momento era usufruído intensamente. Em decorrência, do que Beaud e Weber (2002) denominam de “aproveitar chances”, muitas se abriram, relataram fatos inóspitos, contaram suas histórias, pediram ajuda, desmentiram a administração prisional, como por exemplo, no fato de confirmarem a utilização de drogas no presídio, fator este, negado pela direção. Assim, nas palavras das autoras supracitadas:

A pesquisa de campo exige, por definição, um certo pragmatismo de parte do pesquisador. Sua boa realização está pouco ligada ao uso de “receitas” que bastaria seguir metodicamente; depende essencialmente de “circunstâncias”, de ocasiões que se apresentam no campo. De fato depende de sua capacidade para: aproveitar chances. (BEAUD; WEBER, 2002, p.84).

A vivência da pesquisadora mostrou ainda que, a aplicação de questionário e a realização de entrevista junto às presidiárias, estão particularmente sujeita às singularidades da situação de aprisionamento, pois este se constitui num momento peculiar da vida da pessoa. Não raro, as datas tiveram que ser alteradas em função da imprevisibilidade das modificações da administração do presídio, do respeito aos horários das rotinas da instituição, bem como pela ansiedade da própria pesquisadora que se via obrigada a adaptar-se constantemente a esse terreno movediço imposto ao cotidiano da pesquisa.

Dos 20 questionários semiestruturados entregues a brasileiras voluntárias na pesquisa, 2 não foram respondidos, e das 10 estrangeiras que se propunham a participar do estudo, 1 desistiu. Sendo que todas as estrangeiras voluntárias foram bolivianas. Desta forma, as análises com as detentas do regime fechado, são feitas a partir da mostra de 18 questionários respondidos por brasileiras e 9 entrevistas realizadas com bolivianas.

Minayo (1993) afirma que, através da **entrevista**, podem ser obtidos dados de duas naturezas, podendo ser estes objetivos ou subjetivos. No caso dos trabalhos aqui reportados, foram os dados subjetivos que se teve maior interesse, pois, segundo a mesma autora, são eles que:

se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões. Só informações ao nível mais profundo da realidade que os cientistas sociais costumam denominar ‘subjetivos’. Só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos (Minayo, 1993, p.108).

Na coleta de dados, foram observadas diferenças entre entrevistar profissionais da AGEPEN e as presidiárias, sendo que essa diferença se acentua ou se ameniza, de acordo com o objeto da pesquisa. Como nos diz Souza. (1998, p.36):

a forma de aproximação do entrevistado mais que racional e científica é uma vivência metodológica, sensível e espiritual, deixando de ser apenas um encontro relativizado que objetiva a obtenção do êxito acadêmico passando a ser um encontro solidário para reflexão e criação coletiva.

Outro problema com o qual nos deparamos foi em relação à transposição da pergunta de pesquisa, objetiva e claramente formulada, para a pergunta de entrevista, que necessita considerar toda a subjetividade do entrevistado, não raro, precisando ser fragmentada em intervenções oportunas para propiciar o aprofundamento da questão norteadora do estudo. Assim, a elaboração de uma pergunta inicial e a formulação de um roteiro de pontos a serem abordados junto ao entrevistado, facilitou a consecução dos objetivos no levantamento dos dados através da técnica de entrevista.

Se enfrentar-se dificuldades inerentes à subjetividade do ambiente prisional, foi laborioso, as contrariedades técnicas foram ainda maiores, devido a proibição de instrumentos utilizados na coleta de dados dentro EPFCAJG, tais como: microgravador, computador e máquina fotográfica, a resolução se deu através da observação, memorização e prescrição no diário de campo.

Assim, o trabalho de pesquisa contou com um *corpus* de 61 pessoas, entre os mais diversos atores sociais que estão envolvidos direta ou indiretamente com o Sistema Penitenciário em Corumbá-MS, dentre eles: 17 mulheres brasileiras em regime fechado do EPFCAJG, que tiveram seus relatos analisados através de um documento construído com base em laudos psiquiátricos; 18 mulheres brasileiras em regime fechado, que responderam aos questionários e 26 entrevistados. O *corpus* de entrevistados compõe-se de 9 mulheres bolivianas, também em regime fechado; 10 mulheres brasileiras que estão em regime semiaberto/ aberto, que trabalham vinculadas ao Patronato Penitenciário em Corumbá-MS e 7 atores sociais em funções administrativas; sendo 3 ligados ao EPFCAJG, 2 ao Patronato Penitenciário e 2 a Prefeitura Municipal de Corumbá. Sua distribuição consta da seguinte forma:

- Diretora do EPFCAJG;
- Assistente Social do EPFCAJG;
- Médico responsável pelo parecer psiquiátrico no EPFCAJG;
- 17 mulheres brasileiras em regime fechado do EPFCAJG, que tiveram seus relatos analisados através de um documento construído com base em laudos psiquiátricos;
- 18 mulheres brasileiras em regime fechado, que responderam aos questionários;
- 09 bolivianas em regime fechado no EPFCAJG entrevistadas;

- Gestor do Patronato Penitenciário de Corumbá;
- Assistente Social do Patronato Penitenciário de Corumbá;
- 09 Apenadas em regime semiaberto, que trabalham vinculadas ao Patronato;
- Ex-apanada em liberdade plena, que também trabalha vinculada ao Patronato;
- 02 Profissionais na Prefeitura Municipal de Corumbá, responsáveis pelo Convênio com o Patronato Penitenciário.

Visando preservar suas identidades, denominaremos cada entrevistado por outro nome, que será utilizado ao longo deste trabalho. As informações descrevem a realidade vivenciada no período das entrevistas, ou seja, de Dezembro de 2012 a Abril de 2014.

Entregou-se previamente, a todos os sujeitos da pesquisa, um explicativo do presente trabalho (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE) ³, informando sobre a importância da pesquisa e da colaboração do entrevistado, visando estabelecer assim, este contrato de comunicação, que foi devidamente autorizado e assinado.

No caso das entrevistas, sugerimos o registro com um gravador ou por escrito. Todos os interlocutores mostraram-se favoráveis à gravação ou inscrição, com exceção, das entrevistas realizadas dentro EPFCAJG. Dentre as variantes possíveis, privilegiamos a entrevista semidiretiva, que nomeada de entrevista compreensiva nos termos de Jean Claude Kaufmann (1996), caracteriza-se por um ir e vir permanente entre compreensão, escuta atenta, tomada de distância e análise crítica. Este tipo de entrevista leva a uma ruptura progressiva com o objeto de pesquisa. Suas questões, nem abertas completamente e nem canalizadas demais, deixam aos entrevistados, certo grau de liberdade de discurso. Ou seja, este tipo de entrevista nos permite aceder, mais facilmente, ao sentido que estes sujeitos dão às suas práticas, experiências, dificuldades, sucessos, etc.

Ainda segundo Kaufmann (1996), seis características especificam a entrevista compreensiva:

- Ruptura com a hierarquia: importância do esforço a fazer para aprofundar as trocas entre entrevistador e entrevistado de maneira a atingir as informações essenciais;
- Entrevista dentro da entrevista: A melhor questão não é dada pela grelha, ela é a encontrar, a cada instante da entrevista, a partir do discurso do entrevistado;

³ APÊNDICE B e C.

- Empatia: A postura adotada face ao entrevistado é aquela de um mundo a descobrir, tecido de riquezas desconhecidas.
- Engajamento: Contrariamente à entrevista “tradicional” que exige uma certa neutralidade e distância, a entrevista compreensiva apoia-se sobre uma presença ao mesmo tempo discreta e personalizada, esforçando-se em tornar-se tão próximo e íntimo quanto possível e de garantir o anonimato que facilita a expressão do interlocutor;
- Jogo a três polos: É a partir do polo “objeto de pesquisa”, compartilhado de maneira um pouco imprecisa pelos dois outros polos: interlocutor e entrevistador, que se inicia o “jogo” da entrevista.
- Táticas: Todas as táticas susceptíveis de favorecer a expressão são aconselháveis, incluindo o humor e o charme.

Por suas características de ruptura com a formalidade e com hierarquias, pelo seu caráter de diálogo informal, de forma a valorizar o entrevistado, em oposição às entrevistas tradicionais, acreditou-se ser a ferramenta mais pertinente aos objetivos desta pesquisa, frente a um campo de pesquisa, que carece de estratégias para abertura e aprofundamento.

O tratamento dos dados, assim sendo, das perguntas abertas dos 18 questionários respondidos, como também das 26 entrevistas, foram efetuados seguindo a metodologia da análise temática tal como a concebe Laurence Bardin (1995, p.105): “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Destaca-se em cada resposta, o núcleo de sentido, ou seja, a frase, ou trecho do discurso que responde mais objetivamente à pergunta feita, referente ao tema.

O “tema” enquanto unidade de registro, ou seja, uma unidade de significação que se destaca de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que guia a leitura, corresponde a uma parte do texto, a um recorte do texto analisado.

Dentro da análise temática do questionário, efetuamos uma análise quantitativa, indicando o número de respostas que afirmam cada vertente. Esta análise não deve ser tomada como conclusiva, mas sim como um suporte para a análise qualitativa, pois auxilia a visualização do conjunto de respostas orientando nossa análise. A análise qualitativa é feita partindo dos argumentos dados pelos entrevistados para suas respostas. Ambas as análises, qualitativa e quantitativa, serão também tratadas verticalmente, ou seja, por grupos de atores, permitindo a comparação entre as respostas de cada grupo.

Por último, mas não menos importante, temos a **observação**, que sendo considerada por Minayo (1993) parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, vai além de uma técnica, consubstanciando-se assim, em um método em si mesmo, para a compreensão da realidade. A observação inseriu-se, como ponto principal para rompermos com as reificações, senão sempre se reproduzirá as falas do estado e do direito. As pessoas sentem e interpretam a explicam a realidade que elas vivem. E preciso ouvir as pessoas. Está-se sempre construindo o objeto. Porque nos transformamos fazendo a pesquisa. A partir do discurso as pessoas constroem a realidade.

Se, antes da entrada em campo parecia bastante claro o objeto de observação, após adentrarmos no mesmo, essa clareza desfocou-se frente a bloqueios presentes no cotidiano do Sistema Prisional. As muitas situações que se apresentavam como de interesse, precisavam ser observadas em toda sua riqueza de detalhes. E, apesar de não ser permitido, o conhecimento das celas, como do pátio, ou simplesmente o adentramento fora das salas da administração ou berçário, percebeu-se que os discursos proibitivos também são observáveis.

Para tanto, buscando-se não se desviar do objetivo, diariamente, fazia-se uma consulta ao roteiro de observação e confrontávamos as situações planejadas com as obtidas, ou seja, àquelas relatadas no diário de campo, propondo, dessa forma, o próximo período de observação com os pontos que deveriam ser aprofundados, bem como aquelas situações ainda não observados.

Devido à característica do objeto de estudo, foi importante associar, a **análise bibliográfica e documental**, o **questionário**, a **entrevista** e a **observação**, enquanto estratégias complementares para o levantamento dos dados, sendo ambas feitas, não de maneira estanque, mas concomitante. Consideramos que, dessa forma, houve uma ampliação e aprofundamento nos dados levantados, pois, como nos afirmam Ludke e André (1986), a observação permite o estreitamento da ligação com o objeto estudado, aproximando-o da perspectiva dos sujeitos e evidenciando a descoberta de novas dimensões do problema. E, pelo grande volume de informações e riqueza de detalhes gerados pela observação e que, temendo, que elas se perdessem ao sair do campo, anotava-se tudo que tinha ouvido e visto, mas que não ainda se tinha escrito no diário de campo.

Essa estratégia mostrou-se bastante eficaz, pois, durante a transcrição das observações, vários *insight* para análise iam surgindo, sendo estes também escritos.

Os dados obtidos através do levantamento de dados foram analisados e organizados, os resultados encontram-se no decorrer dos próximos capítulos.

2. CONJUNTURA DO OBJETO DE ESTUDO: O SISTEMA PRISIONAL E OS SUJEITOS DA PESQUISA

2.1 O CRIME E A PENITENCIÁRIA

As definições e sentidos atribuídos ao crime têm perpassado diferentes contextos sociais, operando diante de suas configurações econômicas, políticas, culturais e punitivas, sendo acompanhadas de respostas distintas baseadas nos códigos valorativos de cada sociedade. O que indica que o crime não é uma categoria natural ou atemporal, mas sim de caráter histórico, sendo assim, uma construção social (BERGMAN e LUCKMANN, 1985).

Segundo Nils Christie (1997), as ações não existem por si mesmas, elas se tornam, pois são através dos processos sociais que adquirem significados. Da mesma forma ocorre com o que passa a designar-se crime, já que através de processos sociais, estes só existem a partir do momento em que são acionados, tencionados e construídos, conferindo assim, significados específicos aos atos. Neste sentido, foi a partir das configurações sócio-históricas que as penalidades, os arranjos penais, e por fim os presídios foram construídos, surgindo como um meio de responder aos crimes, respondendo em cada tempo as necessidades de controle social punitivo.

Assim, focalizando os presidiários como os excluídos sociais, é essencial conhecer alguns aspectos básicos da história do sistema penitenciário. As prisões de antigamente serviam para trancar escravos e prisioneiros de guerra. Fora dessas categorias, albergavam apenas prisioneiros à espera de julgamento ou de serem torturados, prática legal naqueles dias. A partir do século XVIII, no entanto, a finalidade do encarceramento passou a ser isolar e recuperar o infrator (FOUCAULT, 2000).

Dois sistemas penitenciários americanos influenciaram a organização dos presídios no final do século XIX: o sistema de Filadélfia e o de Auburn. O primeiro preconizava isolamento em cela individual, silêncio absoluto, castigo físico para os desobedientes e vigilância permanente. O segundo, além de silêncio e das punições físicas, propunha oito horas de trabalho diário nas oficinas (PEREIRA, 2000).

Mais tarde, com o aumento progressivo do número de presos e do custo para manter prisões com celas individuais, a adoção desses sistemas se tornou impraticável. Entrou, então, em moda um modelo criado na Irlanda, segundo o qual a pena seria cumprida em três fases: na inicial, os detentos deviam ser mantidos em regime celular, isolados, em silêncio, com trabalho duro e alimentação escassa; depois vinha um período intermediário de trabalho em grupo, ainda em silêncio, mas com isolamento apenas noturno, no qual os bem-comportados

ganhavam o direito de adquirir a liberdade condicional, terceira fase da pena (PEREIRA, 2000).

Como evolução das prisões brasileiras têm-se as cadeias localizadas no andar térreo das Câmaras Municipais, sem muros, com grades que davam para a rua, através das quais os presos pediam esmolas aos transeuntes, até a construção das primeiras Casas de Correção, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 50 do século XVIII. Os presos eram condenados ao trabalho forçado, à prisão perpétua, ao açoite nos calabouços, e, numa demonstração clara de arejamento do sistema, os escravos não podiam mais ser condenados à morte nem a receber mais do que 50 chibatadas por dia. Esta síntese histórica fundamenta o entendimento das prisões modernas, das quais a Penitenciária de São Paulo, construída em 1920, encarnava a nova filosofia de tratar o criminoso como doente e a cadeia, como hospital destinado a regenerá-los.

No Regime Ditatorial, a sociedade brasileira foi marcada por ciclos, que redefiniram o espaço prisional. Foi neste contexto onde se deu as explosões prisionais, conhecidas como prisões políticas, que caracterizavam, dentre outros por desaparecimentos, torturas, mortes e exílio, sendo um dos meios de eliminar diferenças políticas que pudessem ameaçar o ordenamento vigente, se tornando um meio amplamente usado para censura e enclausuramento do que era impertinente. (PEREIRA, 1991).

Segundo Pereira (1991), foi neste mesmo período que o sistema prisional começou a redimensionar algumas de suas práticas. Tendo como exemplo uma das primeiras portarias penitenciárias, que proporcionou a regulação das visitas e das formas de contato com o mundo externo, através das visitas periódicas ao lar, hoje transformadas em saídas temporárias.

Tais possibilidades caracterizavam-se por seu critério assistencial, haja vista a necessidade de se ter bom comportamento para obter tais vantagens em relação aos demais presos. Nos anos de 1975 e 1977 foram implantadas as primeiras experiências de regime semiaberto. O cumprimento da pena poderia ser convertido do regime fechado para o semiaberto, a partir de avaliações sistemáticas que visavam à averiguação e vigilância necessárias, de forma a garantir que o preso depositário de tal confiança não cometeria novas infrações (Jardim 2010, p.29).

Para Salla (2006, p. 290 apud Adorno, 1991 e Salla, 2001) a década de 1990 particularmente os anos 2000, trouxeram um acentuado incremento da população encarcerada no Brasil:

Isto trouxe o agravamento das condições de vida nas prisões, e seus principais componentes são: a superlotação de muitos estabelecimentos, a manutenção de práticas de torturas e maus tratos, a eclosão de rebeliões, a exigüidade dos serviços prisionais (alimentação, asseio e higiene pessoais, vestuário, assistência jurídica, programas de reabilitação, etc.), além da presença cada vez mais intensa de grupos criminosos no interior das prisões.

Na atualidade, segundo dados da InfoPen (2012), relativa ao número de presos no Brasil em Dezembro de 2012, incluindo os presos no sistema e na polícia, contando-se homens e mulheres, é de 548.003. Carvalho Filho (2000) abre caminho no emaranhado de artigos de nosso Código Penal, para deixar claro o que poucos sabem que, quando a pena é superior a oito anos, o condenado deve cumpri-la em regime fechado. Quando não é reincidente e a pena é inferior a oito e superior a quatro anos, poderá ser cumprida em regime semiaberto. Se for inferior a quatro anos, o principiante pode ir direto para o regime aberto. Além disso, cumprido pelo menos um sexto da sentença, o preso de bom comportamento, que não tenha cometido crime hediondo, tem direito de passar de um regime para o seguinte, do fechado ao semiaberto e deste para o aberto.

2.2 A LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Após o chamado período científico, a pena deixou de ser uma simples proteção jurídica, encontrando sua medida na qualidade do delito e variando de acordo com a intensidade deste. Passando o delito a ser considerado um fato individual e social, representando um sintoma patológico de seu autor. Isso fez com que a pena passasse a ser interpretada como um remédio e não mais como um castigo, devendo ser aplicada de acordo com a periculosidade do delinquente. Então, nascem a antropologia criminal, a criminologia e a sociologia criminal, a política criminal e a ciência penitenciária, sendo discutidas em todos os cantos do mundo, a individualidade do homem criminoso, sua periculosidade e a individualização da pena (GIORDANI apud GOMES NETO, 2000).

Nos anos de 1890 surgem o regime penitenciário de caráter correccional, com fim de ressocializar e reeducar o detento. Com o final da segunda guerra Mundial, houve o surgimento da Lei de Execução Penal (LEP) em vários estados-membros da ONU. No Brasil com o advento do primeiro Código Penal Brasileiro, houve a individualização das penas, sendo abolida a pena de morte (GIORDANI apud GOMES NETO, 2000).

Foi mais precisamente, no Governo de Getúlio Vargas a publicação do Decreto Lei de nº 2.848 de 1940, que instaurou o atual Código Penal (cuja parte geral foi alterada em 1984, através da Lei 7.209, coirmã da Lei de Execução Penal - a Lei 7.210/84), prevendo novas regras para o cumprimento da pena, iniciando a problematização em torno do sistema prisional. (JARDIM, 2010).

A Lei de execução Penal de 1984 possui caráter punitivo e de reabilitação, o caráter punitivo está ligado com o fator de contenção, privação de liberdade, mas do ponto de vista

teórico, é consideravelmente humanista, tendo a finalidade última, de favorecer o processo de reintegração social dos apenados. Isto pode ser observado já em seu art. 1, que relata à objetividade da mesma, que se constitui em efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições a harmoniosa integração social do condenado e do internado.

Assim, o sistema progressivo imposto pela Lei 7.210, objetiva a reinserção do indivíduo ao convívio social depois de cumprimento da pena, de maneira gradativa. A classificação dos estabelecimentos penais, anteriormente apresentadas, pontua a progressão da pena, onde o indivíduo progride do regime fechado ao aberto, de acordo com o comportamento apresentado e mediante avaliação do Juiz de Execução (BRASIL, 1999).

O processo deveria ter início no presídio, quando o preso, sob ordem judicial, aguardaria a condenação e a correspondente transferência para a unidade de cumprimento da pena. Teoricamente, o preso necessitaria passar por um centro de observação, sendo avaliado por Comissão Técnica de Classificação, esta, de acordo com o art.5 ao art.7 da LEP deveria ser formada por um diretor, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, com a finalidade de verificar o histórico do preso, as habilidades que possui, o crime cometido, no caso da psicologia especificamente, a característica de personalidade, por conseguinte, carecendo ser alocado em um presídio que fosse adequado a ele e, dentro deste presídio, após alocamento, precisaria ficar em um espaço que fosse mais compatível com suas características.

O apenado passaria do regime fechado ao semiaberto, onde poderia ter visita íntima e oportunidade de trabalho. Passando algum tempo, o preso bem comportado progrediria para o regime aberto, o albergue, onde passaria a trabalhar na cidade e voltar à unidade para repousar à noite, motivo pelo qual o albergue deveria ser localizado no centro urbano, preferencialmente, enquanto que os demais estabelecimentos poderiam localizar-se fora do perímetro urbano (BRASIL, 1999).

Ainda segundo a LEP, esse espaço necessitaria de uma preocupação quanto ao processo recuperador, uma vez que foi reconhecida a culpa do criminoso. A permanência do indivíduo é maior, a depender do tipo de crime cometido, fato que sugere a necessidade de tratamento voltado à sua reintegração, com atividades, tais como educação, trabalho, lazer, religiosidade e contato familiar.

Conforme o art. 24 da Constituição Federal Brasileira, o direito penitenciário é um conjunto de normas jurídicas que determinam o tratamento dos sentenciados, é a disciplina normativa.

Ainda com base no Estatuto Jurídico do preso, no art. 41 da LEP enuncia os direitos humanos do preso que estão previstos em vários documentos internacionais e nas constituições modernas. A Constituição Brasileira nada cita em seu contexto. Somente o Código Penal, no art. 38 indica que o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

O preso não só tem deveres a cumprir, mas é sujeito de direitos, que devem ser reconhecidos e amparados pelo Estado. O recluso não está fora do direito, pois se encontra numa relação jurídica em face do Estado, e exceto os direitos perdidos e limitados a sua condenação, sua condição jurídica é igual à das pessoas não condenadas.

São direitos e deveres que derivam da sentença do condenado com relação à administração penitenciária: Ao **direito à vida**, corresponde a obrigação da administração quanto à assistência material, à assistência à saúde, à assistência jurídica e religiosa, **art. 41 LEP**. Quanto aos **direitos civis**, mantém o preso o direito de propriedade, o direito de família, dentro das limitações da prisão; O preso tem **direito de orientar** a educação dos filhos, se a sentença não se referiu expressamente a esse direito; a presa, segundo art. 82 da LEP, tem o direito de manter consigo o filho até 6 meses de idade.

Os direitos sociais são direito à educação e ao trabalho remunerado, juntamente com os benefícios da seguridade social, descanso, pecúlio e recreação.

- Direito à seguridade social, é como direito adquirido, que não se suspende com o rompimento da relação de emprego no meio livre;
- Direito ao tratamento reeducativo é fundamental, pois dele derivam os demais direitos;
- Direito à cela individual;
- Direito à alojamento com condições sanitárias;
- Direito ao processo disciplinar, quando lhe for suposta infração disciplinar, não tipificada ou sem justificativa;
- Direito à qualidade de vida;
- Direito à progressão e afetação do regime apropriado, e ao estabelecimento que lhe for indicado pelo Centro de Observação;
- Direito do egresso à assistência pós-penal, que decorre da obrigação do Estado de assistir moral e materialmente o recluso na sua volta ao meio livre.

- Direito de propor ação judicial para defesa de seus direitos por intermédio de Defensoria Pública - DP ou advogado constituído.

Numa visão global da situação carcerária brasileira, atualmente destaca-se dois grupos com as principais violências contra o preso: 1 - Violência quanto à ilegalidade da prisão, ou duração excessiva da pena; 2 - Violência quanto à maneira de execução da prisão;

No 1º caso, enquadram-se as prisões absolutamente arbitrárias, praticadas pela polícia: falta de documentos, prisão para averiguações, prisões correcionais, por suposta vadiagem, e por batidas ou blitz policial; prisões que ultrapassam o cumprimento da pena; prisões que se prolongam por simples falta de conveniência do advogado; entre outros.

No 2º caso, enquadram-se: superlotação das celas; falta de higiene e sanitários; ociosidade dos presos; castigos arbitrários; o estupro; os espancamentos, maus tratos, torturas; entre outros.

Contemplando uma análise sociológica-política da prisão, constatamos, que os pobres e/ou negros constituíam quase que absolutamente o quadro de detentos. Só a prisão política atingiu, no Brasil, as famílias de classe média e superior. Os presos políticos contribuíram para que os presos comuns adquirissem a consciência de seus direitos humanos e deram repercussão à denúncia da barbaridade do sistema carcerário, sobretudo através de greves de fome e de livros publicados após a reconquista da liberdade.

A Assistência Penitenciária, segundo o art. 10 da LEP, tem por objetivo a reinserção social do preso e prevenção da reincidência. Os instrumentos do tratamento penal são: Assistência; Educação; Trabalho e Disciplina. O não cumprimento delas, segundo Varella (1999) é a principal causa das rebeliões nas nossas cadeias.

Carvalho Filho (2000) analisa ainda as principais controvérsias sobre as causas e tratamentos da violência urbana que aflige as cidades. Mostra que o custo da manutenção daqueles que foram condenados por crimes não violentos no país (cerca de 30% do total de criminosos) seria suficiente para construir 54 mil casas populares por ano e que o problema da segurança pública nunca será resolvido com a retórica dos demagogos, que prometem devolver segurança imediata à população através de programas do tipo tolerância zero. Enfatiza ainda que não há perspectiva de melhoria nesse campo sem a implementação de uma série de políticas que envolvem desde medidas aparentemente singelas, como iluminação pública e criação de áreas de lazer para a população periférica, até reformas mais profundas, voltadas para a reversão do processo de exclusão econômica e para o aperfeiçoamento das instituições policiais e jurídicas.

Enviar para o sistema penitenciário um jovem que tenha cometido delito de média gravidade pode revelar-se contraproducente. Ele pode sair do cárcere muito mais perigoso do que entrou; e o curso de especialização; teria sido pago pelo contribuinte. Ao mesmo tempo em que é imperioso prender bandidos, há presos em demasia no sistema. Uma solução racional para o problema seria a ampliando a aplicação de penas alternativas. (PEREIRA, 2000).

Considerando a Lei de Execução Penal e as disfunções Penitenciárias na atualidade, as aplicações das assistências sociais e educacionais brasileiras deveriam depender cuidadoso monitoramento, pois a previsão legal, tendo em vista a reintegração social, objetiva facilitar, favorecer e minimizar os efeitos do sofrimento social que o apenado já teve em sua história, de modo que, quando saísse, tivesse condições favoráveis de se reinserir, o que na prática não acontece, pois as prisões brasileiras funcionam simplesmente na parte contensiva, que consiste em tirar as pessoas ditas perigosas de circulação, separando da parte “boa” da sociedade. A sociedade, por conseguinte, preocupa-se majoritariamente que o “culpado” seja preso, presumindo que o preso ficará para sempre intramuros, apercebidos de que eles também fazem parte dela e, que ela também contribuiu para que eles fossem gerados desta forma.

2.3 O CONTEXTO PRISIONAL BRASILEIRO

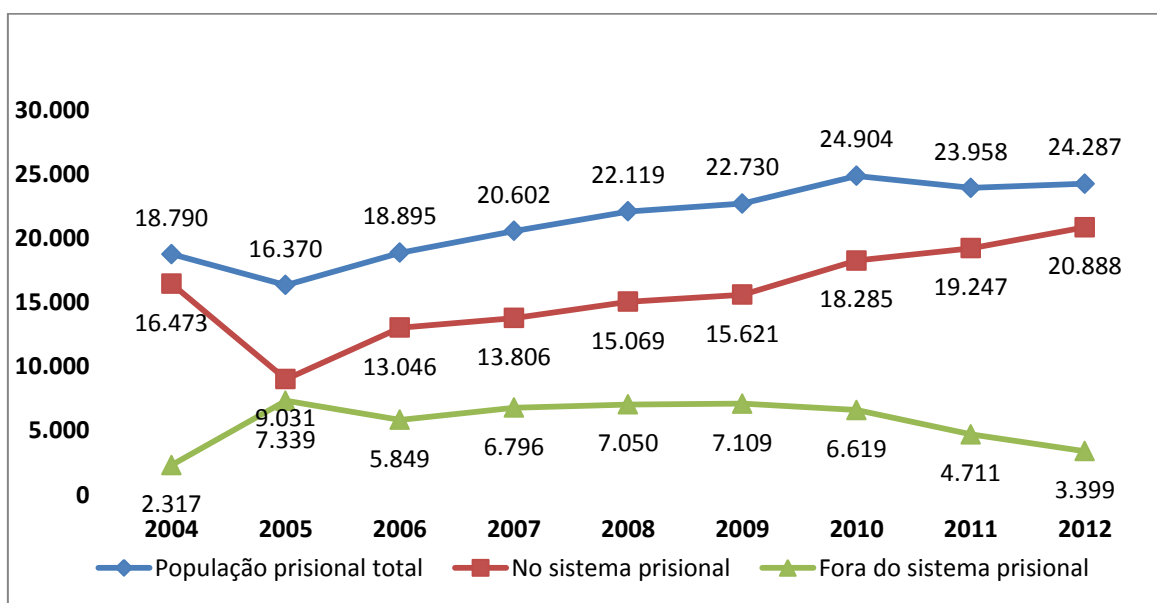
Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN (2012), até 2010, a taxa de ocupação nos presídios do Brasil era de 1,64, o país ficava atrás apenas da Bolívia, que possuía uma taxa de 1,66 presos por vaga. Porém, ao final de 2011, o número de detentos no Brasil era de 514.582, ante um total de 295.413 vagas, desta forma superando em 74% o número de vagas existentes no país. E a consequência foi o alojamento de 43.328 detentos em delegacias de Polícia, assim o Brasil se tornou o campeão latino-americano em déficits de vagas prisionais.

Consequentemente, segundo a mesma pesquisa, para que o déficit de vagas atual fosse sanado, seria necessária a construção de cerca de 438 estabelecimentos penais no país, com capacidade para 500 detentos cada. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Luiz Flávio Gomes verificou-se (a partir dos dados do IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) que de 1994 a 2009 o número de prisões construídas no país cresceu 253%, percebemos que equivocado é afirmar, que a deficiência de vagas se justifica na falta de investimentos em construções de presídios.

O mesmo estudo, ainda afirma que o sistema penitenciário mantinha mais de 21 mil presos irregulares, descrevendo que o crescimento no número de detentos entre 1990 a 2011 foi de 472%. Dessa concepção se pode inferir que não importa quantos estabelecimentos sejam construídos, eles não são capazes de suprir o número de encarcerados.

Este cenário não difere quando tratamos da população carcerária feminina no Brasil, ao contrário, torna-se abruptamente mais preocupante, pois apesar da parcela feminina ser em menor número, 6,4% da população prisional total, os dados demonstram que enquanto a população feminina, de forma geral no contexto do Sistema Prisional cresce, a população feminina fora do sistema prisional diminui (Gráfico 1), ou seja, o número de mulheres em regime fechado tem crescido enquanto que nos demais regimes (semiaberto, aberto) tem diminuído.

Gráfico 1. População prisional feminina do Brasil no período de 2004 a 2012

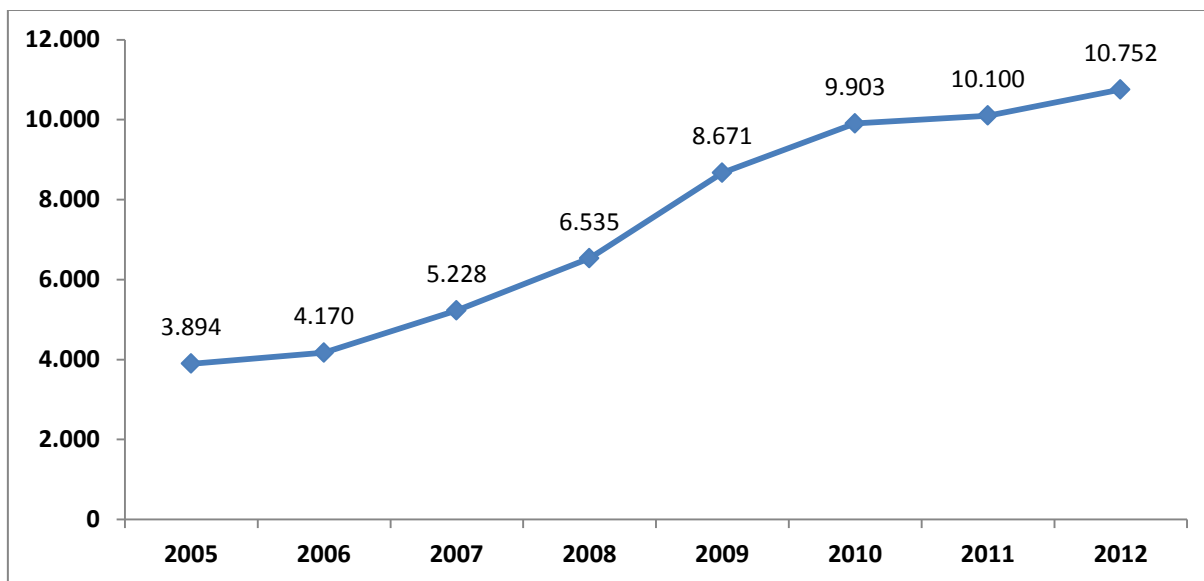


Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
Org.: Guimarães, C.K.

Segundo dados do Ministério da Justiça (Brasil, 2012), 10.752 mulheres presas ainda constam como presos provisórios (Gráfico 2), isto é, mais de um terço da população prisional feminina brasileira ainda não foi julgada, está cumprindo pena no chamado pré-julgamento. A prisão provisória classifica-se em prisões preventivas ou temporárias, também denominada prisão para investigação.

É ainda o Ministério da Justiça (Brasil, 2012) que tratando da população carcerária feminina brasileira descreve que, em sua maioria tende a ser jovem, na faixa etária de 18 a 24 anos (26%). Assim, as jovens tornam-se os maiores alvos no processo de criminalização e seletividade do sistema penal feminino. É um quadro complexo que se delineia com a inserção precoce nas penitenciárias e contribui para uma “carreira criminosa”.

Gráfico 2. Presos do sexo feminino provisórios do Brasil no período de 2005 a 2012



Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília, 2013. Disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

Org.: Guimarães, C.K.

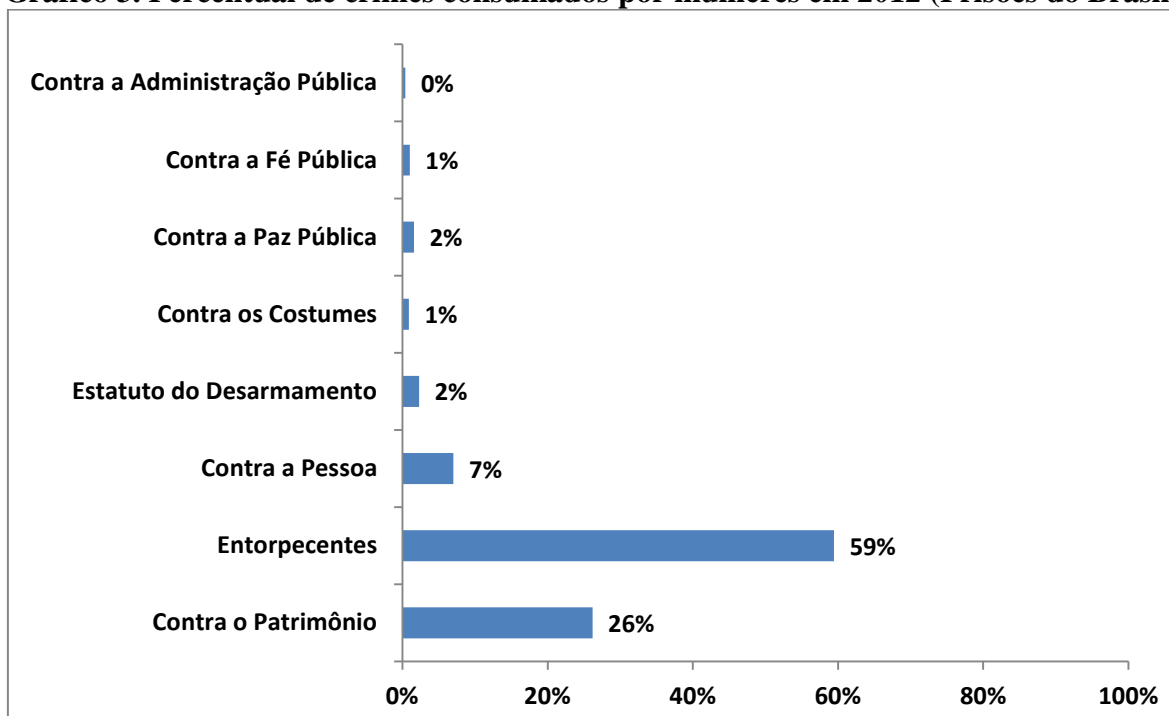
Dados do Ministério da Justiça (Brasil, 2012) demonstram maior gravidade quando se leva em conta a cor das mulheres encarceradas e reforça a discussão já desenvolvida na literatura, pois mais de 60% das presas são negras ou pardas, enquanto 35% são brancas. Indicadores de vulnerabilidade analisados comparativamente entre a população, também evidenciam a diferença marcante entre os negros e os brancos no Brasil.

Se em um passado não muito distante, as mulheres eram presas devido a pequenos delitos, como furto, atualmente, a maioria das detentas foi presa devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. Os dados do Ministério da Justiça (Brasil, 2012) apontam que os delitos associados ao tráfico de drogas ilícitas representam 59% dos motivos de encarceramento das mulheres.

O crescimento do número de mulheres no tráfico de drogas no Brasil é considerado por muitos autores, enquanto ocupação, uma atividade informal arriscada, porém, lucrativa, através da qual, muitas mulheres marginalizadas, atraídas pelo “ganho fácil”, tem sido

recrutadas nas mais diversas regiões brasileiras, de forma crescente. Estas mulheres apresentariam um perfil predominantemente pobre, com baixa escolaridade, jovem, sem parceiro sexual fixo e geralmente, viciada em drogas ilícitas (GIORDANI & BUENO, 2001).

Gráfico 3. Percentual de crimes consumados por mulheres em 2012 (Prisões do Brasil)



Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília, 2013. Disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

Org.: Guimarães, C.K.

Diante da realidade prisional e do crescimento vertiginoso da população carcerária no Brasil e dos problemas alarmantes que a cercam, muitas têm sido as arguições em busca de respostas para as incógnitas que permeiam o sistema. O senado brasileiro se pronunciou em 04 de Abril de 2013, instalando a Comissão de Juristas criada pelo Requerimento n. 848, de 2012, com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execuções Penal.

Mas está não é a primeira vez que se busca o aprimoramento da LEP, pois desde a sua criação, a Lei 7.210, datada de 11 de Junho de 1984, têm passado por inúmeras adequações (Tabela 1), mesmo sendo reconhecida, por ter presentes nela, os mais elevados valores fundamentais à sociedade moderna, como o respeito ao ser humano condenado, a busca da recuperação pessoal, a reinserção social, a individualização no cumprimento da pena, a manutenção de vínculos sociais, a preservação da dignidade, em seu desempenho, porém, os resultados têm sido controversos.

Tendo em vista o déficit de vagas no Sistema Penitenciário, somados aos dilemas que permeiam as prisões brasileiras, principalmente relativos ao número de rebeliões e a eclosão de grupos criminosos, a Comissão de Juristas se pronunciou no Senado Federal em 21 de Outubro de 2013, através da relatora da comissão e responsável pela elaboração de anteprojeto para atualizar a Lei de Execução Penal, Maria Tereza Uille Gomes, colocando em pauta propostas classificadas essencialmente em três eixos: eixo administrativo; eixo dos direitos e deveres dos presos do sistema disciplinar; eixo dos procedimentos e órgãos da execução penal, como também dos benefícios penitenciários.

Tabela 1

Artigos da Lei de Execução Penal atualizados – de 1990 a 2012.

Ano	Atualização da LEP
1990	Lei n. 8.072
1995	Lei n. 9.046
1996	Lei n. 9.268
1997	Lei n. 11.466
2003	Lei n. 10.792
2006	Lei n. 11.340
2007	Lei n. 11.466
2009	Lei n. 11.942
2010	Lei n. 12.258
2010	Lei n. 12.313
2011	Lei n. 12.433
2012	Lei n. 12.654

Fonte: Presidência da República – Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm
Org.: Guimarães, C.K

Se tratando do primeiro eixo, foi proposta a atualização do art. 1 ao art. 38 da LEP, abrangendo questões relativas à assistência educacional, a assistência social e a questão do trabalho dos presos. Este destaque se deve a preocupação da comissão para com o oferecimento de uma qualificação profissional adequada, objetivando que os mesmos tenham condições de saírem das penitenciárias com uma profissão.

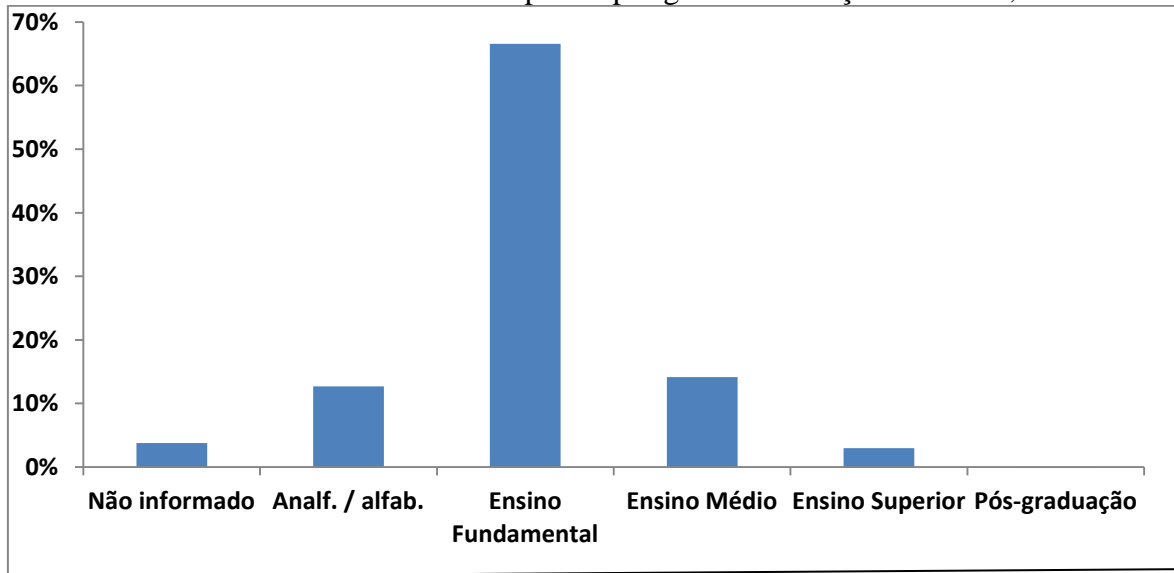
Em relação ao processo de escolarização dos presos, foi proposta uma atualização do art. 83 da LEP, que prevê a obrigatoriedade apenas do ensino de primeiro grau, o que pode ser verificado na escolaridade da população prisional feminina brasileira (Gráfico 4), que em 2012 era representado pelo contingente de 67% cursando o ensino fundamental, 13% analfabetas ou apenas alfabetizadas e 14% com ensino médio e apenas 3% com ensino superior, sendo mínimo ainda, o número de mulheres em atividades educacionais, não pela

falta de desejo delas em inserir-se, mas pelo baixo número de vagas disponibilizadas. O projeto de lei se estenderia aos níveis mais altos de escolarização com a participação das secretarias de estado e das secretarias municipais nesse processo.

O projeto tem avançado em direção as propostas, que valorizam a possibilidade de trabalho para o preso e redefinem o papel do Estado nesse decurso. No que diz respeito a esse tema, tem sido assegurado que o trabalho do preso será remunerado com o valor nunca inferior a um salário mínimo. Atualmente, a Lei de Execução Penal estabelece o valor mínimo de três quartos do salário mínimo para essa remuneração. A respeito da quantidade de presos em programas de laborterapia: apenas 16,57% estão em trabalho interno e 3,85% em trabalho externo.

No âmbito da assistência social, tem estado em destaque, a importância dos presos contarem com auxílio para obtenção dos "documentos de cidadania", visto que, muitas são os casos de presas, que entram e saem dos estabelecimentos penais sem sequer possuir documentos inerentes a cidadania. Dos documentos imprescindíveis, estariam: o RG, CPF, certidão de nascimento e título de eleitor.

Gráfico 4. Percentual de mulheres presas por grau de instrução no Brasil, em 2012.



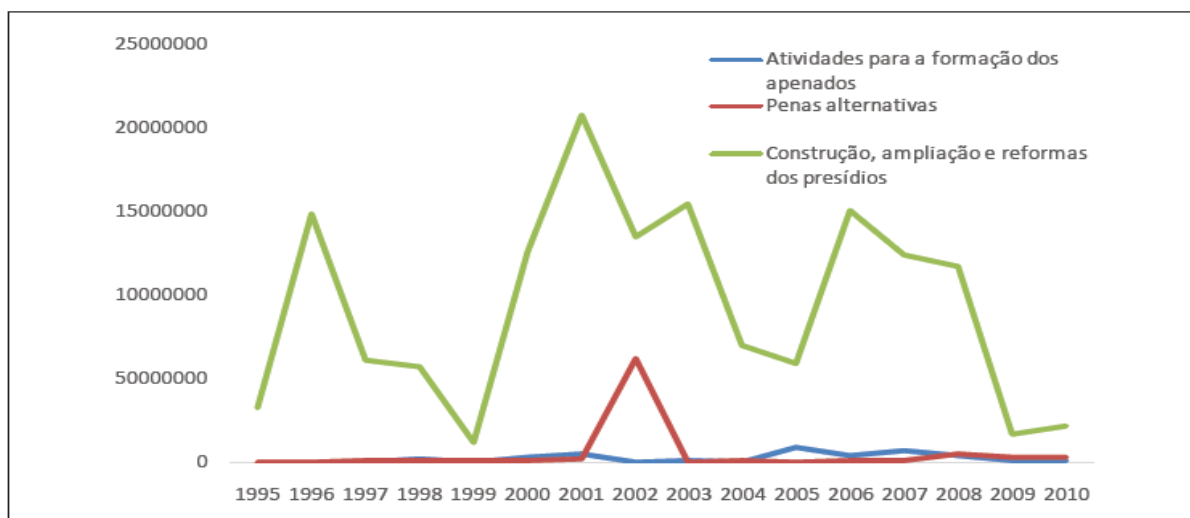
Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
Org.: Guimarães, C.K.

O advogado e professor Sérgio Habib disse que o desafio da comissão é obter um equilíbrio entre o que almeja a sociedade em termos de segurança e afastamento da

impunidade e, ao mesmo tempo, consagrar os direitos que foram adquiridos pelos presos ao longo do tempo que perdura a Lei de Execução Penal.

Contrastando os problemas prisionais com a necessidade de políticas públicas voltadas para resolução dos mesmos, os dados relativos aos gastos do Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, de 1995 a 2010 (Gráfico 5), revelam a disparidade entre os gastos inerentes a construção, ampliação e reforma dos presídios em comparação com as medidas para formação dos apenados e penas alternativas.

Gráfico 5. Tipos de gastos do Funpen⁴ nos estados de 1995 a 2010



Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 10 junho. 2011.

Org.: Monteiro e Cardoso, 2011.

Apesar da veracidade dos índices e, por conseguinte a ramificação de discursos desacreditados no Sistema Penitenciário atual, a busca da reintegração do sentenciado à sociedade não deve ser desprezada, aliás, “precisa ser reinterpretada e reconstruída sobre uma base diferente”. (BARATTA, 1990, p. 2).

Assim, todas as atualizações que estão sendo estudadas e propostas são de extrema importância; mas será que somente elas darão conta de trazer uma mudança efetiva nas condições atuais do sistema penitenciário brasileiro? Está é uma pergunta que carece de resposta, mas entende-se que as respostas que a sociedade espera, não sejam tão simples quanto se configuram.

⁴ O Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) foi criado em 1994 e tem como finalidade “[...] proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro” (Brasil, 2010, p. 6).

2.4 O ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO CARLOS ALBERTO JONAS GIORDANO E O PATRONATO DE CORUMBÁ

Em Corumbá, há três unidades prisionais, que estão subdivididas em: Estabelecimento Penal de Corumbá- MS, classificado como de segurança média, destinado a presos condenados do sexo masculino que cumprem pena em regime fechado; o Estabelecimento Penal de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Corumbá – MS, com classificado como de segurança mínima, destinado a presos condenados também do sexo masculino, que cumprem pena em regime semiaberto e aberto e o Estabelecimento Penal Feminino Carlos Alberto Jonas Giordano de Corumbá - MS, cuja classificação é de segurança média, destinado a presos condenados do sexo feminino que cumprem pena em regime fechado e semiaberto, constituindo como objeto do presente estudo.



Figura 1 - Frente do EPFCAG.
Fonte: Jornal Online Capital do Pantanal, 2012.

O Estabelecimento Penal Feminino Carlos Alberto Jonas Giordano - EPFCAG, instituição vinculada a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul – AGEPEN-MS – Órgão da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul. O EPFCAG situa-se à rua Nossa Sr.^a Candelária, 2100, Maria Leite, CEP 79310-050 em Corumbá/MS (Figura 1), classificado como um presídio de segurança média, tendo cerca de 1000 mil metros quadrados de área construída. Possuindo 36 celas, com uma média 8 presidiárias em cada uma, além de refeitório, salas administrativas, sociais, psicológicas, pátio, sala de vídeo, berçário e salas onde funcionam a escola de 1º grau.

O EPFCAJG foi inaugurado em fevereiro de 1998, na época do Governador Estadual de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins. A construção se fez necessária tendo em vista que dois anos antes (1996), encontravam-se 40 presas custodiadas em uma sala do presídio masculino, sem condições de acomodação. Na época, as mulheres que estavam presas no presídio masculino, em sua maioria, já se encontravam respondendo a processo devido a tráfico de drogas, que na fala da assistente social do EPFCAJG é chamado de “motivos recorrentes da fronteira”, que segundo Rabossi (2004, p.26), articulando sobre os diferenciais fronteiriços, define fronteira como:

[...] um lugar privilegiado para pensar sobre negócios, sobre limites, sobre intercâmbios no limite do regulamentado, sobre as vidas daqueles que ganham sua vida através desses limites (é no aproveitamento dos diferenciais derivados desse pertencimento a espaços econômicos diferentes, que encontramos uma das motivações que mobiliza o comércio).

Segundo a diretora do EPFCAJG, em entrevista direta em Janeiro de 2013, houve no decorrer dos anos, um aumento gradativo das mulheres estrangeiras presas devido ao tráfico na região, motivo este que pode estar correlacionado a cidade limdeira Puerto Quijarro/ Bolívia na fronteira com Corumbá/Brasil ser relativamente jovem, datada da década de quarenta sua fundação (OLIVEIRA, 2009). Por conseguinte, chegando no primeiro semestre de 2013, onde o Estabelecimento Penal possuía 104 presas ao todo, dentre elas 59 Brasileiras, 41 Bolivianas, 01 Chilena, 01 Espanhola (Barcelona), 01 Nigeriana (Luanda) e 01 da Hungria. Suas internas são mulheres, maiores de 18 anos, que na sua maioria foram presas pelo tráfico de drogas, caracterizando o contexto social no qual a unidade se encontra, em região fronteiriça, favorecidos pelo espaço de relações e trocas facilitadas.

Posteriormente a construção e inauguração do EPFCAJG, para assistência as egressas, como também aos egressos do presídio masculino, foi criado o Patronato Penitenciário, conforme estabelecem os artigos 78 e 79 da Lei n. 7.210/84 da LEP, o Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos, com incumbências de orientar os condenados à pena restritiva de direitos, fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana, como também colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

O Patronato no Mato Grosso do Sul é relativamente jovem, sua criação consta de 4 de Agosto de 2006 através do decreto n. 12.131, que vinculada a agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPEN-MS⁵,

⁵ O Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, foi criado através do Decreto-Lei nº. 11, de 01 de janeiro ode 1979, sob a denominação de Departamento do Sistema Penitenciário (DSP), vinculado e supervisionado pela

destina-se a atendimento aos presos do regime semiaberto, aberto; aos liberados condicionais; aos beneficiados com prisão domiciliar, suspensão condicional da pena; aos internos que estão exercendo trabalho externo e aos egressos, com a finalidade de possibilitar a ressocialização e reintegração do indivíduo ao grupo familiar, buscando a redução do nível de reincidência criminal.

Segundo o Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Mato Grosso do Sul (2012), existem cinco Patronatos no Estado do Mato Grosso do Sul, sendo um em Campo Grande, um em Corumbá, um em Três Lagoas, um em São Gabriel D'Oeste e um em Ponta Porã, todos públicos, regularmente constituídos pelo Decreto nº 12.131, de 4 de agosto de 2006.

A Unidade Assistencial Patronato Penitenciário em Corumbá, é integrante da estrutura da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN-MS diretamente subordinada administrativa e tecnicamente ao Diretor-Presidente da Agência.

A estrutura organizacional básica do Patronato Penitenciário compreende: Diretoria; Comissão Técnica de Classificação (CTC); e Divisão Assistencial, compreendendo assistências social, psicológica e jurídica. A estrutura deveria consistir de uma equipe multidisciplinar e contar com servidores de carreira na área de serviço social, psicologia, jurídica, médica e apoio operacional, por conseguinte a Comissão Técnica de Classificação deve possuir setores multidisciplinares específicos, tais como: Setor Educacional; Setor Jurídico; Setor Médico; Setor de Psicologia e Setor de Serviço Social.

As atividades do Patronato em Corumbá foram criadas de acordo com decreto de lei n. 12.131, de 04 de Agosto de 2006, uma vez que, nas metas da AGEPEN – MS constava a instalação de Patronatos Públicos nas comarcas com mais de 300 presos, com vistas ao acompanhamento dos egressos como também a expedição de carteiras de identificação aos visitantes e aos agentes religiosos, para controle das visitas realizadas no presídio.

Devido às diversas competências do Patronato e por se localizar em uma região estratégica, a Rua 13 de Junho nº 1439 – Centro (Figura 2); há sempre um fluxo contínuo de pessoas no local; destas podemos citar: familiares, amigos e conhecidos, buscando a carteira para realização de visitas aos presos, como também, dos próprios apenados que progrediram do regime fechado para o semiaberto e estão em busca de emprego.

Secretaria de Estado de Justiça. No decorrer do tempo, sofreu várias alterações de denominação como: DSP, AGEPEN, DGSP e atualmente AGEPEN, através das Leis nº. 2.152 de 26 de outubro de 2000, nº. 2.598, de 26 de dezembro de 2002, nº. 2.723, de 27 de novembro de 2003, devolveu a denominação de Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário.

Mas para aqueles que buscam o Patronato pela primeira vez, nem sempre é tão fácil encontra-lo, visto que, ele está sediado em uma casa alugada, que em nada difere das demais da mesma quadra, a não ser pelo muro alto e portões marrons de ferro, completamente fechados, que em certa medida lembram o presídio, além disso, sua única placa fica exatamente atrás do arbusto de uma árvore, impossibilitando para aqueles que se encontram no outro lado da rua, a visualização (Figura 2).



Figura 2. Frente do Patronato Penitenciário em Corumbá - MS.

Autor: GUIMARÃES, C.K., 2013

Muitos Patronatos, com o intuito de ajudar aos egressos, mantêm convênios e parcerias com entidades, públicas e particulares, para a inclusão social e reinserção dos egressos ao mercado de trabalho, através de apoio social, psicológico e financeiro. Dado que, neste momento na vida do egresso é fundamental, pois eles saíram do regime fechado, estão no regime semiaberto e próximos da liberdade plena, para o Patronato, eles estão realizando um exercício de trabalho, como também tendo uma receita e assim uma remuneração.

De acordo com o Art. 5º do decreto 12.131, relativo ao Patronato – MS, o Gestor Penitenciário do Patronato, tem a incumbência de intermediar convênios e parcerias com entes públicos, da iniciativa privada e do conselho da comunidade local com o intuito de viabilizar a colocação de egressos no mercado de trabalho, propiciar estudo e cursos profissionalizantes para os internos atendidos pelo mesmo.

Em Corumbá e Ladário, as únicas conveniadas, ou seja, aquelas que empregam os apenados são as Prefeituras Municipais; geralmente as vagas dispostas são para serviços gerais, e parte dos presos que estão em regime semiaberto e aberto, através do Patronato, são designados para os vários setores que as prefeituras disponibilizam.

Entre estes presos, estão mulheres que através do convênio estabelecido por meio do Patronato Penitenciário e a Prefeitura, exercem funções nos diferentes órgãos municipais. A partir deste ponto engendramos mais pontualmente em seus relatos.

2.5 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Mesmo entendendo que estudar o universo prisional é compreender, em primeira instância, que não haverá o acesso facilitado a todas as informações e nem o controle completo do trabalho em campo nos tempos e durações dos procedimentos de pesquisa adotados. (BECKER, 2010, p. 15), ao analisar os resultados na forma de questionários, com um sentimento de limitação no alcance completo dos objetivos, o pensamento que imergia é que a aplicação de questionários também a amostra de mulheres do semiaberto, poderia se tornar contraproducente; após algumas conversas, a escolha se deu por entrevistar, pois mesmo que a amostra se limitasse em números, a riqueza das informações e percepções sobrepujaria.

Como o roteiro de entrevista semidirigido não é fechado, a ponto de impedir ou inibir que o entrevistado introduza temas alheios aos anteriormente definidos, os resultados desta pesquisa foram além dos pré-estabelecidos anteriormente, conforme abordado a seguir. A utilização desse modelo requer um conhecimento anterior do assunto, mas, ao mesmo tempo, permite ao entrevistado a liberdade de sair do caminho predefinido, propondo questões que não estavam previstas no roteiro. Isso foi fundamental neste trabalho. Talvez as questões não previstas tenham constituído a parte mais importante da pesquisa, justamente pelo fato de serem elementos ignorados até então e, portanto, marcas de pessoas que constituem um perfil do sistema carcerário em fronteira nas suas muitas configurações.

Um breve relato acerca das entrevistas se faz necessário, pois a diversidade do perfil das presas entrevistadas foi muito importante para compor um panorama da situação atual do sistema carcerário de Corumbá. Foram realizadas 9 entrevistas das 27 mulheres do regime semiaberto ligadas ao patronato penitenciário, que se constitui praticamente como único trabalho que objetiva a prática reintegradora e 1 entrevista com uma mulher que já alcançou a liberdade plena, totalizando 10 entrevistas. Todas as entrevistadas ligadas ao Patronato são brasileiras, pois as mulheres de outras nacionalidades no regime semiaberto, não são liberadas a saírem do Estabelecimento Penal. As escolhas foram aleatórias, sendo que o perfil e histórico das mulheres entrevistados se mostraram diversificados, como segue os relatos:

Maria Eduarda tem 29 anos, é natural de Corumbá, divorciada, terminou o ensino médio e possui curso técnico, foi presa por tráfico. No período da sua prisão, era chefe de quadrilha, inclusive liderava o próprio irmão e o ex-marido, neste sentido, uma exceção entre as mulheres. Está no regime semiaberto, onde pernoita no presídio e durante o dia trabalha como assistente administrativo no programa oferecido pelo Patronato.

- [...] nas horas vagas trabalhava como cabeleireira, comecei com minha própria cabeleireira, como ela ficou grávida, trabalhei como auxiliar de salão. Fui presa devido a tráfico de drogas. Disse que foi a primeira vez, mas traficava há bastante tempo... Mais de 10 anos. Comecei mesmo, porque comecei a trabalhar em uma transportadora quando era mais jovem, com 17 anos. Lá me envolvi com muitas coisas, tipo... Com mercadoria fria, já mandei caminhão com carga toda, e encontrei várias outras pessoas que veem da fronteira, bolivianos, então tem várias opções... Quanto mais dinheiro melhor, pra gente é né... Tudo bem que ele não é tudo na vida da gente, mas pra gente que é adolescente né... E foi assim que eu comecei, ali dentro... Trabalhava na transportadora com nota fiscal, carimbo, entregava... Essa transportadora é dentro de Corumbá, mas na saída com a fronteira, mas ela já fechou, há muito tempo. [...] O sócio do meu patrão trabalhava comigo então eu saía muitas vezes com ele, para jantar, almoçar e acabei conhecendo outras pessoas. Essas pessoas que eram amigos deles me ofereceram entendeu... ? Meus patrões não faziam... Tipo... Como eu ia pra Geza, despachar a mercadoria, conheci vários caminhoneiros e tinha caminhoneiros que fazia o transporte de mercadorias também quando ia embora, eu conheci, e fui passando e me envolvi junto. (Maria Eduarda, brasileira)

Já Amanda, tem 21 anos, é natural de Campo Grande, filha de mãe policial civil e de pai motorista, fazia faculdade particular de direito e trabalhava em uma lotérica em sua cidade natal, foi presa devido a tráfico de drogas, ou como ela mesma descreve: “artigo 33”, relata que não tem histórico de delito na família e que nunca havia mexido com drogas antes. Na data da entrevista, estava há uma semana em regime semiaberto, trabalhando também, vinculada ao Patronato.

- Me envolvi por causa das amizades, foi por impulso mesmo! Estava precisando de dinheiro, precisava pagar a prestação do carro, da moto. Nunca tinha feito isso, não precisava, minha mãe ficou muito mal, até hoje[...] Fui presa no lampião aceso, estava dentro das portas traseiras com as drogas [...] podem ter me denunciado para passarem com uma quantidade maior... Eu não tinha noção de como era a maldade das pessoas, só tive depois que estive lá dentro [...] Pararam o carro, me algemaram ali mesmo. Peguei 5 anos e fiquei um ano e oito meses trancada. Eu não tinha noção de como era a maldade das pessoas, só tive depois que estive lá dentro (Amanda, brasileira)

Dafine, é natural de Corumbá, tem 42 anos e está amigada há 9 anos, possui 5 filhos deste relacionamento. O seu parceiro está preso na máxima em campo Grande. A respeito de delito familiar, descreve ter um irmão e uma irmã que já foram presos. Tem ensino fundamental incompleto e afirmou vender roupas antes da prisão. Foi presa, também devido ao tráfico.

- Minha infância foi boa, meus pais são separados... Eles me incentivavam a estudar [...] Eu sou a quarta filha de 10, quando eu conheci meu marido eu tinha 18 anos... Meu marido era do mundo, ou seja, não tinha paradeiro... Ele já tinha os contatos dele... Eu que quando fiquei grávida do meu caçula pedi para entrar nesse mundo [...] meu esposo estava preso e eu pedi ajuda a um colega dele, ele me ensinou os tipos de droga [...] Eu passei a vender... Comprava de um cara aqui de Corumbá mesmo [...] essa é a segunda vez que sou presa, a primeira vez fui presa dentro de casa, o cara caiu e contou tudo, eu ainda estava em resguardo, havia 3 meses que tinha tido filho... Meu bebe ficou com minha mãe... Eu não quis levar o bebe para perto de mim... Ele me visitava nas quartas e aos domingos... Hoje ele tem 11 anos de idade... Antes as visitas eram na quadra... Fazia uma cabana e recebia meu filho... Hoje já pode entrar nas celas, usar o banheiro, tomar banho... Agora é bem melhor... Na segunda vez fui presa na Rua 15 de novembro, às 11h45min, tava saindo da casa do boliviano, eles já estavam sendo investigados... Estava com 4,9 kg. Eles ficam o dia todo, sondando sua casa, aonde você vai, que roupa você usa, aonde você foi [...] Esses bolivianos atuam até hoje, eles já foram presos, foram presos junto comigo, eles já estão soltos, saíram antes de mim [...] Quando fui presa os próprios policiais falaram que eu era gaiato... Porque no dia que eu fui presa, não era para ser eu que tinha que ir lá buscar, foi de última hora que fui lá pegar... ele ligou e disse que não podia ir lá... Ele disse que era

jogo rápido e eu disse que topava... Só que era totalmente diferente do meu esquema... O meu esquema era: eu pegava a droga, abraçava o cara, como se fosse uma mulher de programa... Ele já pegava a droga colocava na minha bolsa, eu pegava uma moto, ia para um bairro, lá pegava outra moto[...](Dafine, brasileira)

Graziele tem 35 anos, é natural de Corumbá, tem o primeiro grau completo, é casada e tem uma menina. Disse possuir comércio em sua casa, só vendendo bebidas. Foi presa por tráfico juntamente com seu marido em Aracaju, pegou 10 anos e 6 meses, respondendo em regime fechado durante 2 anos, atualmente está em regime semiaberto trabalhando vinculada ao patronato.

- *Fiquei sabendo através das amizades do meu esposo... Eu entrei junto com ele, a gente não pensa né...O rapaz que nos colocou nesse mundo, já foi preso várias vezes, hoje ele está preso em prisão domiciliar, ele vive em Aracaju... Se mudou para lá [...] Ganha bem... Ganha R\$ 30.000,00 para levar 30 kg, era 1.300 reais por cada kg... De Campo Grande para lá ganhava mais [...]Nós começamos a ir mais para passeio para o nordeste... Nós conhecemos as pessoas que encomendavam as drogas... Eles comercializavam lá mesmo no nordeste... A droga chegava lá somente por Corumbá... Tínhamos 4 advogados, e podíamos pedir duas liberdades provisórias, eles optaram por mim e pela outra mulher que estava conosco. Meu marido ficou. Quando cheguei em Corumbá, eu recorri... Fiquei em Corumbá por dois anos esperando o julgamento, em liberdade provisória... Tentamos baixar o tempo da condenação, mas não consegui... Gastei uns R\$ 7.000,00 com os advogados... Fiquei pouco tempo né? Eram 10 anos... No dia da prisão deram ordem de prisão para mim e me encaminharam lá para a Federal, tiraram fotos e me levaram para o presídio... Lá em Sergipe, meu esposo ficou 3 anos, ele trabalhava e estudava dentro do presídio. (Graziele, brasileira)*

Natural também de Corumbá, Shara tem 49 anos, ensino superior incompleto. Em sua documentação descreve estar divorciada, mas possui união estável. Foi presa por tráfico de drogas na mesma época que seu marido. Explicou que antes de ser presa não trabalhava, apenas cuidava de seus filhos, hoje trabalha no Patronato em Ladário, sendo responsável pelas apenadas que estão vinculadas ao órgão na cidade.

- *Meu cunhado tava em casa veio de fora, entrou com “ela”, a Polícia Federal tava sondando ele, como a casa era minha... Acabei presa, isso foi em 2005. Estou com meu marido até hoje, graças a Deus ele parou [...] Meu marido foi preso porque ele tentou me tirar da cadeia, ele assumiu uma coisa que não tinha nada a ver com ele, ele foi assumir a droga, porque tava lá em casa, ele disse que eu não tinha nada a ver com isso, ele tentou, mas não teve jeito. Fui presa em casa, pela Polícia Federal. Fiquei 1 ano e 7 meses [...] Ele comprava droga do outro lado, o outro lado vinha e entregava droga para ele, a base... Ele (cunhado) foi lá pegar, quando chegou... Não tinha nem um kg. Enquanto meu marido estava lá em Campo Grande, esperando com mais de 15 kg, e meu cunhado entregou ele lá, em Campo Grande. Meu marido tinha um acordo comigo... Ele sempre me disse: Se algum dia chegar a acontecer alguma coisa comigo, eu sou solteiro, eu não tenho família, eu não tenho ninguém, eu jamais vou envolver você e as crianças no que eu faço. Se bater Polícia Federal atrás de mim na sua casa, você não me conhece, tivemos um caso no passado, há muito tempo atrás[...] foi isto que foi dito, e ele disse a mesma coisa na Polícia Federal, só que não tinha jeito por quê? Porque a droga esta dentro da minha casa. Isto graças a Deus que meus filhos não foram presos, os dois eram de maior, e uma acadêmica de direito. E neste dia ela tava dando aula, ela dava aula na alfabetização. Graças a Deus eles não foram presos. Meu esposo comprava a base e levava para São Paulo, contratava transporte aqui e ia direto para Campo Grande, na maioria das vezes ia de carro, quando a droga chegava a São Paulo, pagavam ele. Meu marido se envolveu depois de 8 anos de casado, quando foi preso ele já estava nisso a 10 anos. Ele quis pagar advogado, eu e que não quis, eu disse: já to presa, fazer o que? Meu marido pegou 5 anos, cumpriu 2 anos e 4 meses. Eu peguei 4 anos e cumpri 1 ano e 7 meses. Era um dinheiro relativamente fácil, mas o risco era grande... (Shara, brasileira)*

Com 40 anos, Ana é natural de Corumbá e têm duas filhas, uma de vinte e outra de dezesseis anos. Apesar de ser solteira no papel, é amigada há 20 anos com seu companheiro, o qual o descreve como pai da sua filha mais nova e como um homem “honesto que dá fé”. Estudou até a 5ª série na escola Pedro Paulo de Medeiros em Corumbá. Foi presa duas vezes por tráfico de drogas. Antes da prisão trabalhava de manicure. Está na condicional e trabalha vinculada ao Patronato há mais de dois anos.

- *Eu tava conversando com uma amiga, na rua Edu Rocha, sobre pensão, porque o pai da minha mais velha não tava dando pensão e eu tinha feito um empréstimo na caixa econômica para construir minha casa, e nisso já tinha várias parcelas “atrasada”..Antes eu já tinha levado, me pagaram direitinho, mas eu também não me dei bem... fui a primeira vez e na segunda não deu certo e já fui presa, depois de muito tempo. Mas foram outras pessoas nas outras vezes... Na primeira vez que fui presa, também foi no Guaicurus, peguei 4 anos e 3 meses, fiquei 6 meses em Campo Grande no Zorzi (Estabelecimento Penal Feminino Irmã Zorzi) e depois eu vim pra cá, as duas eu tirei um e oito. Minha condena foi de cinco anos, eu fique um ano e oito meses. Na época do presídio eu trabalhava na biblioteca para ganhar remissão de pena. Mas quando eu fui presa, fiquei seis meses na delegacia de Miranda. Fui presa em Guaicurus e me levaram pra lá. Fui presa por tráfico, tava levando para Campo Grande cocaína. Faz sete anos quando que eu tinha levado a primeira vez. Estive presa duas vezes. (Ana, brasileira)*

Camila é natural de Itabuna/ Bahia, tem 39 anos e cursou até a 5ª série. Tem um casal de filhos do primeiro relacionamento que residem com sua mãe. Saiu da Bahia aos 27 anos, quando a procura de emprego, foi para São Paulo. Através de uma proposta em São Paulo trabalhou como garota de programa na Europa, onde pela primeira vez descreveu traficar, trazendo êxtase da Espanha para o Brasil. Se envolveu com tráfico de cocaína, por intermédio do atual companheiro, que na época estava preso com o marido de sua amiga. É réu primário por tráfico de drogas. Foi presa em Porto Murtinho, quando planejava passar por Campo Grande levando a cocaína para à Bahia.

- *Tá perto deu embora já, ainda bem que você me pegou aqui... No papel sou solteira, mas tenho marido, ele tá me esperando [...] Eu conheci ele em São Paulo, mais de dez anos atrás [...] na época ele era preso e eu, tinha uns 6 meses que eu tava trabalhando em boate em São Paulo, no Itaim Paulista, Noite Azul, só tinha bandido: do tráfico, assaltante... Antes de eu ir morar com este marido meu, eu fiquei na Espanha, um monte de tempo na Europa, trabalhei muito tempo na França, Portugal e Espanha. Trabalhei lá fazendo programa, fiquei 2 anos lá... Quando eu conheci ele, ele já era (traficante)...e eu, já era torta! A primeira vez eu vim de lá (Europa) para cá (Brasil) já fazem 9 anos, foi com um monte de êxtase, quase que eu caí... Na hora que eu subi, entrei no aeroporto e passei, a mulher já cismou comigo: por que você está a tanto tempo aqui? Você tem “permission” para ficar aqui? Já tinha muito tempo que eu tava lá, nove meses sem vim. Eu falei: tenho, ela disse: me mostra o documento? Aí eu mostrei. Já começou daí, na entrada logo. A máquina detectou aí ela chamou a polícia, a polícia ainda me levou lá pra dentro, estava dentro da minha bolsa... a polícia chegou lá e olhou tudo, tudo, tudo... e veio pegou a bolsa, abriram a bolsa... Aí lembrei que eu usava uma faca dentro da bota, pra onde eu ia, eu levava esta faca, todo o lugar que eu ia levava ela, quando abria ela, ela ficava grandona, era uma “faca” mesmo! Eu falei: deve ser isso aqui que ela viu, tirei a faca, despistei eles... Ia ser presas ali mesmo, meu bem! Isso foi em Baraja, em Madrid. Mas nunca tinha vindo para Corumbá, conheci através dele. Como ele é boliviano, conhece tudo aí, né... Mais fácil, tudo mais fácil! Bem mais fácil comprar aqui, que na Europa. Eu levava pra Bahia, 4 dia de viagem de ônibus... mas também não quero mais vender, não mexo mais com isso... Fui presa na rodovia de Corumbá para Campo Grande, em Porto Murtinho, eu tava com um quilo e setecentos de cocaína, na mala do ônibus. Eu é que fiquei nervosa, eu me delatei e aí já começou a fazer perguntas... Foi em 2012, mas eu já tinha um “pucado” de vez passado aí criatura! Se não tivesse rodado, tava fazendo... Era minha e do meu marido. Peguei 4*

anos e 10 meses, foi a primeira vez. No fechado foi 7 meses, agora estou a 10 meses no semiaberto. Minha condena foi semiaberto. (Camila, brasileira)

Bianca nasceu em Corumbá, é solteira, tem 29 anos e estudou até a 8ª série. Descreveu ter tido dois relacionamentos, do qual possui duas filhas. Antes de ser presa por tráfico de drogas trabalhava vendendo roupa para uma senhora boliviana, em Corumbá/ Brasil e Puerto Quijarro/Bolívia. Disse que era viciada.

- *Tava levando há pouco tempo... Levei 300, depois 500 no corpo, a mulher mandava e eu ia... Nem sabia o risco que corria... Era inocente, nem pensava que ia ser presa ainda. Não tava nem aí. A gente fica iludida. Fui presa por droga em 2007. To a 7 anos cumprindo regime, tirei 4 e 5 no fechado, 2 no semiaberto e agora estou to com 7 meses no aberto e ainda falta 7 meses para mim entrar na condicional e termino só em 2021, mais ou menos. Depois na condicional, já não ganha mais remissão, aí tem que se virar né... Aí vou no Fórum todo mês assinar. Peguei 13 anos, tava levando 1 quilo e trezentos. Era primeira vez que era presa. Quando fui presa peguei treze anos, cumpri 4 anos e 5 meses no fechado. Todo mundo que caiu naquela época, pego assim... Teve uma que pegou 15 anos... E nesta época tinha acabado de mudar para o 336, porque antes era 12. (Bianca, brasileira)*

Ludmila nasceu em Rio Branco, estado do Acre, é solteira, tem dois filhos, fez 29 anos e possui ensino médio completo. Relatou ser a segunda vez que é presa, pois anteriormente foi pega com 12 quilos de cocaína, no ano de 2007, onde ficou 7 meses presa e saiu com alvará. Após soltura, trabalhou em supermercado e abriu seu próprio salão de beleza. Relatou que no período da sua prisão passava por Brasília assiduamente para buscar drogas na Bolívia, recebendo de 9 a 10 mil a cada 8 quilos de cocaína entregues.

- *Tinha uma cliente, e todo final de semana ela tava lá. Ela morava no Acre, mas trabalhava com um pessoal em Santa Cruz. Aí, conversa vai, conversa vem e me ofereceu pra mim vim e levar uma droga para Turquia. Ela disse que eu ia ganhar 20 mil para levar um quilo, aí eu aceitei. Eu saí do Acre e fui para Cobija, de lá peguei um avião para Santa Cruz. Quando cheguei em Santa Cruz este pessoal que trabalhava com ela foi me buscar no aeroporto e eu fiquei na casa deles. Ela trabalhava no tráfico. Quando cheguei em Santa Cruz, a minha viagem era para sair com oito dias, quinze dias ida e volta, no máximo... Só que eu adoeci... Porque eles davam cenoura pra gente, para ir acostumando a garganta né? E eu não conseguia engolir a cenoura... aí eles cortavam vela, boleavam elas igual a capsulas mesmo e davam pra gente comer, só que a vela rasgou... acho que a cartilagem... aí eu adoeci, fiquei mais ou menos 15 dias com a garganta inflamada, perdi a voz e tive que tomar antibiótico. Daí com 20 dias não queria mais viajar, queria voltar para casa... então, já era para não acontecer a viagem né? Mas aí o rapaz falou que não, que já tinha gastado muito dinheiro e não sei o que... De lá fui para Puerto Suarez, aí daqui eu ia para Campo Grande, de Campo Grande ia pegar um avião para São Paulo, e de São Paulo Turquia, mas eu não cheguei a ir... Fui presa em 2012, peguei 4 anos e 10 meses. Eles estavam fazendo ronda noturna, coisa de rotina, eu tava de ônibus indo para Campo Grande... Foi no lampião aceso, estava eu e mais duas pessoas viajando, aí pediram para as pessoas descer e estavam fazendo perguntas para as pessoas, e eles pediram para algumas pessoas descer e eu*

⁶ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. (LEI 11.343/2006 (LEI ORDINÁRIA) de 23/08/2006) Ao que parece, através dos relatos, percebe-se que com a mudança de lei, o tempo de pena aumentou de 5 para 15 anos, acarretando do Juiz (a) em exercício na época, atribuir penas maiores do que anteriormente eram aplicadas. Aplicação esta, que posteriormente abrandou, mas o que ocasionou nas pessoas presas neste ínterim tirem penas maiores que as habituais para o mesmo delito.

tava no meio destas pessoas, e este rapaz tava do meu lado e perguntaram se eu conhecia ele, eu disse que não e perguntaram para ele se me conhecia, e ele disse que conhecia, aí começou a fazer pergunta para ele e ele começou a ficar nervoso... Aí o policial começou a jogar, dizendo que eu estava com capsulas no estomago, que ia me levar para o hospital para ver, eu disse que não, que podia me levar. Aí desceu uma boliviana que estava com a gente e ficou nervosa, ela pegou a passagem e jogou no chão, e tinha um policial atrás e ela não viu. Ela só ia nos acompanhar até São Paulo, de lá íamos embarcar para Turquia e ela ia voltar... Aí eles me levaram para o hospital e me deram laxante, saiu um pouco, sangrou... ixiii! É muita humilhação o que a gente passa! Elas iam estourar dentro de mim, eu não ia conseguir chegar em São Paulo, tava tudo espocando já... (Ludmila, brasileira)

Nascida em Uberaba, estado de Minas Gerais, Renata possui 44 anos, tem três filhas, sendo as duas mais velhas do primeiro relacionamento e a terceira do segundo, ao qual se separou depois da prisão. Renata e seu ex-marido foram presos no posto Guaicurus na cidade de Miranda, em abril de 2011, depois de terem passado por Corumbá de carro, para compra de drogas na Bolívia.

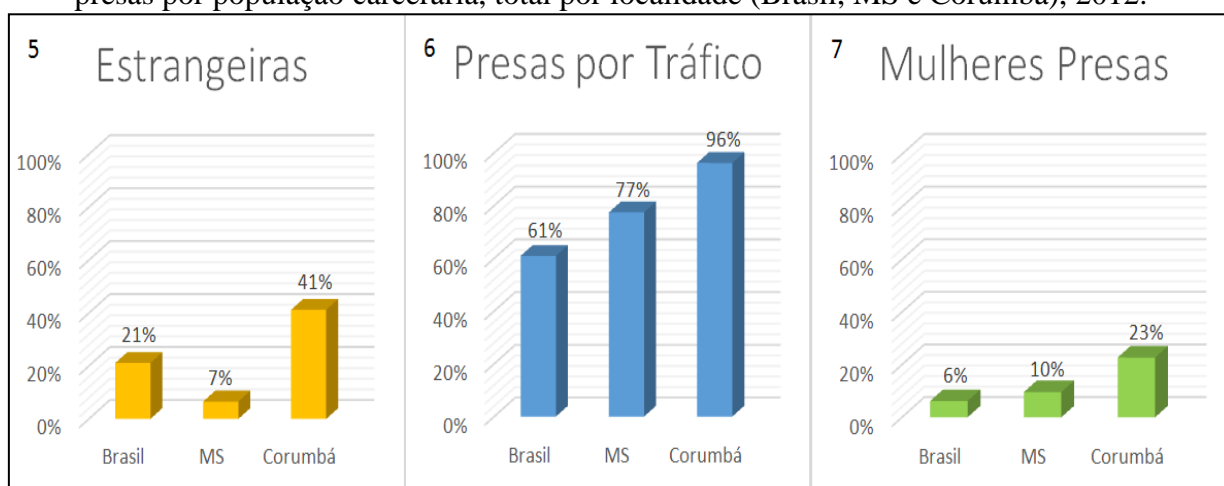
- *Agente tava Morando em Campo Grande em 2010, porque ele foi preso e eu me mudei pra ficar visitando ele. Ele já tinha sido preso em Minas, tava no semiaberto, aí foi preso com droga, com identidade falsa do irmão dele que tinha falecido. Na primeira vez ficou pouco tempo e saiu, depois ficou um ano, mais ou menos. Na terceira vez em Miranda ele fugiu de lá... Depois da segunda vez a pessoa não liga mais... Homem pensa diferente. Ele fugiu da delegacia de Miranda. Foi dois “rapaz” lá, armado e renderam o policial. Porque lá é uma casa... a cadeia é duas celas, uma masculina e outra feminina, praticamente junto e só fica um policial... Todo mundo bandido, diz que ia, mas na hora ficou com medo e não foi, só ele mais quatro quis sair. Eu não fui, depois ele disse que ia me arrancar a cabeça. Mas eu vi a única chance de me vê livre dele! Depois ele sumiu, e eu fui transferida para Corumbá. Ele ligou lá para a cadeia, aí o rapaz me chamou e eu falei com ele. Ele falou que se eu achasse que ia ficar um pouco presa, depois ia sair e ficar com outro homem estava muito enganada. Primeiro peguei 16 e 6, aí foi pro tribunal, recorri e baixou parai 9 anos, cumpri no fechado 2 anos e 9 meses, porque tive redução de pena. (Renata, brasileira)*

Partindo destes relatos, engendramos no Sistema Prisional Feminino em Corumbá/MS, o contextualizando em região fronteiriça, buscando perceber neste ambiente as condições que acabam por reverberar no perfil de mulheres presas na região, como também no território prisional onde são alocadas e, na territorialidade que se expressa na forma das mulheres vivenciarem o cárcere.

3. O SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO CONTEXTO DA FRONTEIRA

Analisando o Sistema Penitenciário Feminino Brasileiro e, comparativamente seus presídios, constata-se a existência de peculiaridades robustecidas nos presídios localizados em região fronteiriça, que são encontradas, em certa medida, nos demais presídios do interior do país, porém de forma menos incisiva. No Sistema Prisional de Corumbá, estes aspectos estariam intrincados, em sua maioria, a nacionalidade das suas detentas, pois a taxa de estrangeiras torna-se expressivamente superior a mesma taxa nos presídios do interior do Brasil (Gráfico 5), como também, na tipologia criminológica, a qual predomina o tráfico de drogas (Gráfico 6) e no índice de mulheres presas, comparativamente ao total de presos na localidade, sendo superior ao mesmo índice em outras regiões (Gráfico 7).

Gráfico 5, 6 e 7. Percentual de estrangeiras, mulheres presas por tráfico de drogas e mulheres presas por população carcerária, total por localidade (Brasil, MS e Corumbá), 2012.



Fonte dados dos Presídios no Brasil e MS: BRASIL. Ministério da Justiça. *Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 10 junho. 2011.

Fonte dados do EPFCAJG: NUMIG (Núcleo de Imigração) – Departamento da Polícia Federal – Corumbá-MS Org.: Guimarães, C.K.

Objetivou-se com a apresentação dos gráficos acima, contrapor as variáveis empiricamente consideradas “fronteiriças”, através de índices do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen (2012) e do Núcleo de Imigração – NUMIG, Departamento da Polícia Federal - DPF de Corumbá-MS; comparando dados do Brasil, do estado do Mato Grosso do Sul e do município de Corumbá. Intentando perceber através dos elementos, se há um perfil prisional diferenciado no Estabelecimento penal Feminino sediada na cidade de Corumbá, que se caracteriza como uma localidade situada junto à faixa de fronteira.

O que se verificou é que o cosmopolitismo, aliado a quase totalidade de presas respondendo a processo por tráfico de drogas, como também, o elevado número de mulheres presas na região comparativamente ao total da população carcerária em Corumbá, acaba por constituir um perfil da réu condenada na localidade, corroborando na geração de um presídio feminino com características fronteiriças; que se manifesta na singularidade de vivenciar o confinamento, no cumprimento de pena e desta forma na sua reintegração social.

Estes fatos também se confirmaram através das entrevistas, pois apesar de seus relatos diferirem nos fatores gerais, todas as mulheres entrevistadas durante a pesquisa, foram presas por tráfico sendo que, três das dez entrevistadas brasileiras são reincidentes e somente uma não teve histórico de delito ligado ao tráfico na família. Estas mulheres fazem parte de um fenômeno, demonstrado pelos índices femininos relativos às prisões por tráfico de drogas ilícitas no Brasil (61%), mas profundamente superior na região fronteira de Corumbá (96%).

Apesar do perfil da mulher presa no Brasil ser jovem (InfoPen 2012), os dados obtidos através das entrevistas mostraram idades variadas: a mais jovem têm 21 anos e a mais velha têm 49 anos, entre elas, quatro possuem de 21 a 29 anos, duas de 30 a 39 anos e as outras quatro possuem de 40 a 49 anos.

Muitos levantamentos atestam que, geralmente as detentas vêm de lares completamente desestruturados, tendo sofrido abusos e maus tratos e, devido a essa total desestruturação, repetem comportamentos aprendidos na infância, alegando que cometem seus crimes por legítima defesa ou por estado de necessidade, porém essas alegações não são consideradas legítimas pela Justiça (ALMEIDA, 2001).

Alguns autores contrapondo os motivos de encarceramento feminino no passado com os atuais, afirmam que se em um passado não muito distante, as mulheres eram presas devido a pequenos delitos, como furto, atualmente, a maioria das detentas foi presa devido ao envolvimento com o tráfico de drogas (FREITAS, 2002; LINJARDI, 2012).

Relacionado ao estado civil da amostra através das entrevistas, das dez mulheres, uma é solteira, quatro estão separadas, e as outras cinco estão amigadas/ casadas. Um fator predominante entre elas é o envolvimento no tráfico a partir do companheiro ou junto dele, das dez entrevistadas, oito relataram ter traficado junto com companheiro e sete já tiveram o esposo/ namorado preso.

Outro cenário sobressaliente nos apontamentos acima descritos está na participação familiar no tráfico, antes mesmo de um relacionamento com parceiro envolvido com esta mercadoria ilícita, como percebemos neste relato: *Ah, esqueci de falar que minha irmã também foi presa, foi junto porque meu cunhado foi preso e ela tava junto[...]* Várias delas

relataram que possuíam irmão, irmã, primos e outros parentes que já haviam traficado, desta forma sendo “natural”, dentro do seu contexto tal prática, relatando que mesmo não sendo verbalizado pelos pais, eles tinham conhecimento: *Pai e mãe sempre sabem, mas eu nunca falei, nunca perguntavam nada, eu sempre fui independente!* Fator que aponta para levantamentos feitos na cidade de Corumbá, que demonstra como as *bocas familiares*⁷ interagem na região (OLIVEIRA, 2012).

Narrando suas naturalidades, seis descreveram ser de Corumbá, uma disse ser de Campo Grande e as outras três relataram ser de localidades mais longínquas, sendo uma de Uberaba/MG, outra de Rio Branco/AC e ainda outra de Itabuna/BA. Desta maneira, percebemos, que não somente de países vizinhos, como da Bolívia, há um número expressivo de mulheres presas no EPFCAJG, como também de outras localidades do Brasil. Já, relacionados aos fatores motivacionais à entrada no tráfico de entorpecentes, as respostas convergiram ao fator dinheiro, apesar de divergirem quando elucidadas as áreas de necessidades.

Incrustadas em meio a estas situações, estão mulheres que, seja pela oportunidade de lucrar, dificuldades financeiras, vício ou acompanhamento de seus parceiros, acabam muitas vezes, se deslocando dos seus países natais, ou até mesmo, de outras regiões do Brasil, em busca de drogas, carregando junto ao corpo ou no seu interior – “corpo como mala” (LINJARDI, 2012), mas que sendo surpreendidas pelo flagrante e posterior prisão, acabam presas no EPFCAJG, em Corumbá.

Diante do exposto, subentendemos que apesar das presidiárias não serem fronteiriças, em muitos dos casos, por sua vontade, pois grande parte é presa em delito, na passagem pela zona de fronteira, torna-se fronteiriça por estar alocado em unidade prisional em região de fronteira. Também por vivenciar dentro da prisão, as questões inerentes ao ser fronteiriço. Neste contexto, pessoas oriundas de territórios diferentes partilham o mesmo território e, portanto sob a lei que abarca esta jurisdição, redefinindo suas identidades, seus espaços e seus significados.

Importante esclarecer que, as localidades entre “Corumbá, Ladário no lado brasileiro e Puerto Suarez e Puerto Quijarro pela Bolívia (Figura 1) constituem o território fronteiriço mais dinâmico” entre o Brasil e a Bolívia. (OLIVEIRA E LINJARDI, 2013, p.1). Costumeiramente brasileiros se utilizam de bens e serviços na Bolívia, e bolivianos do Brasil,

⁷ A *boca familiar* é a estrutura mais importante identificada na pesquisa de Oliveira (2012, p.78) sobre o comércio de drogas na cidade de Corumbá/MS. Segundo o autor: “o caráter familiar do negócio dentro do cotidiano da cidade torna-se de grande relevância devido às relações sociais que se estabelecem”.

é também notório apercebe-se de traços da Bolívia na cidade de Corumbá, tanto na presença dos bolivianos na cidade, quanto na moradia, na culinária e nas festividades (DIAS, 2010).

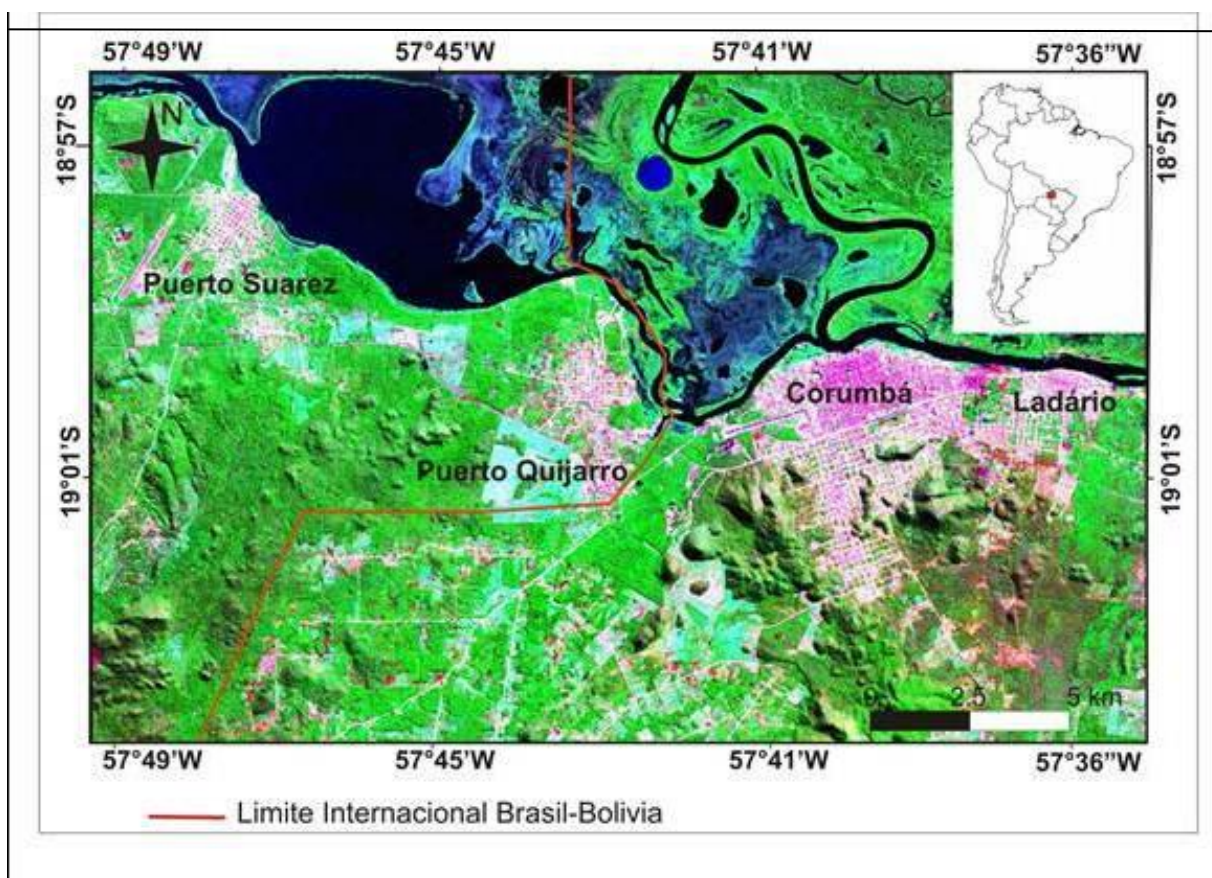


Figura 3 – Fronteira Brasil-Bolívia: Corumbá-Puerto Quijarro.
Fonte: Costa, 2012.

A cidade de Corumbá – MS, objeto de nosso estudo, é uma localidade fronteiriça caracterizada pela receptividade de diversos fluxos de origem boliviana. Segundo Oliveira (1998), Corumbá é diferente por sua história, por sua geografia e por sua economia. Num estudo comparativo entre cidades do Mato Grosso do Sul, Oliveira (1998) enumera múltiplas razões que diferenciam Corumbá e lhe atribuem especificidades que justificam sua condição de receptora de migrantes num fluxo que comporta correntes migratórias diferentes ao longo de 50 anos.

A região em estudo apresenta ainda outra especificidade:

[...] a cidade de Corumbá é um lugar estratégico de articulação dos fluxos de bens, pessoas e informações, configurando o denominado corredor bi-oceânico. Esse corredor agrega as duas margens litorâneas do continente, isto é, o sudeste brasileiro com os portos peruanos e chilenos do Pacífico, passando pelo eixo de concentração do povoamento boliviano Santa Cruz – Cochabamba – La Paz (Souchaud e Baeninger, 2008: 5).

Dentre essas novas perspectivas de análise, a globalização, por exemplo, há quase três décadas ganha espaço como importante contexto de favorecimento e facilitação da circulação de pessoas, mercadorias e capitais.

Essa região fronteira caracteriza-se como uma das regiões mais belas e ricas do continente Sul-americano, pois está constituída por áreas de grande interesse ambiental, como o Pantanal que é considerado Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO.

Nesse cenário, o estado de Mato Grosso do Sul, majoritariamente Corumbá, tem sido o principal corredor de transporte da pasta-base de cocaína, que seja produzida na Bolívia ou em outros países vizinhos, perpassa o território boliviano e adentra por essa porta ao Brasil com destino aos mercados consumidores.

Acrescenta-se o fato da Bolívia ser o terceiro maior produtor do entorpecente no mundo, sendo responsável pela fabricação e fornecimento de cento e treze (113) toneladas de cocaína, correspondendo a treze por cento (13%) de todo o produto distribuído mundialmente. Campos Neto (2011, p. 65), perdendo apenas para o Peru e Colômbia, que também se constituem como países limítrofes com o Brasil.

As mulheres neste contexto se apresentam, muitas vezes, como um transporte insuspeito para o tráfico de drogas, seja levando para sua própria comercialização, ou como ocorre mais frequentemente, sendo aliciadas com promessas financeiras se, contudo, chegarem aos seus destinos, por pessoas que fazem parte de organizações que muitas vezes, são desconhecidos para as mesmas. Através de entrevistas com as mulheres de nacionalidade boliviana no EPFCAJG constata-se, em grande parte dos relatos, esta triste realidade. Transcrevo a fala de Inês, senhora boliviana de 43 anos, que está presa no EPFCAJG, pois representa múltiplas histórias, de mulheres bolivianas que foram envolvidas nesta trama:

- *No dia que estava já passando a fronteira, só faltava o carimbo, aquela moça que atendia ali, me perguntou quanto eu tinha, eu disse, e ela me falou que poderia ser que eu não pegasse trabalho tão rápido quando imaginava, que deveria prevenir. Eu fiquei com medo de não conseguir o trabalho, então ela me falou que poderia ganhar um dinheiro fácil, era só levar algo no meu corpo até São Paulo. Eu aceitei. Ela falou para mim ir até uma praça perto do Panoff (supermercado) e esperar lá, pois um homem me encontraria para me dizer o que fazer. Fui de ônibus, do visto até a pracinha. Eles já estavam lá me esperando. Me levaram para um quatinho em uma vila ali perto mesmo, tinha um colchão no chão e um cobertorzinho. As quatro da madrugada eles voltaram com cocaína, tentaram colocar no meu corpo, mas começou a demorar, eu era mais gorda, tiveram que buscar uma saia. Acabei perdendo o ônibus que ia, tive que comprar a passagem para os das 8 horas. Não consegui chegar, então não recebi nada, fui presa no ônibus que ia para Campo Grande.*

Em apontamentos de Oliveira e Linjardi (2013, p.90) sobre a prática do ilícito de tráfico de drogas na região de fronteira de Corumbá e Ladário, no Brasil, com as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, denotam ser um “fato com grande ocorrência

na modalidade ‘formiga’, com atuação de mulas solitárias”, possuindo assim um risco individual, que usam o corpo na degradante condição de ‘mala’.

Oliveira e Costa (2011), tratando das rotas de escoamento da produção da paste base de cocaína colombiana e boliviana, cita a semi-conurbações de Corumbá – Ladário - Arroyo Concepcion - Puerto Quijarro - Puerto Suárez como uma das principais rotas de escoamento, passando assim, pela marca divisória da receita federal e entrando no Brasil através de diversas redes.

Partindo do Brasil em direção à Bolívia, após transpassar sedes de instituições como a Receita Federal, Polícia Federal e Agência de Vigilância Sanitária (LINJARDI, 2012), o caminho que se percorre entre as localidades de Corumbá (BR) e Puerto Suarez (BO) é feito através de uma estrada, que em seu percurso não consta residências, somente instituições, como a Prefeitura de Corumbá, a construção do prédio da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Corumbá/MS e posteriormente a área militar do Exército. A presença da representatividade governamental entre as localidades nos remete as relações de poder existente entre as mesmas (SOUZA, 1995). (Figura 4)



Figura 4 – Área Militar do Exército e Construção do prédio da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Corumbá/MS.

Fonte: Guimarães, C.K., 2014.

Fator intrigante nas entrevistas foi que, quando detalhada pelas mulheres as primeiras influências no tráfico fora do primeiro ambiente familiar (pai, mãe e irmãos), quatro descreveram ser no local de trabalho, duas com conhecidos e as outras quatro disseram traficar somente a partir do relacionamento com o marido/companheiro, visto que das dez mulheres que foram entrevistadas, seis descreveram traficar há mais de oito anos quando foram presas; duas de cinco a oito anos; uma há um ano, e apenas uma, disse ter sido a primeira vez, porém grande parte afirmou não ser constante o tráfico, mas ocasional.

Alguns pontos se configuram de grande relevância nestas informações, o primeiro, é o fato de algumas empresas na região de fronteira, se aproveitar da arbitrariedade do legal, para

lavagem do ilegal, se apresentando como cenário facilitador para o tráfico de drogas. Mostra-se importante entender que, a cidade de fronteira não é um lugar mais propício às atividades ilegais do que qualquer outra parte do território nacional, apenas os “esquemas” é que variam. O que de fato observa-se ao longo das pesquisas é que a cidade de Corumbá apresenta condições específicas para atividades “ilegais” específicas. (OLIVEIRA, 2012).

Isto também parte da realidade de Corumbá, que situada em região fronteira e, por ser uma área propícia a fluxos, trocas, negociações, torna-se uma localidade estratégica para articulação de bens materiais e imateriais. Segundo Machado (1998) há um aproveitamento das oportunidades de lucrar com os diferenciais de legislação, de moeda ou de risco. Desta forma, a fronteira também acaba por atrair, tanto pessoas quanto organizações, que se sediam ou passam pela faixa de fronteira em busca destes ganhos, entre elas estão “redes de intercâmbios de toda ordem” que exploram o comércio ilegal de drogas e se utilizam de mulheres, “seja pela condição de mulher ou social” para escoamento invisível da droga. (OLIVEIRA E LINJARDI, 2013, p.1).

Outro ponto estaria nos papéis e a partir deles, nas estratégias para escoamento da droga. Pois apesar de todas as entrevistadas terem relação com a cocaína que perpassa a Bolívia, de forma direta ou indireta, para revenda ou transporte em território nacional, as estratégias para deslocamento e comercialização da droga se mostraram extremamente criativas e os seus papéis no tráfico, distintos.

Mesmo todas elas terem sido julgadas com referência à Lei 11.343/2006, mais especificamente o art. 33, como elas mesmas descrevem, o tráfico ilícito de drogas, constitui-se de um tipo misto alternativo, contendo dezoito verbos nucleares, ou seja, possuindo uma grande abrangência em suas formas e métodos, cuja prática pode dar-se isolada ou cumulativamente. A simples conduta de trazer consigo substância entorpecente, sem autorização legal, para qualquer finalidade, exceto uso próprio, é considerado tráfico ilícito de drogas.

Assim, mesmo as mulheres entrevistadas tendo histórico e maneiras diferentes no transporte e venda de drogas, através das entrevistas, verificaram-se pelo menos, quatro categorias que refletem seus papéis no tráfico de drogas ilícitas, sendo elas: a subalterna, a aliciada, a autônoma e a chefe. Linjardi (2012) entende que o envolvimento cada vez maior de mulheres no tráfico de drogas, dá-se devido à crise econômica, o que corresponde ao motivo/necessidade, alegado por quase todas as envolvidas. A autora corrobora que muitas alegam o envolvimento amoroso com traficantes e criminosos, ponto de partida para seu

envolvimento com o tráfico de entorpecentes e outros crimes, ponto comum, mas não totalitário entre as matizes deste arcabouço atrativo a novas mulheres.

A primeira categoria, já apontada por outros autores, retrata a mulher **subalterna** ao companheiro/marido (LINJARDI, 2012). Neste papel, das dez entrevistadas identificam-se quatro mulheres, sendo que, algumas delas relataram saberem dos “negócios do marido”, mas não terem feito nada, simplesmente usufruírem; outra disse ser usada como motorista para o tráfico; ainda outras, descreveram saber de tudo e ajudarem o marido, uma delas enquanto o marido preso “fechava os negócios”, ela comprava, embalava, levava para o frete, fazia operações em bancos, tudo subordinada a ele, que dava as diretrizes a ela por telefone, já a outra disse enviarem para o nordeste, por caminhões até Campo Grande e por Sedex no restante do trajeto. Como se constata nos relatos a seguir:

- *Eu mesma não cometi nada. Na verdade o meu cunhado estava com a droga dentro da minha casa, na época quem mexia com isto aí, era o meu marido. Eu usufruía do que ele fazia, mas ele nunca deixou eu mexer com nada, fazer nada [...](Shara)*
- *Não conhecia ninguém em Corumbá e muito menos na Bolívia, não sabia nem pra que lado ficava. Eu vim pra dirigir, porque ele não tem carteira. Eu nunca tinha sido presa, ele já [...] Eu tava cansada dele há muito tempo, mas ele não deixava largar dele. Ele me ameaçava! Nós temos essa menina de 15 anos e ele falava que se eu fosse embora ele sumia com ela e me matava. E eu tinha medo e não ia, mas amar ele eu não amava! Minhas filhas mais velhas já tinham a vida delas. (Renata)*
- *Eu já estou envolvida no tráfico tem uns sete anos. Quando ele ligou para mim o telefone estava desligado... Eu já tinha jogado meu chip, eu estava dentro do carro da federal, falaram para ele que eu estava presa, daí ele disse: Como ela foi presa, se eu não pedi pra ela fazer nada... Eu comprava, embalava, levava para o frete. Eu não sei como chegava lá (Local de destino), eu sei que tem que chegar lá! Para não sermos investigados e nem descobertos a gente pagava um laranja, que era alguém que emprestava a conta para depositarmos o valor [...](Dafine)*
- *Comprávamos da Bolívia e pagávamos a vista. Os bolivianos não sabiam para onde iria a droga, eles apenas vendiam. Trafiquei por um ano, mandava daqui de carreta, era de 20 a 30 kg... Ia no meio de outras mercadorias [...] Daqui a Campo Grande ia de carreta, de Campo Grande pra lá ia de sedex. Eu não sabia que a droga ia por sedex [...] A droga ia para Aracaju. Daqui a gente enviava de caminhão, nunca pararam os caminhões. Eu entrei junto com ele, a gente não pensa né? (Graziele)*

A segunda categoria, é a **aliciada**, trata-se da mulher que por dinheiro, drogas ou outros tipos de benefícios, consente em levar drogas ilegais, interna ou externamente ao seu corpo, trazendo sobre si diversos riscos, que muitas vezes, nem elas mesmas tem entendimento (GIORDANI, 2000, LINJARDI 2012). Quando presas, dificilmente falam quem as aliciaram, tem medo de represálias, preferindo dizer que conheceram em festas, na rua, que “não os conhecia anteriormente” e que “nunca mais os viu”. Outras são aliciadas por quadrilhas e muitos dos “serviços prestados” são conjuntamente com outros integrantes. Dentro desta categoria foram identificadas mais quatro mulheres, como segue as narrativas:

- *Ele falava espanhol, mas eu entendo espanhol, eu morei na Bolívia em 2007 e também fui namorada de um Peruano. Na época que morava na Bolívia levava só para São Paulo, mas era tudo pelo ar, não passava por Corumbá [...] Fui presa em 2007 por “caguetagem”, dentro do avião já, ele iria do Acre*

para São Paulo, delataram a gente! Foi presa toda a quadrilha. Já viajei tragada, eu engoli a droga em capsulas, um quilo de cocaína através de 108 cápsulas de 8 miligramas em Santa Cruz. (Ludmila)

- *Eu usava (cocaína) antes de ser presa, eu já tava viciada, ainda um dia antes da minha viagem quase que fiz uma bobagem [...] Eu levava pra Campo Grande de ônibus. Na primeira Drácula que fui, foi com 300 gramas, que a mulher falou para mim levar no corpo, chegou na hora ela disse para mim colocar dentro da vagina. Doeu, mas eu tive que ir né? Puta menina fui morrendo! Na hora que cheguei lá, que tirei assim oh, foi sangue só! Porque foi machucando por dentro. Foi lá na casa da mulher, porque eu não tava conseguindo tirar nem no ônibus, porque fico preso, acho que lá dentro. Aí a mulher me pagou R\$ 300,00. Ela era mulher de um cara que me contratou, depois encontrei ela na cadeia, ela foi presa. (Bianca)*
- *Eu conheci esse cara numa festa, na faculdade [...] Essa pessoa que me aliciou nunca mais a vi, no meu depoimento eu não falei dela, pois não com pensa, acabo me queimando, ficando marcada [...] Tinha que pegar uma amostra na Bolívia e depois levar para Campo Grande, na época eu ganharia oito mil reais para levar em torno de 4 a 5 kg. (Amanda)*
- *Então, tava indo trabalhar e conversando, eu trabalhava de manicure, eu ia fazer a unha de uma “criende”... Aí eu acho que esta pessoa ouviu eu falando do meu “pobrema”, aí no mesmo dia ou ele ficou esperando não sei... até que me visse por ali para me propor isso entendeu? Foi aí que eu aceitei... Era para mim levar 2 kg e ele ia me pagar dois mil em Campo Grande. Ele me falou que quando eu chegasse lá, era para mim fazer a ligação aí ele ia pedir para eu esperar num lugar que ele conhecia e esta pessoa ia lá pelos trajes que eu tava vestindo. A pessoa que falou comigo para levar era de Corumbá, mas nunca mais a vi. (Ana)*

No ramo do tráfico de entorpecentes, raras são as exceções que apontam para mulheres como líderes do negócio, consideradas de alta periculosidade pelo consequente envolvimento com outros crimes também considerados hediondos. (LINJARDI, 2012). Segundo Almeida (2001) a mulher é repleta de sentimentos tenros, e até quando comete crimes, também possui justificativas ligadas a essa emoção e passionalidade. Mas é Duarte (2005) que esclarece, que à medida que a mulher moderna se afasta cada vez mais desse ambiente tenro, aumenta sua tendência para o crime.

A terceira e quarta categorias foram nomeadas de **autônoma** e **líder**, sendo caracterizadas por mulheres que, no seio familiar ou em relacionamentos interpessoais posteriores, assim sendo, no ambiente de trabalho, no meio de colegas, com parceiros, etc. Adquiriram estratégias para aquisição, transporte e comercialização de drogas ilícitas, o fazendo independente da presença masculina. A diferença entre elas se encontra no fato que, a primeira prefere “não ter subalternos”. Já a líder tem preferência por “trabalhar em grupo”, com posições e funções muito bem estabelecidas, citando até mesmo a criação legal de uma empresa de artesanato de madeira com CNPJ, para envio de drogas ilegais no interior dos artefatos, dentro de carros e também fretado em caminhões de transportadora para “outras partes” do Brasil.

- *Eu levava pra Bahia, quatro dia de viagem de ônibus. Se levava dez quilos, era cem mil. Eu não ganhava para levar, a droga era minha, tudo meu! Eu que vendia, por isso ganhava o meu [...] Já tinha até gente esperando [...]. Eu mesma que vendia, já tinha os lugar certo, só ia chegar lá e entregar, já era traficante mesmo! (Camila)*

- *Essa maneira de levar quem arranhou foi eu, e o meu irmão fazia junto comigo. Um ia com o carro na frente “batendo”, e o outro atrás, o que ia na frente, se via barreira dava sinal na direita e o carro de trás parava e soltava quem tava com a droga. Meu medo maior não era a barreira, mas era ficar muito tempo esperando, às vezes se dormia em outra cidade para voltar para buscar quem tinha ficado, porque era comum a barreira se deslocar. Às vezes tinha que embrenhar no mato e ficava sozinha, muitas vezes também em entrega de drogas [...] Quando fui presa estava na BR, passando o buraco das piranhas, saíram atrás de nós, foi por causa de uma denúncia, uma pessoa que trabalhava comigo, tinha saído três meses antes da gente fazer esta viagem. Essa pessoa era amiga do meu irmão. Não tem lógica, foi ele... Ele falou tudo como fazia [...] hoje ele faz a mesma coisa, da mesma forma que a gente fazia. (Maria Eduarda)*

Apesar de serem exceções, as mulheres com estes perfis, não deixam a sensibilidade da natureza feminina, ao contrário, expressam com naturalidade, não só “o quanto tinham que se mostrar destemidas”, como também o “medo” inerente ao “mundo do tráfico”. Em umas das conversas, a *chefe* compartilhava o acirramento entre os próprios grupos de traficantes e, com a Polícia Federal. Citando a ocasião em que teve a “carga (cocaína) roubada” sendo encapuzada, amarrada e “deixada com seus parceiros” no porto geral de Corumbá, sem ter para quem reclamar, a não ser, “entre eles mesmos”. Ou nas circunstâncias de sua prisão, onde descreveu ter sido torturada para que confessasse que era a líder, tendo seu rosto desfigurado, a ponto de seus olhos ficarem tão inchados, que não conseguia abri-los.

Segundo o IBGE, Corumbá teve a taxa de pessoas na faixa da pobreza em 43% no ano de 2013, isto abrange praticamente a metade da população e, obviamente tem repercussões sobre as configurações na cidade, algumas visíveis, como o número de trabalhadores informais, de ambulantes, de *promoções*⁸, como também na quantidade de mendigos nas ruas. Outras, menos visíveis, dizem respeito às teias de “ilegalismos”, como as redes ilegais para contrabando de roupas, bebidas, perfumes e até do tráfico de drogas, principalmente da cocaína, com suas capilaridades nas redes sociais e práticas urbanas.

Buscando as raízes destas ambiguidades territoriais que possuem diversas repercussões, Oliveira apud Oliveira (2009, p. 48) correlaciona os fatores tráfico e falta de oportunidades no mercado formal de trabalho, sintetizando:

Devido a essa integração funcional, foram criadas relações das mais diversas entre bolivianos e brasileiros, os quais viram nesse comércio tanto uma possibilidade de se ascender socialmente devido ao lucro rápido da venda, quanto para as necessidades de subsistência em função da falta de oportunidades no mercado formal de trabalho na região.

⁸ A *promoção* é uma atividade econômica que consiste na organização familiar ou de amigos que se juntam para tentar vender algum tipo de comida (pavê, churrasco, sarravulho, etc.) em algum dia pré-determinado, através de cartões promocionais, que serão vendidos nas redes de sociabilidades dos envolvidos na promoção, com o intuito de conseguir determinado valor para uma causa específica. (OLIVEIRA, 2013, p.32)

Segundo Costa (2011), historicamente esta fronteira foi constituída de trabalhadores, de homens e mulheres honestos, que buscavam alternativas para simplesmente melhorar a vida. As contravenções vieram depois, e se intensificaram com o tempo.

Nas palavras de Costa (2011, p. 140), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da violência urbana na Câmara dos Deputados, de Dezembro de 2010:

[...] indicou Corumbá como uma das 17 cidades consideradas principais portas de entrada de drogas e armas do Brasil. Entretanto, a cidade não foi contemplada com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) [...] Contudo, a política de combate ao crime do Rio de Janeiro (em 2010), culminou com envio de tropas da Força Nacional de Segurança Públicas (FNSP) para Corumbá, tida como uma das principais entradas de armas e drogas que abastecem as organizações criminosas localizadas nos morros fluminenses.

Portanto, a localidade fronteira de Corumbá, tem uma grande potencialidade de cooperação, sendo polo atrativo tanto para práticas legais, como pessoas que mudam para estas localidades em busca de uma oportunidade de trabalho, um custo de vida menor, acessos a serviços públicos, a cotidianidade das trocas entre dois grupos nacionais; como também, se caracterizam como lugares de contradição, atraindo grupos interessados na ilegalidade, devido a fronteira ainda estar na periferia dos objetivos de desenvolvimento do estado-nação.

Logo, é neste espaço de vigorosa integração e ambivalências de fluxos diversos e interações constantes “que se estabelece uma atmosfera propícia para funcionalidades distintas. Neste palco de relações abruptas, o espetáculo trágico é dado pelas manifestações duvidosas, onde o tráfico de drogas, nas suas mais variadas formas e envolvimento, é uma peça de relevo” e grande parte da população feminina do Sistema Prisional de Corumbá, oriunda deste contexto, se apresenta para as organizações do tráfico, simplesmente como um artefato de reposição. (OLIVEIRA E LINJARDI, 2013, p.3).

3.1 O TERRITÓRIO PRISIONAL E A TERRITORIALIDADE DA MULHER NO CÁRCERE

Assumindo a concepção de Costa (2009: 62) que inspirado em geógrafos como Milton Santos, Claude Raffestin, Marcelo Lopes de Souza e Marcos Aurélio Saquet, entende-se que o território prisional em pauta, é formado a partir do espaço através de relações sociais, e fundamentalmente a partir de relações de poder, “cuja materialidades são reflexos das imaterialidades e das ações territoriais dos agentes e atores do espaço”, pressupondo “um estado físico dotado de recursos naturais e materiais debilitados política ou culturalmente” cujas territorialidades são frutos de agentes que não são exclusivos deste território e nem desenvolvem ações repositivas a ele, desenvolvendo ações além do local.

Assim, compreendemos que o território prisional EPFCAJG é formado por atrizes sociais, sendo 59 brasileiras e 45 bolivianas em Janeiro de 2013 que, em sua maioria, pertencente à camada financeiramente hipossuficiente, sem estudo formal, jovens, solteiras ou amigas, mães, que foram presas transportando pasta base de cocaína ao passar por Corumbá/MS, objetivando levar a droga para outras localidades. Contudo, há presas neste Estabelecimento Penal, que já cumpriram parte da sua pena em outro presídio, e foram transferidas para o presídio de Corumbá/MS. Nele encontram-se também, agentes da AGEPEN, na área administrativa, médica, psicológica, social e de segurança.

No entanto, a forma como esse processo relacional, redesenha e redefine o espaço prisional, através dos jogos dos seus atores nas mais diversas situações, se caracterizaria como territorialidade que, segundo Robert Sack (apud Saquet, 2007), estaria estreitamente interligada a área, a comunicação e as relações de poder. Assim, os territórios são socialmente produzidos e seu uso e efeitos (territorialidades) dependem de quem está controlando quem e para quais propósitos.

Importante aclarar que neste território há diversas clivagens, instituídas pela gestão penitenciária, as duas maiores foram instauradas de acordo com os regimes, entre eles o fechado, onde se encontram as mulheres presas em seu primeiro estágio, e posteriormente o semiaberto, onde estão as mulheres que pernoitam no presídio e passam o dia fora dele. Trataremos aqui, do primeiro estágio da mulher no sistema prisional, ou seja, quando ela é presa, até o seu período no semiaberto, procurando entender como este território e suas territorialidades repercutem em suas condições de reintegração social.

3.1.1 CONFIGURAÇÃO DA VIVÊNCIA NA PRISÃO

Embora as violências física e psíquica, comumente, integrem o cotidiano da mulher brasileira fora das prisões, quando encarcerada, ela não apenas experimenta a imposição de normas rígidas institucionais, como também é submetida a castigos e punições não previstas na LEP, pelo Aparelho Estatal, o que caracteriza postura punitiva sustentada pelo Estado. Diferente do que se fantasia, as cenas no EPFCAJG não começam com algemas, cela e tranca, mas com a inclusão, denominada pela administração prisional, ou “corró”, nome usual utilizado pelas presas, que nada mais é do que a “sujeição ao sistema”, uma peça mínima, com uma cama de cimento, onde a mulher presa passa seus primeiros momentos na prisão, ficando neste espaço até moldar-se a conjuntura deste território. Tal como muitas descrevem ao relatar a experiência do “corró”:

- *Quando você entra lá, você vai para o corró. Este corró para elas é para ver o andamento da gente, de 30 a 40 dias ali. Corró é um espaço minúsculo que de lá, você sai só de manhã, 2 horas no sol, quem vai chegando preso fica naquele lugar ali. Tem um banheiro. Tem 2 corrós lá atrás, e um na frente que é para gestante e para criança. A gente fala corró, eles falam inclusão, vão estar nos incluindo ali, para ver como agente vai agir né? Cada um fica um tempo, um fica mais outro menos, às vezes fica 30 dias no chão, só tem uma cama, as que vão entrando vão dormindo no chão [...](Ludmila)*
- *Na época já tinha o “corró”, inclusão, é para judiar da pessoa, é para teu consciente acostumar que você está ali, mas dali será pior para cima. Tá entendendo? É um trocinho de nada, é meio por um, e ali fica 5, 6 mulheres, para costumar, para bater a cabeça, para poder subir, na época ficava 10, 12 dias para poder subir. (Shara)*
- *O corró é um período de humilhação e observação, porque você não pode nada, é privado de tudo! Passei 46 dias no corró pela primeira vez, não sabia como as coisas funcionavam [...] E na segunda fiquei 33 dias. (Maria Eduarda)*
- *Fiquei 30 dias no corro. É um ambiente escuro, horrível, com um cheiro de barata, rato [...] é uma cama de cimento, sem colchão, fiquei sozinha no corró. (Amanda)*
- *Eles não mostram o corró, onde que é [...] É um isolamento, mas que agora onde era grade eles isolaram com latão e fica escuro, fica uma “boqueta” pequenininha, a porta é totalmente de ferro, e tem só uma portinha onde passa comida. (Dafini)*
- *Quando eu cheguei lá, fiquei 4 meses em Aracajú, lá não existe o corró, era direto para as celas. Tínhamos 4 refeições.(Graziele)*

As relações de poder nas instituições prisionais aparecem mais puramente na forma do poder disciplinar, onde se faz sentir em estado mais abrupto e visível, as técnicas de disciplinamento dos corpos a fim de torná-los dóceis e úteis (FOUCAULT, 2000). Porém, mesmo dentro do Sistema Prisional Brasileiro, há diferenças em sua aplicabilidade. Método que não ocorre na maioria dos Estabelecimentos Penais, em Corumbá faz-se comum. Este local dentro do EPFCAJG, não foi citado em nenhuma das conversações com a administração penitenciária, mas depreende-se a vicissitude que ele possui nas falas de todas as entrevistadas.

Partindo deste período, a mulher segundo o artigo 5º da LEP, deveria ser classificada segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Na realidade vivenciada por elas, porém, isto não ocorre, segundo as entrevistas, o local é sinônimo de abandono, dor e frustração:

- *A gente pode delatar o que acontece lá dentro? Então né... Porque tudo bem a gente cometeu o crime, a gente tá pagando, uns se arrependem outros não, vou falar a verdade, uns voltam a cometer, como eu, mas não quero mais. Dizem: você tem que mudar! Mas tem que depender de mim. Eu que tenho que ter opinião própria, você entra de um jeito e sai de outro, faltando pedaço, não tem assistência, falta de interesse pelo preso também...O presídio é um horror! As coisas que a gente passa, as coisas que as pessoas passam que é pior que a gente... Eu tirei as cordas da mulher que morreu Ela disse que queria se matar, não queria comer... Eu peguei a faca para cortar a corda com que ela se matou. Na primeira vez que fui presa, eu vi uma degolada e na segunda também [...] (Dafini)*
- *As pessoas acham que todos que estão na prisão irão sair de lá loucos!(Maria Eduarda)*
- *[...] porque infelizmente quando sai da cadeia a própria sociedade te degenera, coloca você lá em baixo, você já foi preso [...] Sofre muito preconceito! (Graziele)*

Assim, a realidade focalizada nesta pesquisa é a de um ambiente repleto de contradições, que expressam a dureza do cárcere e ao mesmo tempo relações sociais de caráter próximo e funcional, mas que não deixam de serem controversos, dadas as condições de aprisionamento. Desta forma, apesar da visão estereotipada da sociedade em relação ao detento, e os sentimentos desesperançosos daqueles que se encontram presos, observa-se que esta mesma realidade acaba por reforçar sua interdependência. (Figura 5).



Figura 5 - Datas Comemorativas: Dia das Mães e Eleição da Miss EPCAIG.
Fonte: Jornal Diário Online, 2012.

A partir das interlocuções, percebeu-se que as relações, primariamente se apresentaram através da criação de uma vizinhança espacial, pois na sua maioria, os indivíduos presos em flagrante, seguiram para o presídio, onde foram alocados em celas com outras pessoas, com quem nunca haviam se relacionado antes.

- [...] Foi totalmente complicado, você convive com pessoas que você nunca viu, que você não sabe se tem maldade ou se não tem. No começo me trataram muito mal, pelo fato de ser “filho de polícia”, mas ninguém me abusou, e depois com o tempo fiz amizade com elas. (Amanda)

Trata-se da participação em uma vizinhança espacial que, como afirma Fernandes (1973), tem por base a proximidade física entre os indivíduos em uma área contígua. Com o tempo, devido principalmente às necessidades básicas, como alimentação, higiene e diálogo, buscando a sobrevivência em grupo, as relações passam a se tornar mais próximas, evoluindo para uma vizinhança social, isto é, para a proximidade relacional, em que as pessoas se conhecem cada vez mais e ampliam sua consciência da interdependência.

- Já cheguei a ficar em uma cela com 12, com temperamentos diferentes, brasileiras, bolivianas, angolanas, húngara [...] Eu me adaptei bastante com as bolivianas, tive desde do “corró” com elas, não tem ninguém por elas, elas criam um carinho pela gente, querendo eu não, quando a gente tem um sabão a gente divide, se a gente tem uma bala a gente divide, cria aquele afeto, até para a família da gente que vai ali vê. (Shara)

Percebem-se as estratégias de atendimento às necessidades de consumo, produção e serviços nas próprias falas das presas, que expressam que para o suprimento das suas mais

diversas necessidades, precisam dividir comida, utensílios, fogão, aquecedor de água, ventilador, dentre outros. Para a assistente social, isso é na verdade um jogo de interesses, como a questão das mais novas, muitas vezes, preferirem ficar em cela com mais velhas, porque estas, já não tem mais tanto vigor para executar as tarefas; por sua vez, as mais jovens, muitas das quais não recebem visitas, não têm como atender as suas necessidades, então limpam as celas e lavam roupas, esperando receber algo em troca.

Já as presas, que possuem filhos no berçário, para terem com que lavar os seus próprios pertences, muitas vezes, picam o sabão em barra do setor infantil e colocam em um saquinho, escondendo em suas partes íntimas, passando desta forma despercebida na revista. Dentro do estabelecimento penal feminino, há várias realidades. Há presas que no flagrante estavam abonadas e, durante a investigação, concluiu-se que o dinheiro não era oriundo do tráfico, entrando para o presídio com determinada quantia (algumas vezes guardada pela assistente social), outras perdem tudo:

- *Quando eu “cai” presa fazia 10 anos que eu tava.. Adquiri se adquiere, mas quando cai dentro da cadeia [...] porque você quer sair, aí você paga advogado, se vende carro, você tem toda uma família, meu pai, minha mãe, pessoas... Um advogado “20 conto”, eu tive 3 advogados, o primeiro cobrou 15 e os outros dois 20. (Maria Eduarda)*

Algumas recebem visitas familiares frequentes, ganhando alimentos, dinheiro, objetos.

Já outras, trabalham dentro do presídio com artesanato (crochê), que é vendido.

- *[...] só entra roupa e material de higiene quarta, às vezes, pode entra biscoito, quando elas deixam, o dia que entra as coisas, tudo que possa fazer lá dentro, quarta é dia para entregar compras, domingo é o dia de visitas... Comida pronta é só domingo. (Maria Eduarda)*
- *Têm vezes eles deixavam metade do dinheiro com a pessoa e a outra metade guardado, quando a pessoa precisava ela pegava. Hoje me parece que você não pode ter mais de R\$ 150,00 dentro da cela. No corro é R\$ 100,00. [...] Na cantina não vende nada, só bala. [...] Só pode entra alguma coisa crua na quarta. No domingo entra cozido. (Dafini)*

Desta forma, as presas, de acordo com as suas necessidades adquirem e posteriormente compartilham pertences, utensílios, alimentos, produtos de higiene com as companheiras de cela e muitas vezes com o grupo em geral.

Dentre as evidências de interdependência nas trocas, relações e complementaridades, têm-se a expressiva solidariedade observada no cuidado que uma tem com a outra, que pode ser percebida na consideração com aquela que possui alguma dificuldade, doença, mesmo quando se trata de situações punitivas:

- *Todas nós tínhamos celular, mas um dia a agente pegou, não era o meu, era o de outras duas da minha cela, mas a Duda tinha problema de coração e fiquei com pena dela apagar lá. Na hora que a agente começou a falar com ela, eu vi ela já inchando, ficando estranha... Aí assumi. Fui eu e a outra pro forte. Se sabe né? As vezes ficam até 8 dentro daquele aperto horrível, sem luz, sem cama, sem nada, no puro chão. A água, quando lembram de nos dar, é quente. E a comida: bem pior da que você come na cela. O banho lá dentro é com a água de duas garrafas pet, você joga por cima. Mas quando a gente tá naqueles dias e vai pro forte, é terrível! Você enlouquece lá dentro! Pelo menos foi melhor desta vez, porque não tava sozinha. (Bianca)*

Esses exemplos expressam a própria territorialidade, que nesse caso se caracteriza pelo uso do território na busca de atendimento às mais distintas necessidades, revelando assim proximidade além do espaço, mas baseada em relacionamentos, como no discurso: “*Quando sair levarei amizades, não só da minha cela [...]*”. (Figura 6).



Figura 6 - Atividades Recreativas.
Fonte: Jornal Diário Online, 2012.

3.1.2 INTERDEPENDÊNCIA E COESÃO

A ambientalização desta população carcerária, expressa diversos pontos de convergência, bem como de divergência. O primeiro ponto, que se torna fundamental para a coesão é o fato de todas estarem reclusas, independente de já terem sido julgadas ou não. A convivência diária e a situação prisional vigente acabam por fortalecer a união das mesmas. (Figura 7).



Figura 7 - Presas reunidas para palestra.
Fonte: Jornal Diário Online, 2012.

Deve-se ressaltar que são levados para reclusão costumes, crenças, valores sociais, de fora do presídio, que através dos relacionamentos são compartilhados, como as rodas de tereré que, iniciadas pelas brasileiras, tornou-se uma prática também das estrangeiras.

Mas os relacionamentos nem sempre se dão de forma harmoniosa, pois como indivíduos possuímos diferenças e o intrínseco desejo de liberdade que, segundo Groppo (2000), apesar dos indivíduos encontrarem abrigo na vida social sob o princípio comunitário, surgiram desejos de liberdade, emancipação e autonomia, tanto de partes do grupo comunitário, quanto dos indivíduos.

- *Já falaram por de trás que vão matar, que não vão com a cara. Mas nunca falam na minha cara. Dizem: vou xinxar. (Maria Eduarda)*
- *Vivem no Gozofone [...] uma mulher liga para outro homem, conversam e se masturbam, enquanto isso outros veem e ouvem. (Dafini)*
- *No presídio existe um tipo de estimulação pelo telefone, algumas mulheres pegam o telefone para ficar se masturbando... Ligam para os namorados das outras... E ficam se masturbando. Ali a gente fica sujeito a tudo, o que dá para fazer é fechar nosso "teto" que é a cortina, mas dá para escutar. (Graziele)*
- *Tentam ter uma liderança, né ? Porque cada uma tem uma personalidade, eu não aceito que mande em mim, ninguém me dá um real porque vai manda ne mim. Mas tem umas que aceitam, são pau mandado mesmo. Mas a gente que é independente [...] As que tentam mandar são brasileiras. (Ana)*
- *Acontece muito de roubaram nossas roupas, calcinha, meia [...]. (Amanda)*

Ou seja, apesar da interdependência e da comunhão de interesses cotidianos entre as presas, as diferenças entre elas emergem como um anseio de se desvincular.

Assim, de modo empírico, o relacionamento com pessoas de diferentes nacionalidades traz em algumas ocasiões um choque de culturas. Algumas estrangeiras apontavam que as detentas locais, não despertavam interesse em participar das atividades e preferiam ficar ociosas, devido a visitas de seus familiares e desta forma o suprimento de suas necessidades com mais facilidade. Já as brasileiras diziam que as próprias bolivianas tinham preconceito uma com a outra: *Existem diferenças entre elas mesmas. A colha não se dá com a camba*⁹. *As brasileiras se dão mais com as cambas. Porque as colhas são ruins, elas não tem aquela coisa de dividir, tudo é só são para elas mesmas, elas são mais fechadas.*

⁹ O termo collas – que hoje existe na oposição aos cambas – deriva da distribuição e diferenciação histórica e pré-colombiana. Assim, o termo colla derivaria da palavra collasuyo, que designava um dos quatro setores (distritos) do Império Inca, o qual correspondia, grosso modo, à atual região andina da Bolívia. Hoje, a palavra colla designa os que são ou vêm do altiplano, isto é, os aimaras e quíchuas. Por contraste e na origem, os cambas são os membros das comunidades nativas das regiões baixas principalmente guaranis e chiquitanos. Como qualquer marcador identitário fortemente reivindicado, o emprego da palavra colla (sempre usada pelos cambas) adequa-se mal à realidade, mas expressa tensões sociais profundas que, no caso boliviano, assumem formas territoriais (SOUCHAUD e BAENINGER, 2008, p.273 apud BLANCHARD, 2005).

Outro ponto que acarreta divergências é a utilização ou não de drogas: “*Para mim é insuportável ficar na cela enquanto elas estão fumando maconha*”, disse a entrevistada estrangeira, em tom baixo, para que os funcionários da AGEPEN não a ouvissem¹⁰.

Apesar da assistente social no presídio dizer que trabalha para que todas tenham suas necessidades básicas supridas, isto se torna irreal ao ouvirmos as detentas:

- *A psicóloga e a assistente social nunca atendem lá no presídio. (Amanda)*
- *Muito difícil ter psicólogo, assistente social... Eles dizem que não tem tempo, A gente pede absorvente, papel higiênico e eles não dão! Tem psicóloga, mas ela tem muito serviço e não tem tempo para te atender, só se você manda um bilhetinho para ela, falando que você tá com urgência, aí ela te atende, porque é muito serviço! (Dafini)*

Consequentemente, devido a uma série de demandas burocráticas, tanto a Assistente Social, quanto Psicóloga não cumprem o seu papel, não conseguem atender as “audiências”, como são chamadas pelas presas, as conversações com os servidores da AGEPEN. Assim, aqueles que deveriam contribuir para a reintegração social das detentas são colocados no mesmo lugar dos representantes do direito. “*Quero uma audiência com a doutora*” elas dizem, quando precisam falar com a psicóloga, assistente social ou diretora.

A proximidade que algumas reclusas têm com o administrativo do presídio também se torna um ponto de desagregação, pois por trabalharem como auxiliar administrativo, copeira, etc., acabam por obter acesso à direção com mais facilidade do que as outras. Está situação se fez notória durante a entrevista realizada na sala da administração, pois percebeu-se que as presidiárias tentavam se usufruir da proximidade naquele momento com a direção para realizar algum pedido.

3.1.3 RELACIONAMENTOS: ESTRUTURA E RELAÇÕES DE PODER

Os relacionamentos primários estão associados a uma vida íntima, onde há contato direto, pessoal, conhecendo as pessoas pelo nome, compartilhando experiências, emoções e sentimentos individuais, onde há um controle social intenso (TÖNNIES, 1947).

Entende-se assim, que os relacionamentos primários são evidenciados de todas as formas de contato direto entre as pessoas no estabelecimento penal, de tal forma que a maioria, senão todos se conhecem, troca favores, confia problemas e intimidades. As pessoas se ajudam reciprocamente e, não raro, se ajudam em afazeres. Rodas de tereré e

¹⁰ O tom baixo se deve as entrevistas com as estrangeiras terem sido realizadas na sala da diretora do EPFCAJG, com a justificativa que devido ter somente quatro agentes, a segurança ficaria dificultada.

reuniões para oração são comuns, sendo facilmente observadas na convivência prisional (Figura 8).



Figura 8 - Atividades em grupo.
Fonte: Jornal Diário Online, 2012.

Já outras situações não são claramente observáveis, mas se manifestam como territorialidades no espaço prisional, “esquemas” arriscados, dentro das proibições do Sistema Penitenciário, como o compartilhamento de comida com uma mulher que esteja no *forte*:

- Fizemos cada uma pela outra: dessa vez, as meninas queriam nos dar marmita quentinha e uma coca-cola gelada. Elas assobiaram da janela delas, subi na grade e estiquei a mão pra fora, elas atiraram a tia Tereza, tipo uma corda que a gente faz desfiando o lençol, segurei e lá vem à marmita na sacola pela Tereza... Mas na hora da coca, a sacola caiu, deu barulho e os agentes do muro viram, ouvi eles dizendo: olha o que elas estão aprontando! Vamos só ver se elas vão conseguir. Se fossem as colete, a gente tava ralada, ia dobrar o forte. Aí pensei, pensei e disse pra ela: ah! Eu não vou ficar aqui passando vontade, aí peguei um arame que tava amarrando a grade lá e fiz um gancho, desci devagarinho, mirando a alça da sacola, foi... foi... até que consegui, mas a sacola quando tava subindo arrebentou e a coca caiu de novo. Aí peguei a Tereza e fiz um laço na ponta, daqueles que quando puxa, a corda sobe e o laço fecha, e fiquei pescando o gargalo até que consegui! Não tava mais geladinha, mas tomamos felizes! Ta vendo esta cicatriz aqui (mostrou o braço)? Foi numa outra vez que me mandaram uma Tereza no forte, de corda de náilon, na hora que fui pegar, foi no braço e “queimo”! (Bianca)*

O contato primário se dá essencialmente entre as reclusas, já as relações secundárias que, para Tönnies (1947) são caracterizadas pelos contatos indiretos, relações impessoais, identificação por funções ou papéis sociais, distância social entre os indivíduos, não se compartilhando experiências ou sensações individuais, ocorrem entre as presas e aqueles que representam os órgãos atuantes no Estabelecimento Penal: AGEPEN (Agentes Penitenciários), Direção, Administrativo, Serviço Social, Psicologia e Comissão Disciplinar. Assim, os contatos secundários se dão essencialmente por relações de poder. A respeito desta temática, Hanna Arend (1988, p.18-19) descreve que o poder:

Correspondente à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo, pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que

alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece.

É na definição e delimitação do espaço, por e a partir das relações de poder que o território prisional é definido. Souza (2000, p.78) Neste local, onde há relações de poder em todos os níveis que se dão os jogos de força:

- *Tinha preconceito das agentes com as estrangeiras, digo preconceito assim, tinha vez que elas precisavam de alguma coisa e deixavam elas de castigo, mais que as brasileiras, castigo que eu falo é assim: você vai lá e pede um remédio porque tá com dor de dente, demora 500 anos pra trazer um remédio, você é estrangeira, eu vou lá é peço, sou brasileira, demora menos.*

Desta forma, o território prisional se apresenta como “[...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (insiders)”, que se apresenta como a coletividade, a comunidade, e neste caso, as presas e os “outros” (outsiders), os de fora, os Agentes Penitenciários (SOUZA, 2000, p. 86). Estas estruturas são identificáveis na dificuldade de se obter atendimentos na prisão:

- *Sabe por quê? Porque marca audiência, marca com a psicóloga, marca com a assistente social e ninguém atende a gente... Médico? Tem que falar que você está morrendo para ser atendido! Diretora então... Aí você tem que escrever em uma folha de caderno: “solicita audiência com a diretora”, e “tretar”(falar) ainda lá’ com as polícias, falar mesmo, debater lá, se não você não fala [...](Dafini)*

Bem como, na forma em que os atendimentos ocorrem:

- *Você acha que um cirurgião plástico irá dar resultado quando uma pessoa precisa de um clínico geral? Lá é um cirurgião plástico que atende a gente[...] Chico Xavier né? Porque você chega lá ele fica com a de cabeça baixa, encostada na mão e diz: vai falando, vai falando... E depois diz: dá este remédio para ela, e fica assim... De cabeça baixa, é Chico Xavier mesmo... É aquela consulta que não olha para sua cara, você está com dor em um lado e ele receita remédio para o outro. (Maria Eduarda)*
- *Eu to com a minha unha inflamada, ele falava: toma diclofenaco. Mas eu falava: diclofenaco não serve para mim. Ele falava: Quem falou? Serve sim. (Dafini)*
- *Fica conversando com dona Ilda enfermeira e diz: pode falar. Dona Ilda é faladeira, grita, xinga a gente. Tem uma lá que é bem quietinha, porque as presas já pegaram ela pelo pescoço, por isso ela ficou assim, é a dona [...], ela não queria dar remédio para presa e grudaram no pescoço dela, agora ela é mais de boa. (Ana)*

Para Robert Sack (apud Saquet, 2007), a territorialidade é a expressão geográfica do poder social. É importante entender que os territórios podem ocorrer de maneira sobreposta, em múltiplas escalas e múltiplos tempos (Souza, 1995). Logo, o presídio de Corumbá é um território que tem alguém que manda em nome de um consenso de poder instituído, conforme Souza (1995) utilizou para expressar o entendimento de poder expresso por Hannah Arendt.

Por conseguinte, a territorialidade da AGEPEN sobre a mulher presa na fronteira torna-se abruptamente penalista, no momento em que a repressão sobre a mulher se manifesta superior a do homem, onde o contato se dá de forma mais difícil. Como por exemplo:

enquanto os banhos de sol masculinos são duas vezes ao dia, o das mulheres ocorre uma. A privação de liberdade é aguda, pois todas as cartas que mandam e que recebem são lidas.

Para Raffestin (1993, p.144) o conceito de prisão está atrelado ao espaço: “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.” Desta forma, neste local onde a mulher é duplamente presa, ela se utiliza da própria territorialidade local, o diferencial fronteiriço, como uma estratégia de controle, objetivando a liberdade:

- *Teve um primeiro grupos de bolivianas, fez um documento falso, tirou a carteirinha, elas poderiam trabalhar em vários locais da cidade, eram umas dez presidiárias, todas fugiram para Bolívia, depois liberaram outro grupo, para trabalhar na brigada militar e três fugiram, daí liberaram a guarda particular, é feita uma carta, dizendo que eu trabalho para alguém em particular, daí uma delas fugiu.(Maria Eduarda)*

Longe de suas casas e famílias, trabalhando durante o dia e tendo que dormir à noite no presídio, sem auxílio, as bolivianas deveriam progredir diretamente para o aberto, sem necessitar passar pelo semiaberto. Mas o que ocorreu foi o contrário, uma ilegalidade arbitrária, o sistema se fechou ainda mais para a estrangeira presa na fronteira, devido a uma evasão, elas são obrigadas a se submeter a formas diferenciadas de violência e de exclusão, de um Estado que prende o estrangeiro, mas não oferece alternativas para seu retorno a sociedade.

Entrevistando a Policial Federal responsável pelo Núcleo de Imigração em Corumbá – NUMIG, questionou-se sobre as maiores dificuldades na inserção de detentos em região fronteiriça, a entrevistada destacou primeiramente as dificuldades dos trâmites burocráticos, ressaltando que a Instauração de Inquérito Policial de Expulsão, que visa o cumprimento de pena do estrangeiro em seu país de origem, cujo processo é obrigatório, pois está pautada na Lei 6815/64, que diz: “É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.” Mas que este processo se dá apenas após a sentença condenatória e trânsito em julgado, ou seja, quando já houve julgamento e acabaram as fases de recursos, e em nosso país este trâmite burocrático pode levar muito tempo.

É excepcional a necessidade de desburocratização, de uma maior agilidade no processo de expulsão, pois a presa estrangeira, além de sofrer os mesmos problemas que o presa nacional enfrenta, acaba sendo duplamente estigmatizada. Pois não recebe a visita de familiares, possui a barreira da língua, falta de conhecimento exato dos trâmites e do funcionamento da justiça brasileira. Por não entender os documentos redigidos em língua portuguesa, a presa estrangeira não tem conhecimento preciso da acusação que lhe é feita.

Para as brasileiras que não são de Corumbá, o semiaberto também torna-se um agravamento de pena, como para as estrangeiras, pois mesmo que elas saiam durante o dia, nos finais de semanas ficam reclusas. Outro fator que merece destaque é o ensejo delas de retornarem para junto de suas famílias, porém dependem de liberação através do juiz (a) da sua cidade natal. Como segue os relatos:

- *Queria ir logo para casa, enquanto o juiz não liberar não posso ir para casa (Acre)... É o juiz lá da minha terra que tem que liberar, aí vou, e assino no fórum de lá... Pelo menos poderei estar perto dos meus filhos, da minha família. (Ludmila)*
- *Estou esperando a resposta da juíza da minha cidade, se ela aprovar vou embora. (Renata)*
- *Esta é a parte mais difícil na cadeia, principalmente para as forasteiras né? A maioria é de fora. Se a senhora for contar lá, deve ter umas três corumbaenses. Mais é de fora: Campo Grande, Manaus... E tudo presa pelo tráfico, tem algumas lá usuárias... (Ana)*
- *Nós que não somos daqui não podemos sair final de semana, e põe gente que não é daqui, a maioria... temos que ficar lá dentro, cheirando maconha, pasta base tudo de tabela... no aperto... por isso é bem melhor para as meninas que são daqui por elas tem comprovante de residência e saem com muito mais facilidade que nós. (Camila)*

Ainda sobre o semiaberto, descrevendo suas condições, as presas relataram um estado insalubre, superlotado, em que, grande parte das mulheres estrangeiras usa drogas e, as que saem, acabam tendo desespero ao retornar, ao ponto de Bianca relatar que se embebedava para simplesmente chegar e dormir. A exemplo, uso suas falas:

- *O ambiente é precário! Tínhamos colchão, porém há superlotação. (Amanda)*
- *Se você vê o espaço que a gente vive agora no semiaberto, você cai para trás, são quarenta e poucas pessoas. (Maria Eduarda)*
- *Semiaberto é muito minúsculo, a cela é bem melhor, você vive melhor. Na cela o banheiro você limpa, você tem uma higiene pessoal melhor, ali não. Ali é meio mundo usando o mesmo banheiro, todo mundo fumando ao mesmo tempo. Fica um monte de gente, tudo junto! (Graziele)*
- *O semiaberto é difícil, pior que a cela! É muita gente, muito inseto, eu acharia que o semiaberto devia ser em outro lugar. (Ana)*
- *Eu estudava para não ficar lá! Estudava no Cristo, perto da minha casa era. Mas não quis mais, sabe por quê? Porque é muito corrido sair do trabalho, tomar banho... é muito corrido, muito corrido, uma ganância! Ficava muito cansada. O que você pensa? Só a pé, tava olho e cabelo só! Tava magra! (Dafini)*
- *Eu bebi e bebi muito, não aguentava mais! Enchia a cara antes de entrar para o semiaberto... Falava pra Dafini: o que adianta a gente não usar? Eu e a Dafini dormíamos no beliche em cima, e aquele cheiro subia... Eu queria chegar, apagar e só acordar no outro dia, por isso bebia. (Bianca)*

Assim, o frequente uso de drogas entorpecentes legais e ilegais por mulheres detentas também pode ser justificado por longos períodos de prisão, desencadeadores de uma série de quadros que evidenciam um claro matiz paranóide. (BITENCOURT, 1991).

3.1.3.1 PCC

O Primeiro Comando da Capital - PCC¹¹ teve seu início no ano de 1993, no presídio de Taubaté, no estado de São Paulo, onde através de um processo de luta contra os abusos que ocorriam dentro do centro de detenção, um grupo de presos se organizou para se protegerem dos excessos realizados pelos funcionários daquela instituição. Após este período, foi redigido um estatuto pelos seus fundadores, com a pretensão de regular as ações de violência entre os próprios presos, como também na tentativa de se organizarem e lutarem por melhores condições do sistema penitenciário (BIONDI, 2010).

Ao chegarmos ao ano de 2006, percebemos a pulverização do PCC, que através dos seus arranjos, atacou agentes penitenciários e até mesmo a população civil, culminando com uma eclosão de rebeliões em diversos presídios. (ADORNO e SALLA, 2006). A rapidez dos ataques contribuiu para demonstrar a disseminação do PCC por diversos estados brasileiros (OLIVEIRA, 2013).

Observa-se desde sua inauguração estrangeiros presos nos presídios de Corumbá, como também brasileiros de outros estados do Brasil, isto se deve, não somente ao fato de Corumbá se caracterizar como um “anteposto comercial”, mas as imigrações que fizeram desta cidade cosmopolita. “Esta relação de pessoas de “passagem” por esse local reverbera também na condenação das redes ilegais, como também nas prisões que são efetuadas”. (OLIVEIRA, 2013, p. 105).

Em 2006, havia dois paulistas presos que faziam parte do PCC, que sendo acionados pelos “irmãos” que estavam no presídio em Campo Grande, através da “sintonia”, tinham a função de maximizar a visibilidade da rebelião e, assim demonstrar a ação que a “família” estava alcançando no estado do MS. Percebe-se a territorialidade do PCC, se utilizando de engendramentos em outros presídios para disseminação de uma nova ética carcerária (OLIVEIRA, 2013). Nota-se comum através de relatos, às transferências de presos de uma penitenciária para outra, ser utilizada pela facção como recurso para expansão (BIONDI, 2010).

A data escolhida pelo PCC para a mega rebelião, foi dia das mães, e não por acaso, pois em muitos presídios masculinos do Brasil, a presença feminina de mães, esposas e filhos era vigorosa. No presídio masculino de Corumbá, estava não somente as visitas, mas as internas do feminino. Naquela época, segundo Shara, nas datas comemorativas as presas que

¹¹ PCC: Também conhecido como comando, organização e facção. (BIONDI, 2010, DIAS, 2011)

tivessem seu esposo também em confinamento poderiam vê-los. E nesta ocasião, muitas delas estavam no masculino:

- *Estava lá na rebelião de 2006, teve tropa de choque, teve gente que apanhou, teve agente que bateu, pegamos a maior represália, pois era dia das mães, e as mulheres do feminino puderam ver os maridos, então estávamos lá dentro do masculino. A cadeia caiu, fechou, quem estava nas celas da frente conseguiu escapar... Só que tinha umas seis ou oito que estavam no fundo, aí não conseguimos sair, ficamos na mesma cela que os nossos maridos até o outro dia. Dali fomos para a inclusão, eles achavam que estavam de complô com nossos maridos, bateram na gente! Passamos por psicólogo, assistente social, tudo porque ficamos lá... Mas Foi tudo liderado pelo PCC! (Shara)*

Através do relato acima apresentado, fica evidente, o início da expansão do PCC, que conferindo prestígio e respeito obteve repercussões no presídio feminino de Corumbá. As mulheres, neste interim, já tem o seu primeiro contato com a facção sendo alcançadas por uma retaliação da qual não corroboraram. Neste instante é cortado o contato que as mulheres tinham com seus companheiros e a prisão feminina inicia um processo de interdição em relação à sociedade, tornando a vivência no cárcere ainda mais torturadora.

A partir deste momento, aconteceram as primeiras filiações ao PCC dentro do presídio masculino, instaurando uma nova gestão local, reterritorializando o espaço e dando início a um processo de expansão no Sistema Prisional de Corumbá. Alguns destes homens presos tinham suas companheiras no feminino, que com a filiação masculina acabaram, mesmo que de forma indesejada, se tornando *cunhadas*¹². Dafini, que é cunhada, conta a partir do ano de 2006, como se dava as transferências do marido, de uma cadeia para outra, por integrar o PCC:

- *Meu marido foi para federal no Paraná, ficou um ano e dois meses, agora tá em Campo Grande. Quando a polícia faz a geral, quando ela pula, ela já tem o caderno, quando invadem eles tem um código que fala né? Eles gritam, aí o pessoal já sabe que a polícia tá entrando pra dentro! Eles ficam na redondeza, eles escutam os celulares, descobriram e nessa já estavam com o nome do meu marido para ir para federal, o que interessa eles levam (pessoas), o que não eles deixam.*

Assim, com o passar do tempo, apesar de algumas delas serem *cunhadas*, poucas realmente serem *irmãs*¹³, e um número maior ser *laranjas*¹⁴, todas elas passaram a ser obrigadas a respeitar a ética do comando dentro do Sistema Prisional. Como é verificado na fala de Ana, que esteve presa por duas vezes entre os anos de 2009 a 2012:

- *Na época que eu tirei, tinha muita laranja, no caso que queria se aparecer, que tava ali para trabalhar para o comando. O comando em si não queria prejudicar ninguém, se você era uma interna e estava*

¹² *Cunhadas*: Esposas de integrantes do PCC.

¹³ *Irmãs*: Mulheres integrantes do PCC.

¹⁴ *Laranjas*: Pessoas que trabalham para o PCC, mas não são filiadas a facção. Segundo Dias (2011) no caso de funções puramente técnicas, que não demandam grande conhecimento da estrutura e da dinâmica da organização, não há a obrigação de se integrar ao PCC por meio do batismo, que implica um compromisso com a organização.

me devendo, ele fazia você pagar! Ele te dá prazo, “tudinho”, e se você não pagava, ele interditava¹⁵ você. Ninguém mais poderá vender fiado para você. (Ana)

A realização de benfeitorias, promoção de festas, dentro do sistema prisional se apresenta como uma estratégia para o estabelecimento do poder de coerção da facção. Sendo característico dos presídios onde a organização já territorializou, tais práticas absolutamente disseminadas (DIAS, 2011). Como se vê, no comentário de Amanda: *Tinham quatro mulheres que eram do PCC, elas trazem melhoria para o presídio, fazem festas, dia das crianças, natal, ano novo...*

Observa-se uma transformação na dinâmica do território prisional, sobre a teia social a partir da qual emerge o PCC, com novas formas do exercício do poder, constituída a partir de uma complexa rede de interdependência, estabelecendo um *código comportamental*¹⁶. Todavia, se fez notório entre as entrevistadas, os comentários sobre aqueles que integram a organização, e não cumprem sua “ética” própria:

- *Assim como tem no masculino, tem no feminino... Eles são chamados de irmãos; e as mulheres dos irmãos, são as cunhadas. Melhora em parte, eles pregam a comunicação, eles não são pau no gato (de matar)... Eles gostam da conversa, de entrar em um acordo. Mas de dez você tira um que corre pelo certo, o resto quer só “putaria”, brincar... Vamos supor que a Grazi entra, e é irmã e eu também, ela corre pelo certo, ela quer corrigir a cadeia, quer que pare as brigas e eu não. Eu aceito vender a base, também passo, aceito a “rogação” (lesbianismo), também roço, o PCC é contra isso! Por isso eu falo, que de dez tira um... (Maria Eduarda)*

Também a arbitragem dos conflitos locais não se constitui como uma experiência absolutamente inédita, tendo em vista que é próprio deste agrupamento atuar de forma a evitar a interdição dos agentes nestes territórios e, para isso, desenvolverem mecanismos de resolução local das contendas. (DIAS, 2011). Ana descreve que no período em que esteve presa, eles se utilizavam da *disciplina*¹⁷ da facção como “olhos do comando dentro do presídio” para que fosse mantida a ética do PCC, e que, em muitos casos, a disciplina passava

¹⁵ Existem nas *cadeias do PCC* dois cadernos para anotação dos presos que têm dívida. Em um deles, de cor amarela, constam os nomes daqueles que possuem um prazo médio de 10 a 15 dias para saldar as dívidas. A cor amarela representa o sinal de alerta para que o devedor procure meios para quitar esses débitos antes de eles gerarem uma situação de desconforto para si. Caso a dívida não seja paga no prazo, esse devedor passa a figurar no outro caderno, o vermelho. O nome no caderno vermelho significa que o indivíduo está *interditado*, isto é, impedido de comprar e fazer novas dívidas de drogas ou de qualquer outro produto em circulação na cadeia, em um modelo análogo ao usado no comércio lícito brasileiro para punir os maus pagadores, por meio da inclusão de seus nomes no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa. (DIAS, 2011, p. 245)

¹⁶ Consenso imposto através da definição de modos de se comportar e de agir que são considerados certos. (DIAS, 2011, p. 337) Denominado por Marques de *proceder*, descreve que este modo de agir não foi criado pelo PCC. Contudo, o PCC acabou por deter a prerrogativa de ser o seu “guardião”, bem como de definir novas formas assumidas por ele e que foram condensadas na *disciplina do Comando*. Uma discussão específica sobre o *proceder* pode ser encontrada nos dois trabalhos de Marques (2006, 2010).

¹⁷ *Disciplina, piloto ou palavra* são postos de liderança locais dentro do PCC, seja em determinada unidade prisional ou determinado bairro ou comunidade dominados pela organização. Trata-se da autoridade máxima no referido local e, tal como expressa a nomenclatura, tem a função de manter o controle e a disciplina, de acordo com as regras do Comando. (DIAS 2011, p.51-52).

o telefone celular¹⁸ daquela que estava descumprindo as normas estabelecidas, para que um irmão realizasse uma interdição:

- *Eu recebia minha visita com blusa decotada, minissaia e tinha umas lá que queriam arranjar confusão, e diziam que tinha uma disciplina. E é tudo coisa do comando né? Diziam: ah, você tem que melhorar se não a gente vai levar você para linha! Pro telefone né? falei: ischiii! Manda quem você quiser falar comigo! Aí de noite, tava deitada lá na minha cama, e chegou no telefone: boa noite pra nós, disse ele. Eu disse: pra nós quem? Se só tá eu aqui! Ai ele falou assim: é Monica que ta falando? Eu disse: não é Simone! Então ele disse: a senhora está usando trajes inadequados? Respondi: primeiramente, do jeito que recebo minha visita ele adora que eu receba ele, segundo, eu não vou mudar meu jeito de ser por causa de você e nem por causa de ninguém, porque eu nem sei de que buceta você saiu! Ele falou: você vai querer debater comigo? Eu disse: To querendo não, já estou. Disse: Você vai descer para o semiaberto? Ele me ameaçou! Eu disse: Você vai querer saber o dia? Vai me matar? Lembre-se que eu não sou sozinha! Passou... E continuaram mandando, estes tal de irmãos.... Aí veio de novo. Eu falei que não ia mudar meu jeito de ser por causa dele e por causa de ninguém. Eu disse pra ele: Primeiro, eu não ando com droga de comando, eu corro com as minhas “perna” e “outra”, se vocês prestassem não deixariam seus irmãos, como vocês fala, passa necessidade dentro na cadeia. Quem entra para esta facção é tudo um bando de besta. Eu não tinha medo mesmo deles! Aí passou, passou... Daí três meses, não é que me chamaram para ser disciplina no prédio. Eu Falei: Não to resolvendo nem o meu problema, vou resolver o problema dos outros! Eles ficaram muito loco! Tinha a disciplina que dava os números para eles, para não haver abusos... (Ana)*

A dispersão do poder do PCC, fez com que fosse pulverizado o conhecimento do seu código comportamental no universo prisional, de forma a garantir sua hegemonia e a “estabilidade da ordem social”, ao mesmo tempo em que desencadeou a resposta repressiva do Estado com a criação do RDD¹⁹ – Regime Disciplinar Diferenciado (DIAS, 2011), cujos efeitos estão por diversos presídios, inclusive no EPFCAJG que, com a construção de um muro no meio do pátio onde as presas costumavam tomar sol, como também na implantação de celas individuais, expressou o processo social de transformação que está em andamento, se manifestando como o poder simbólico do Estado. Outro fator, que pode ser percebido através das falas das entrevistadas é que, a instauração do RDD também objetivou o aprisionamento em Corumbá, de mulheres com maior periculosidade, principalmente pertencente ao PCC:

¹⁸ No caso específico que tratamos aqui, dentre os diversos avanços tecnológicos importantes para compreender as condições que presidiriam a expansão do PCC, na forma como se deu esse processo, a difusão dos celulares – e, mais tarde, dos minúsculos *chips* – ocupa um lugar central. O recurso a essa tecnologia se constituiu como condição necessária para que o desenvolvimento e a direção do referido processo social ocorressem como ocorreram e o PCC adquirisse a estruturação e a organização *sui generis* que o diferencia de outros grupos assemelhados. (DIAS, 2011, p.67).

¹⁹ Trata-se de um regime de cumprimento da pena de prisão muito mais rigoroso, em termos disciplinares. A forma de execução do RDD se encontra na Lei 10.792/03, art 52, itens I, II, III e IV: “I - duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada; II - recolhimento em cela individual; III - visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas; IV - o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol”. Além destas condições, são proibidos aparelhos de televisão ou rádio nas celas e os livros são controlados, assim como as visitas de advogados. Neste regime, os presos não têm contato direto com os visitantes. As visitas se dão em locais em que o preso e o parente são separados por um vidro. Os presos neste regime perdem o direito à visita íntima. (DIAS, 2011, p. 313).

- *O muro de Berlim! Nós participamos deste muro de Berlim. Foi construído para ser o RDD, o castigo, é igual que tem na cadeia de homem né? Fica em cela disciplinar né? Você não tem nada, só o “esporro”! Porque não tão aguentando as cobra lá né? Porque aqui fala que é Corumbá é modelo. Agora a nossa é igual à máxima do masculino. Se você entra lá você vai chorar! Tem um monte agora, mulher batizada mesmo! Agora tem um monte lá, batizada, as tranquera trouxeram o PCC pra cá. (Dafini)*
- *Nem quero conhecer este muro. É porque tão pegando as “tranquera” de outros presídios e tão colocando tudo aqui nesse! Aí tem que fazer muro. Menina! É a última da última! É feio viu! A cela é toda fechada, só tem uma boqueta pequeninha onde passa a marmita, e uma ventana de grade lá em cima. (Camila)*
- *Antes tinha só as disciplina do PCC, é que veio um monte de bonde pra cá... (Renata)*
- *Realmente começou chegar em 2013 à mulherada do PCC. (Ludmila)*

Relativo ao PCC, segundo Dias (2011) o RDD foi criado para desarticula-lo, mas nunca logrou esse objetivo. Antes, ele se constitui como elemento de balizamento das acomodações da relação entre o PCC e o poder público. Já relativo às detentas, há duas reflexões fundamentais:

Na primeira é importante o apontamento de King & McDermont (1990), que esclarece que o fato de as remoções de presos para unidades de castigo ser consideradas atos administrativos e não punitivos possibilita a não explicitação dos procedimentos ou regras para essas medidas. Mesmo que este procedimento seja denominado de ato administrativo, há um viés nele claramente punitivo, visto que, se as mulheres que foram presas na região, mas são naturais de outras localidades já sofrem por estar longe de suas famílias e todas os resultados adjacentes ele, para as aquelas que são transferidas pelo RDD, terá um peso ainda maior, de dupla punição, um claro aumento de pena, visto que, internamente elas são estigmatizadas, sendo consideradas as responsáveis pelo reordenamento do estabelecimento penal, e externamente, elas estão longe de suas casas, famílias, em Corumbá, terra distante, em um presídio de fronteira, em uma espécie de Alcatraz.

A segunda reflexão, podemos considerar fruto da primeira. Com o possível crescimento exponencial do número de integrantes do PCC e tendo no EPFCAJG a taxa de estrangeiras em mais de 40%, sem calcular o número de presas que são de regiões longínquas do Brasil, temos um fator de risco, para um aumento da criminalização. Entendendo que o que ocorre nos presídios é o contraposto daquilo que propõe a LEP, com realidades caóticas, o aumento do poder social do PCC, trazendo um controle ainda maior sobre a cadeia, e assim o já conhecido *assistência*²⁰ do Comando, repercutirá em uma reintegração criminal, e não social, visto que as presas sairão da cadeia com uma dívida ao Estado e outra a Facção.

²⁰ Embora não se peça nada em troca diretamente, espera-se lealdade da pessoa auxiliada, retribuição do favor – o que pode ocorrer na forma e na hora que convier ao *Comando*. Por conta dessa vinculação indireta e obrigatória do beneficiado com o PCC, muitos presos cujas famílias permanecem sobrevivendo em extrema

3.2 AS CONDIÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL

O sistema prisional é considerado um problema de saúde pública em potencial no mundo todo. As prisões concentram indivíduos que não puderam atingir os patamares mínimos para o acesso a bens culturais e/ou de serviços, participando do grupo dos “especialmente vulneráveis”, não somente a doenças físicas, mas emocionais. E as condições de confinamento aprofundam as situações já vivenciadas anteriormente ao cárcere. (Carvalho, et al., 2006, p. 462 apud Vaz, 1996 e Lopes, 2001).

A propósito, Bitencourt (1991) comenta o efeito negativo que o aprisionamento produz sobre o conceito que a pessoa tem de si mesma, embora, segundo o autor, não se possa negar que grande parte das detentas ao chegarem à prisão já tem crise de identidade e deformação em sua personalidade. Mas, podem ser muitas as causas dos efeitos negativos produzidos na autoimagem da pessoa encarcerada, dentre elas, a mais importante é o sentimento de esterilidade absoluta, originada da desconexão social resultante da reclusão, bem como na sua saída, a impotência para se controlar e decidir sobre situações conflituosas que envolvem desde relações afetivas familiares até questões financeiras e trabalhistas.

3.2.1 A SITUAÇÃO FAMILIAR

Através da prisão, se instaura rupturas em diversos níveis na vida da mulher. Ao comentar as privações impostas à pessoa cativa, Lemgruber (1983) destaca que a falta de liberdade, a ausência de bens e serviços, de relações heterossexuais, de autonomia e segurança, em especial para a mulher detenta, são situações que se revestem de características ainda mais graves, já que o rompimento do contato contínuo com seus familiares e, sobretudo, seus filhos, afigura-se extremamente difícil de suportar.

Através dos questionários constatou-se que grande parcela de mulheres no EPFCAJG é mãe, já nas entrevistas, das dez somente duas não são mães, sendo que uma delas tem um filho, quatro tem dois filhos e as outras três tem três ou mais filhos. Das 8 que são mães, 3 são de outros estados do Brasil e relataram o sofrimento de ficar longe dos filhos, já as que são de Corumbá, descreveram que seus filhos sofrem pela falta delas e somado a isto, pelos amigos terem conhecimento da prisão da mãe. Destaca-se o fato que todos os filhos das entrevistadas

necessidade, sem condições de efetuar visitas e sem acesso a alimentação minimamente decente, recusam-se a recorrer ao *Partido*.

estiveram no período de regime fechado com suas mães ou irmãs, como descreve Ludmila, Renata e Camila, que são de outras localidades e Graziele que é de Corumbá:

- *Hoje não venderia nunca mais drogas, passei 3 anos longe da minha filha. Quando eu fui presa minha filha ficou com minha irmã, ela chorou muito, sofreu muito, todos os amigos dela ficaram sabendo. Foi difícil para ela! Ela até hoje nos pede: mãe não faz mais isso, não quero mais ficar sozinha! (Gaziele)*
- *O Pior para mim foi ficar longe dos meus filhos. (Ludmila)*
- *É insuportável, a saudade te mata! É insuportável ficar longe e não poder falar com ninguém! (Renata)*
- *Minha mãe nunca me visitou, meus filhos também não dava. Aqui é muito longe para me visitar! Tenho um casal, minha filha fez 20 agora, e meu filho tem 18. Eles ficam com a minha mãe. (Camila)*

Giordani & Bueno (2001a) relatam o drama de mulheres encarceradas, referindo que as que são mães, vivem a dura e solitária rotina de separações de seus entes queridos, especialmente dos filhos que, com a sua prisão, desagregam-se. Comumente, ficam sob a guarda de avós e comadres. E quando não, muitos perambulam pelas ruas, seguindo o mesmo caminho da mãe, ou seja, tornam-se traficantes de drogas, crescendo em meio à marginalidade.

- *Meu filho mais velho está preso! Semana que vem ele tá saindo, ele já está preso tem 3 meses. Quando meu filho foi preso, eu fiquei desesperada, pensei que ele estava em um lugar, ele tava em outro. Foi preso com drogas, como ele era menor eu tive que ir lá, minha mãe que assinou para liberar. A polícia bateu nele, bateu! Levaram para polícia e encontraram a droga no tênis dele. Foi uma denúncia feita em um orelhão. (Dafine)*

De qualquer forma, a separação brusca entre mães e filhos, gera grandes transtornos para ambos, haja vista a importância da figura materna para a criança, como forma de apoio e cuidados com a prole em crescimento e desenvolvimento. É, exatamente, a não mais participação durante anos no cotidiano dos filhos, inclusive nas atividades simples de lazer, que leva ao distanciamento físico e emocional deles para com a mãe, produzindo significativo sofrimento nestas mulheres.

Das cinco entrevistadas que se encontram amigadas/casadas, apenas uma relatou que está com o companheiro, que é pai de todos os seus filhos, todas as demais estão com pessoas que não são pais de todos seus filhos, tendo passado por diversos relacionamentos. Também, é comum gerarem filhos nascidos de relações amorosas temporárias com diferentes homens, alguns dos quais não mantêm contato algum com a(s) criança(s), não sendo raro que a figura paterna seja violenta. (GIORDANI & BUENO, 2001a).

- *Estou com quatro meses e tenho mais duas meninas de 10 e 14 anos, a mais velha mora com o pai e a segunda é de outro relacionamento que tive. Fiz a maior burrada, acabei deixando um cara bom, trabalhador e me envolvendo com um ladrão! Com ele tive minha segunda filha e até hoje ele quer que eu volte pra ele, tava tranquilo, enquanto ele tava na cadeia, mas agora ele foi solto. Ele vive me ligando eu vivo fugindo, não quero voltar para ele! Ele é violento e se me ver grávida não vai prestar! Vou para a fazenda com cara que estou agora, ele trabalha lá e é bom pra mim, mas não vou poder levar minha filha por causa da escola, ela vai ficar com minha mãe. O que queria mesmo era botar o pé na estrada e ir embora, mas por um bom tempo terei que assinar de dois em dois meses no Fórum. Por agora não vai dar, mas ainda vou. (Bianca)*

A punição para as mulheres se amplia na medida em que o aparelho prisional, além de obscurecer a presença feminina, desconsiderando suas necessidades específicas e fazê-las sofrer com maior repressão na vivência na cadeia, ainda desencadeia outros traumas, principalmente familiares, pois citam que, quando não foram abandonadas no período prisional, foram traídas por seus companheiros. Algumas permanecem no relacionamento, mesmo com a traição, outras o terminam. Assim, as questões de gênero²¹ tendem a se agravar, pois acabam por reproduzir as mesmas questões de gênero da sociedade, porém de maneira mais acentuada.

- *No meu caso né, meu marido tirou comigo, ele foi fiel assim: indo me visitar, porque ele não foi fiel! Mas eu mesma dizia pra ele, que entendia o desejo do homem, porque o homem é curioso. A única coisa que pedia para ele, era pra se prevenir. Fiquei magoada com um fato: eu pedia para ele para não ter com pessoas que eu conhecia, que sabia quem era eu, quem era a esposa dele... e ele teve... Eu pedia para ele: faz com quem não me conhece, para amanhã ou depois não vim tirar uma onda com a minha cara. Isso era entre eu e ele quando a gente ia ter íntima... a gente tinha duas horas. As outras meninas de onde eu tava morando, saíam... elas eram tudo forasteira...teve uma delas que teve um relacionamento com outra mulher e outra gostava dos dois...de homem e de mulher. (Ana)*
- *Ele já tava com outra, mas eu fiz ele largar a outra. Ochiii! Botei a outra para correr! Quando tava presa ele foi me visitar toda semana, ele me levava tudo, toda semana. Tava morando do outro lado da fronteira, porque aquele bandido é Boliviano, mas quando ele foi para Bahia ele não voltou mais. Conheceu uma mulher lá e aí se engraçou. Porque ele arrumou aquela mulher lá e eu não era para estar sabendo disso, mulher todo homem arruma, só que ele deixou eu ficar sabendo, foi burro, fiquei doente! Fiz ele terminar daqui por telefone. (Camila)*
- *Ele foi preso por assalto. Conheci ele com uns 18 para 19 anos. Eu ia visitar ele na casa de guarda, né? Nós nos separamos quando ele foi lá me visitar, porque ele tava de safadeza com outras mulherada, ele chegava lá todo marcado, chupado[...] Quando saí da cadeia já tava separada. (Bianca)*
- *Tinha um namorado, a gente era praticamente amasiado já, mas na primeira cadeia a gente se separou, eu descobri que ele tinha outra família no Peru, aí a gente discutiu! Este que eu tava agora, se separou de mim por causa da cadeia, a gente tava noivo, mas ele falou que não ia aguentar ficar sem sexo. Hoje ele tá casado com outra pessoa, não vou dizer que não, às vezes sinto saudade dele. Mas depois não me envolvi com ninguém. (Ludmila)*
- *Eu tava bem magra mesmo! Ele foi para federal fiquei mais seca ainda! Ele tá 8 meses preso, “pego” treze e três meses, mas não tem redução por causa desse negócio que ele tá (PCC), é transferido, aí puxa numa, vai pra outra.. Agora ele tá na federal de Campo Grande, mas já foi até para Rondônia... Ele fica mandando recado que quer me ver... quer me ver nada! Falei pra ele: Cada vez que você mentir pra mim, você vai pra federal, porque você não tem necessidade de ficar com mulher! Porque eu falei pra ele: Não quero mais, vai viver sua vida, vai arranjar outra família! Deixa ele. (Dafini)*

²¹ Heilborn (1991), num estudo comparativo de gênero e condição feminina, cita gênero como a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. A autora também entende que o termo gênero, é referência comum nas áreas da antropologia, sociologia, educação, literatura, entre outras, tendo sido significativamente, empregado a partir da década de 70, em função de movimentos sociais de cunho crítico das mulheres, sendo então, incorporado pelo campo acadêmico nesta época.

“(...) as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, (...) mas, diferentemente apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens”. MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. Cadernos Pagu, 11, 1998, pp. 99-105

Além de muitas delas passarem pela traumática separação dos filhos que costumam apresentar alterações de comportamento com o distanciamento da mãe, a maioria, tem seus parceiros, igualmente, detidos em outras prisões. Quando não estão presos, tendem a abandoná-las e a se relacionar sexualmente com outras mulheres, enquanto que elas, em grande parte, durante o período que eles estavam presos se mantiveram visitando e prestando auxílio. (CABRAL, 1999).

- *Nesta segunda cadeia eu observei muita coisa, assim: tem mulher que entra no clima para ajudar o esposo e quando tá naquele lugar é abandonada! Eu saí com uma revolta de homem! Mexeu muito com meu psicológico, no sentindo homem. Porque eu tenho uma amiga que está lá presa, aí eu levo as coisas para ela. Aí eu olho a porta do masculino e a porta do feminino: um abandono a porta do feminino e no masculino tá assim! Aí a pessoa fala: mas por que ali tá cheio? Como eu só "bocuda", eu digo: porque ali tem "piça", se aqui tivesse também tava cheio. A mulher tira dez "cadeia" com um homem, um homem não tira uma com a mulher. (Ana)*

Soma-se a isso, o fato de não poderem contar com o apoio marital, para com sustento e cuidado com os filhos. Das dez mulheres entrevistadas, uma já era separada antes de ser presa, outra é solteira, outras duas foram presas conjuntamente com o esposo e permanecem no relacionamento após o regime fechado, as demais todas tiveram seus relacionamentos conjugais estremecidos ou acabados com a prisão. Associando-se a este tipo de situação, a maioria ainda convive com sentimentos de culpa, impotência e vergonha em relação aos seus filhos, familiares e sociedade. Muitas detentas provem de famílias desestruturadas, cujos membros não lhes oferecem qualquer apoio na prisão e posterior ao cárcere, assim grande parte ao sair, precisará trabalhar para sustentar seus filhos. (GIORDANI & BUENO, 2001a)

3.2.2 O CENÁRIO EDUCACIONAL E TRABALHISTA

Foi da metade para o final do século XVIII, a reforma do poder de punir, com o surgimento da prisão e a sua estreita ligação, já neste momento inicial, com o mundo do trabalho, dada a extrema severidade e ineficácia das penas corporais atrozes que eram os suplícios (FOUCAULT, 2000)²². Já no século XIX, surge a ideia da ressocialização, com a Escola Positiva Italiana, que continuou a vincular a execução penal ao trabalho e a alimentou, através deste, a fantasia de um tratamento ressocializador, com interferências diretas nas pessoas dos presos e não nas estruturas sociais. (BARATTA, 1990)

²² Sobre o assunto a principal referência é a conhecida obra Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2000.

Hoje as dinâmicas de trabalho nas prisões do Brasil, podem ser exemplificadas através da Casa de Detenção de São Paulo que acaba por sintetizar os principais problemas vividos no que se refere ao trabalho penitenciário. Varella (1990) esclarece:

Algumas empresas empregam mão de obra local para costurar bolas, chinelos, colocar espiral em cadernos, varetas em guarda-chuvas, parafusos nas dobradiças e trabalhos similares. Teoricamente, os presos deveriam receber pelos serviços prestados, o que poderia ajudar a família desamparada ou servir de poupança para quando fossem liberados. Na prática, porém, a burocracia para retirar o dinheiro recebido é tanta que muitos aceitam o pagamento em maço de cigarro, a moeda tradicional.

Em contra partida, a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de 11.7.1984) descreve que todos os presos condenados no Brasil têm direito ao trabalho e sua remuneração (art. 41, II). No entanto, apenas uma minoria destes presos tem oportunidade de trabalho e recebem a remuneração adequada.

3.2.2.1 NO REGIME FECHADO

No EPFCAJG, durante as entrevistas realizadas com as presas e a administração do presídio verificou-se, que os trabalhos externos, ou seja, que não partem do estabelecimento penal, e sim de empresas privadas, órgãos públicos, prefeitura, etc., que prestam atividades no presídio são irregulares, sendo feitos durante uma semana, dez dias, sem continuidade. Na opinião das presas, estas empresas, quando se voluntariam não permanecem porque se sentem constrangidas ao passar pela revista:

- *Sabe qual é o problemas? É que é os outros de fora que tem que lá dá cursos, pra entra lá é a maior frescura! Eles revistam os que vão lá dar curso igual revista preso. Não precisa disso. É a maior palhaçada! Maior “frescagem”, que isso?! Onde se viu revista assim quem vai dá curso! E no masculino não tem essa frescura. Eles ficam humilhando a pessoa que vai lá dar curso, aí a pessoa não quer voltar! Ficam desconfiando da pessoa. Se você for entrar lá e ficarem desconfiando de você, você não vai voltar! Você tá indo lá fazer favor! (Renata)*
- *Eles passam o que a gente passa todo o dia para entrar para o semiaberto. Na revista fica nua, ai. tem que agachar três vezes de frente, três de costas, sentar no banquinho²³, aí apita... PI-PI. O semiaberto do masculino não precisa fazer isto. (Maria Eduarda)*
- *Igual à professora de maquiagem falou: que tem cursos que podem ir lá dar curso e não vão... por causa disso! (Ludmila)*

Assim, mesmos com os constrangimentos, alguns trabalhos externos esporádicos, têm sido feito no sistema prisional, entre eles podemos citar: apresentação teatral e musical; ginástica; demonstrações artísticas; palestras sobre saúde da mulher e sobre a Lei de Execução

²³ Além de equipamentos de raios-X e detectores de metais com uma sensibilidade e um alcance cada vez maior, os presídios tem adquirido um banquinho, no qual o preso ou a visita se senta para que possa ser detectada a presença de metais no interior de seu corpo. Em caso positivo, o referido equipamento apita. A inserção de celular na vagina e no ânus (das visitas) como forma de mantê-los a salvo das revistas da administração prisional foi o elemento que impulsionou a aquisição deste equipamento. (DIAS, 2011, p.68)

Penal; curso que visem à qualificação profissional, como de manicure e pedicure, mercado de trabalho; etc. Entre os colaboradores externos, estão: representantes de pastorais da Igreja Católica (Carcerária e dos Imigrantes), das igrejas Peniel e Quadrangular; Fundação de Cultura e Turismo de Corumbá; Oficina de Dança; CAPs-AD, universitários da UFMS, UNIDERP - Anhanguera, Centro de Qualificação para o Trabalho Dom Bosco, SENAC e PRONATEC. Duas questões ficam perceptíveis nas colocações dos entrevistados, a primeira diz respeito à escolha, que se mostra de acordo com a formação escolar:

- *Às vezes vai algum curso de manicure, SENAC, quando tem curso lá às pessoas são escolhidas. (Graziele, 1º Grau Incompleto)*
- *Teve um do PRONATEC de maquiagem e de manicure, que foi uma primeira porta que foi aberta. Além do PRONATEC, teve um lá de manicure, do Dom Bosco, que eu também fiz. Eu fiz também um de treinamento de hotel. (Ludmila, 2º Grau completo)*
- *Igual o curso que teve lá, eles mesmos fazem a escolha, vamos escolher quem a gente que. Aí tem gente que diz: eu não quero fazer não! Dizem: não, você vai ter que fazer! E tem gente que quer e pede, e dizem: não, você não vai não. Escolhem! Os únicos que fiz foi de horta, um da água. (Dafini, 1º Grau Incompleto)*

A segunda foi relatada por uma colaboradora²⁴ do PRONATEC, e está relacionada à participação das presas estrangeiras nos cursos oferecidos, pois devido à dificuldade no cumprimento de suas exigências, a documentos extraviados, impossibilidade de obtenção do RG, etc. e, por conseguinte, posteriores impedimentos à abertura de conta bancária, elas ficam excluídas destes projetos.

Os constrangimentos que perpassam os colaboradores das organizações que se voluntariam a prestar cursos na prisão, somado a desigualdade no oferecimento de vagas em atividades profissionalizantes a as burocracias no Sistema Penitenciário consolidam políticas excludentes, fortalecendo uma carreira criminal. Tais impedimentos, ainda contribuem para a superlotação dos presídios, pois dificulta a progressão de regime e a concessão do livramento condicional. Além disso, tal situação gera ou agrava tensões, que culminam nos tão frequentes acirramentos, ou seja, é negativa inclusive para a administração penitenciária. (ZACKSESKI, 2001)

Já alusivo às atuações profissionais, a população prisional possui preponderantemente baixa qualificação técnico-profissional, das mulheres entrevistadas duas declararam ser do lar, duas vendedoras de roupas, duas comerciantes, uma cabeleireira, uma manicure e uma operadora de caixa. Mas são vigorosas suas disposições para aprender, como também, unânime o desejo por atividades que profissionalizem, que deem a elas uma nova perspectiva,

²⁴ Informações obtidas na 1ª Conferência Livre sobre Migrações e Refúgio – Integração pela Fronteira em Corumbá/MS, realizado em 31/03/2014.

que supram o tempo ocioso, pois em suas avaliações, além de não haver atividades permanentes que as auxiliem no retorno a sociedade, as que poderiam haver, ou não despertam interesse, ou são direcionadas para os homens.

- *Eu não queria fazer nada, só queria assistir TV e dormir [...](Graziele)*
- *Quando tem as coisas, ocupa a mente da gente, quando não tem nada para ocupar a mente, agente entra em depressão, uns querem brigar [...](Dafini)*
- *Não tem trabalho permanente que vai ajudar as presidiárias após sair dos presídios, o único é o crochê e quem mais faz artesanato lá, são as estrangeiras. Todos deveriam ter a oportunidade de ter um curso técnico, qualquer coisa, mesmo que seja de cabeleireiro, a última vez que soube de um curso, foi de maquiagem feito pelo SESI. (Amanda)*
- *Veio um corte costura, mas deram para o masculino, que foi na época do carnaval, tudo dão para o masculino. O masculino abre as sete e meia e só fecha as quatro e meia da tarde, podem ficar no sol o dia inteiro, eles tem lazer, jogam bola, fazem campeonato... Nós não podemos, porque o juiz fechou. Na verdade o juiz é irmão do Felix (personagem homossexual de uma novela), porque tudo ele dá para os homens, ele só pode ser gay, porque tudo que favorece a nós ele dá para os homens! (Maria Eduarda)*
- *Tinha que botar uns cursos, alguma coisa assim para fazer, porque mente vazia é oficina do Diabo. Palestra também é ótimo! Tem que ser coisa que mulher vai poder fazer, por exemplo: costura. Qualquer mulher vai poder comprar duas, três máquinas e botar sua oficina de costura. Lá fazem crochê, mas não tem uma sala para isso. Lá tem até um quintal que dá para fazer. (Camila)*
- *Acho que curso profissionalizante que tinha que ter lá e não tem! De administração, secretariado, porque aí fora tem esse serviço pra gente. (Renata)*

As atividades contínuas são a escola (1º grau), que funciona dentro do EPFCAG, onde o número de vagas oferecidas não abrange a maioria de internas, como percebemos na fala de Bianca: *Ainda no meu não tinha vaga para estudar, né? Tinha só da primeira a quinta série.* Segundo a InfoPen (2012), no Brasil é baixo o nível educacional, pois mais de 60% das presas ainda estão cursando o primeiro grau, em contrapartida nos relatos da amostra através das entrevistas expressam que duas mulheres possuem nível superior incompleto, duas segundo grau completo, outras duas primeiro grau completo, e as quatro demais, ainda não concluíram o primeiro grau. Porém quando comparado à amostra dos questionários aplicados percebe-se que em termos gerais o nível educacional de brasileiras e bolivianas no EPFCAJG é baixo.

Referindo-se a assistência educacional, a educação teria por objetivo a instrução escolar, bem como a formação profissional do preso e do internado, segundo sua própria vocação, com vistas a reintegrá-lo na sociedade, no sentido de sua contribuição na realização do bem comum. A assistência educacional é uma educação tardia do recluso, que não a obteve na época oportuna. A esse direito corresponde à obrigação da assistência educativa, prevista no art. 17 da LEP.

No presídio, também são desenvolvidos atividades com crochê, que em grande parte é realizado pelas bolivianas, tendo por objetivo a venda, para suprimentos de suas necessidades. Além das vendas internas, os artesanatos são vendidos dentro do estabelecimento penal para

os funcionários da AGEPEN, administrativo, visitantes; como verificamos na fala da funcionária da AGEPEN:

Lá em casa tenho vários conjuntinhos de crochê feitos por elas: no banheiro, na cozinha, até no quarto. Teve uma ocasião, em que vi um modelo bonito de blusa em uma revista, e elas fizeram para mim. Costumo comprar à linha e pago a mão de obra delas. Externamente os artesanatos também são comercializados, em mostras no Fórum (Figura 09) e espaços públicos culturais diversos. Nestes locais, também são levantadas doações de roupas, produtos de higiene e medicamentos.



Figura 9 - Exposição dos trabalhos de Crochê, das presas no Fórum.
Fonte: Jornal Diário Online, 2012.

Ao contrário, do que em grande parte do tempo é realizado no EPFCAJG, no que se refere ao trabalho prisional, a legislação vigente acerca de execução penal (artigo 28, caput), determina que o trabalho penitenciário deve ter um sentido ético, como condição da dignidade humana, e ainda assumir um caráter educativo. Neste sentido, dificilmente uma mulher que no seu período prisional não teve acesso ao estudo, mas aprendeu a fazer crochê ou fez cursos esporádicos, poderá encontrar nestes meios, ofícios que lhes possam valer no “mundo livre”.

Pois entendendo que o trabalho invariavelmente manual é caracterizado pela monotonia e repetição e que não oferece qualquer atrativo profissional para reintegração da presa à sociedade, Silva (1998) identifica que a presa continua a reproduzir na prisão um estilo de vida ligado a um tipo de trabalho caracteristicamente feminino o que, de fato, não lhe permite disputar melhores colocações no mercado de trabalho, ao reencontrar a liberdade.

As presas, em sua maioria, trabalham dentro do próprio sistema prisional, nas mais diversas funções, porém sem remuneração. Segundo elas, o único trabalho que foi remunerado, era o realizado na cozinha, contudo a cozinha encontra-se em reforma desde Outubro de 2012 e os alimentos estão sendo preparados no masculino, consequentemente a única área onde poderiam ser gratificadas está fechada.

Apesar de estar estabelecido na Constituição Federal em seu art. 7º, incisos IV e VII, que ninguém pode ganhar menos de um salário mínimo se trabalhar jornada integral, a Lei de Execuções Penais determina, em seu art. 29, que os presos recebam 3/4 do salário mínimo, mas no EPFCAJG este parâmetro não é respeitado, o que contraria também o art. 76, inciso I, das Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas. No tratamento desta matéria também é frequentemente esquecida a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): “Art. 23. II — todo homem, sem qualquer distinção, tem direito à igual remuneração por igual trabalho” (ZACKSESKI, 2001).

Relativo à distribuição de vagas para trabalhos internos no EPFCAJG: as com ensino médio completo, as vagas se dão para assistente administrativo, já para a maioria que possui ensino fundamental incompleto, não há alternativa a não ser trabalhar na limpeza, distribuição de alimentos, capinagem, manutenção, etc. Assim, neste grupo social, elas ocupam uma posição subalterna (DIAS, 2011). Todas as entrevistadas descreveram trabalhar ou estudar, principalmente devido à redução de pena: *Trabalhei em tudo que você pensa, trabalhei até de capina, mexendo na horta, levando carinho de terra. Fiz para reduzir pena, só isso! Tudo que mandava fazer eu fazia, fazia para redução de pena e também para ficar fora da cela. Fiz até o nono ano, estudei no presídio (Renata).*

Para Falconi (1998, p.70), a remissão é na “realidade um direito subjetivo do preso, já que há requisito a cumprir, pois toda vez que a lei impuser uma contrapartida, um dever, para conceder um benefício, este deixa de sê-lo, passando a direito subjetivo, portanto, líquido e certo”.

Todavia, com relação ao trabalho já executado no presídio, o desejo da administração do EPFCAG é a ampliação da escola de 1º grau, alcançando o ensino médio e posteriormente uma universidade EAD; contudo para o alcance destes projetos, se faz necessário um trabalho mais eficaz, que não se limite a contensão, no entanto, busque resoluções para as questões trabalhistas durante a execução da pena, principalmente no que tange oportunidades de emprego, a natureza dos trabalhos disponíveis, uma vez que estas mulheres, em sua maioria, realizam as atividades apenas por remissão, não são remuneradas e ao passarem para o regime semiaberto, não terão sido capacitadas profissionalmente, não tendo nem minimamente condições para pagar a multa²⁵, quanto mais obter um trabalho para sustentar seus filhos.

Sobre os anseios relacionados à saída ao término do cumprimento de pena, citaram:

²⁵ Segundo a Lei Ordinária 11.343/2006 de 23/08/2006 o pagamento da multa relativa ao tráfico de drogas é de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

- *Quero fazer faculdade [...] Eu tenho um conhecida que teve presa, quando saiu fez letras na UFMS e hoje em dia, ela dá aula! E ela deu uma palestra sobre isso... drogas, prisão [...] mas o que eu acho o máximo mesmo, é que ela dá exemplo para as crianças. (Maria Eduarda)*
- *Eu quero abrir um comercio, quero ficar em casa e dormir, ficar por lá e só! (Graziele)*
- *Quando eu sair daqui eu quero voltar para a faculdade. Após ser fichada sua vida não é mais a mesma, não é mais normal. Quero terminar Direito, mas para prestar concurso mesmo! Creio que quando acabar a pena, isso não vai me impedir de passar no concurso. (Amanda)*
- *Só nesse meu serviço já trabalhei aqui 4 meses.... Mas em tudo, já tenho mais de um ano... Fico aqui até março, depois disso meu patrão (chefe de setor no órgão da prefeitura em que está alocada) falou que vai me ajudar. Já trabalhei de faxineira, cozinheira, ele vai me fazer um currículo, e daí outra patroa, ela falou assim: quem é o dono dessa outra empresa que vai abrir é o sogro dele. Se eu mostrar e falar para ele pegar você, você já tá contratada! Ela disse: você quer? E eu disse: eu quero! (Dafini)*
- *Quero trabalhar, entendeu? E tem hora que eu fico preocupada! Tem hora que a gente pensa: e quando eu saí eu vou fazer o que? Meu marido é moto taxista. Se eu não conseguir um trabalho de carteira assinada eu vou investir em fornecer marmita. Eu fiquei até com medo de eles me tirarem deste serviço. (Ana)*
- *Quero trabalhar, viver uma vida digna agora! Quero voltar para Bahia, vou estudar também, terminar meu estudo, quando chegar lá, vou entrar no EJA. (Camila)*
- *Eu pedi transferência para minha cidade, eu quero fazer minha faculdade... Eu ia fazer minha faculdade aqui, fiz a prova, mas não deu certo minha matrícula. Quero me especializar na minha área, de estética. (Ludmila)*
- *Arrumar um emprego e seguir minha vida junto com as minhas filhas. Já entrei com meu pedido de transferência, para Uberaba. (Renata)*
- *Quero terminar meu estudo, trabalhar. (Bianca)*

Os resultados já alcançados, na opinião das apenadas, relativos à reintegração social, é ainda escasso, pois as mesmas descrevem, que muitas acabam piorando ao saírem da prisão, devido aos relacionamentos e as situações vivenciadas intramuros. E que a tentação de retorno ao crime é uma constante em suas vidas, devido à falta de oportunidade, os vínculos fora da prisão e as facilidades que a fronteira oferece.

- *Eu conheço bastante gente que depois que cumpriu a pena esta reinserida na sociedade... mas, conheço ainda mais pessoas que voltaram ao crime. Eu acho assim: personalidade a pessoa tem, ela não cria! Tem pessoas que entram de uma forma, ficam de uma outra forma, pioram... Todos os presos tem vínculo com alguém lá fora! Toda hora temos convites, cada semana que passa, tem uma lá em casa dobrando a proposta, mas algo me diz que se eu fizer, vou ser pega, então fico na minha. Não quero voltar [...] A ideia é realmente fugir “dessa” proposta. O que mais dificulta a reinserção social, é a falta de oportunidade, falta de coragem, confiança que você não vai errar mais... Por isso muitas desistem! (Maria Eduarda)*
- *Eu não conheço ninguém que tenha ficado na prisão e depois de sair não tenha voltado para o crime. Fronteira com Corumbá é solta! Acho que sai droga todos os dias de Corumbá, e de todas as maneiras possíveis [...](Graziele)*
- *Se você não tiver uma cabeça boa, você sai de lá (presídio) pior do que você entrou. Muitas mulheres usam drogas dentro da cadeia, tirando as senhoras. As bolivianas usam demais! Usam maconha, muitas entram lá sem usar drogas e no dia-a-dia acabam usando. (Dafini)*
- *No presídio tive muitos convites para voltar ao crime! (Amanda)*
- *Com este trabalho eu to sossegada. Mas, só Deus para guardar. (Ana)*
- *Quase todo mundo volta a traficar (Camila)*

Sabemos que a presa, em sua condição de mulher, sofre discriminação por parte da sociedade em geral: *Eu acho que deveria ter mais empregos nas empresas e que deveriam fazer cumprir a lei de reinserção nas grandes empresas. As pessoas veem a gente como monstro... Fica muito estranho, depois que a gente sai de lá, as pessoas nos olham de uma forma diferente... As pessoas ficam comentando na rua... Nos olhos com outros olhos, com preconceito. (Maria Eduarda)* o que dificulta mais ainda uma disputa de vaga de trabalho após o cumprimento da pena.

O trabalho prisional não deve constituir, portanto, um agravante da pena, não devendo ser considerado como sofrimento, castigo, ou até mesmo como um instrumento de punição. Deverá ser o meio mais valioso para obter uma reintegração social da reclusa, diminuindo a distância entre a prisão e a sociedade.

3.2.2.1 NO REGIME SEMIABERTO

Como já elucidado, ao sair do regime fechado, a apenada passa para o regime semiaberto, onde pernoita no presídio, passando o dia fora dele. Algumas delas são remuneradas pela Prefeitura Municipal de Corumbá, através do Patronato Penitenciário para prestação de serviços. Considerando que o convênio do Patronato com a Prefeitura objetiva o auxílio e acompanhamento na reintegração do egresso à sociedade, inquiriu-se conhecer como se dava este processo.

Segundo as informações prestadas pelo Gestor do Patronato Penitenciário em Corumbá, a respeito das vagas e dos procedimentos para contratação das egressas pela Prefeitura, é esclarecido que não há vagas fixas para trabalho, sendo elas disponibilizadas de acordo com a necessidade da Prefeitura. A respeito do consentimento de trabalho, informou que é necessária uma triagem, que normalmente é feita pela Assistente Social, através do preenchimento de uma ficha de trabalho, com dados relativos à sentença. Habitualmente, não são inquiridas as aptidões da egressa, pois a maioria é direcionada para funções relativas à limpeza e uma minoria ao atendimento administrativo. (Figura 10)



Figura 10: Detentas do EPFCAJG, no regime semiaberto, trabalhando vinculadas a Prefeitura Municipal de Corumbá, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

O que algumas vezes são solicitados pelas prefeituras, são os dados relativos ao delito cometido, mas segundo o Gestor do Patronato, não é informado, pois em suas palavras:

- *Não falamos qual foi o delito que a presidiária cometeu. Nós somos uma unidade assistencial, se formos olhar pelo crime não iremos empregar ninguém, mais isso acontece normalmente com os homens. Eu não vou mandar um estuprador para uma creche, né? A prefeitura ainda pergunta, mas normalmente não perguntam não, uma repartição ou outra que diz: não quero assassino não, não quero ladrão.*

Segundo as Regras Mínimas para Tratamento dos Detentos – ONU, Braga (2012, p.70) transcorre que:

O dispositivo de número 61 afirma que os presos continuam a fazer parte da sociedade, e por isso o sentimento de exclusão não deve ser reforçado na Execução Penal; para tanto, deve-se recorrer à *cooperação de organismos comunitários que ajudem o pessoal do estabelecimento prisional na sua tarefa de reabilitar socialmente os presos*. A interação com o mundo exterior é enfatizada na regra de número 80, para a qual o preso deve ser *estimulado e auxiliado a manter ou estabelecer relações com pessoas ou organizações externas*.

Dados de Agosto de 2013 demonstram que há vinte e sete (27) mulheres trabalhando vinculadas a Prefeitura de Corumbá e nove (9) vinculadas a prefeitura de Ladário. Das vinte e sete (27) mulheres vinculadas a prefeitura, 96,3% estão na função L.M.P. – Limpeza, Manutenção e Pintura, conhecida popularmente como Serviços Gerais, e apenas 3,7% estão

no Atendimento ao Público. Relativo às Unidades de Lotação onde foram inseridas, 11,1% estão na rodoviária, e as outras 88,9% estão segmentadas nos demais órgãos (Tabela 2).

Tabela 2

Mapa de distribuição das egressas e identificação do trabalho nas Unidades de Lotação da Prefeitura Municipal de Corumbá, 2013.

Egressa (n = 27)	Unidade de Lotação	Identificação do Trabalho
Sujeito 1	Paço Municipal	L.M.P
Sujeito 2	Paço Municipal	L.M.P
Sujeito 3	PGM- Procuradoria Geral do Município	L.M.P
Sujeito 4	CRAN	L.M.P
Sujeito 5	Secretária de Saúde	L.M.P
Sujeito 6	Secretária da Indústria e Comércio	L.M.P
Sujeito 7	Rodoviária Intermunicipal	L.M.P
Sujeito 8	Rodoviária Intermunicipal	L.M.P
Sujeito 9	Rodoviária Intermunicipal	L.M.P
Sujeito 10	FUNTERRA	L.M.P
Sujeito 11	Fundação da Cultura	L.M.P
Sujeito 12	Almoxarifado Central Saúde	Atend. ao Público
Sujeito 13	Pronto Socorro	L.M.P
Sujeito 14	CRAS I	L.M.P
Sujeito 15	CRAS III	L.M.P
Sujeito 16	CRAS Central	L.M.P
Sujeito 17	Centro Profissional C D B	L.M.P
Sujeito 18	Oficina de Dança	L.M.P
Sujeito 19	CAC	L.M.P
Sujeito 20	CAC	L.M.P
Sujeito 21	Centro de Equoterapia	L.M.P
Sujeito 22	Guarda Municipal	L.M.P
Sujeito 23	Guarda Municipal	L.M.P
Sujeito 24	Sede Patronato	L.M.P
Sujeito 25	Sec. – UGAF (Unid. de Gestão Adm. e Financeira)	L.M.P
Sujeito 26	Sec. – UGAF (Unid. de Gestão Adm. e Financeira)	L.M.P
Sujeito 27	Casa da Cidadania	L.M.P

Fonte: Patronato de Corumbá-MS

Org: Guimarães, C.K.

A respeito do delito mais frequente, o Gestor citou o tráfico, que segundo as suas informações internas, foi à causa de cerca de 90% dos motivos de prisão entre as egressas.

Transcorrendo sobre isto, citou:

- *Mês passado mesmo, tinha uma presidiária que teve uma denuncia contra ela... Que ela estava vendendo droga no local de trabalho, em um posto de saúde, ela levava para lá e alguém vinha buscar, notaram um movimento diferente no serviço dela e pediram para desligar, ela veio aqui e chorou... Eu*

falei: você sabe o que você estava fazendo lá, né? Daí eu desliguei ela, pois não tinha nada a ver... Daí ela continuou na mesma situação e foi presa no comércio de entorpecentes na casa dela. A gente soube pela imprensa, uns dois ou três meses depois de termos desligado ela. Ela já estava na liberdade plena, nosso tempo de assistência já tinha acabado. A mesma situação de não conseguir trabalho, acaba empurrando elas pro crime novamente.

Questionado sobre os fatores reincidentes, disse: “A grande maioria não voltam para o crime, os que são reincidentes são os que não têm mais solução... Os que não conseguem sobreviver com R\$ 600,00 no bolso... é a facilidade do crime também”. Contrapondo a fala do gestor do Patronato a do responsável pelo convenio na Prefeitura percebemos que para o município os presos são apenas uma mão de obra barata: *Para gente é bom né? Eu pagaria R\$ 1.200,00 e ainda INSS, todos os encargos. Pago R\$ 600,00 limpo, é um contrato, e poço tirar eles quando quiser e chamar outros.*

Segundo Lengruber (1983), se a obrigatoriedade do trabalho e a previsão de uma remuneração pelo mesmo são requisitos importantes para a preparação do preso para o retorno à sociedade, consciente de sua utilidade e valor, a exploração do trabalho dos presos com uma retribuição irrisória pode, ao contrário, fortalecer seu *animus delinquente*.

Reportando-se as penas alternativas, relatou que no município de Corumbá elas se apresentam como prestação de serviço à comunidade, sendo direcionadas para crimes mais brandos. Que as obrigatoriedades nestes casos se dão em cumprir sete (7) horas semanais de prestação de serviço, como também em apresentar-se no Fórum a cada dois (2) meses. Quando condenados a esta espécie de pena, são encaminhados ao Patronato, para serem remetidos a instituição pública, como escolas, creches, etc. Especificamente no patronato, há dois homens que tem esta obrigatoriedade com a justiça, comparecendo duas vezes na semana para limpeza do pátio. As penas alternativas no Brasil não chegam a 3% das condenações. Nos EUA e na Europa, respondem por de 30% a 40% (PEREIRA, 2000).

Indagado sobre as principais dificuldades do Patronato em Corumbá, referiu-se a falta de vagas para os egressos, destacou que havia vinte (20) egressos na fila de espera por trabalho, pois a prefeitura de Corumbá, entre homens e mulheres, emprega (80) (Figura 11) e de Ladário vinte (20). De acordo com as mulheres entrevistadas, há cerca de 40 a 50 mulheres no semiaberto, sendo que 27 se encontram contratadas pela Prefeitura, quase a metade não participara deste convênio. Apesar desta primeira empregabilidade, ao sair da prisão, vemos que nem todas são alcançadas pelo convênio, havendo assim, mais uma vez, a reprodução de desigualdades, a exclusão da exclusão.



Figura 11: Detentos do EPFCAJG, no regime semiaberto, em reunião no Patronato Penitenciário, Corumbá, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

O que corrobora para o aprofundamento deste cenário é a dificuldade de estabelecer convênios, fazendo referência a este fato disse: *“Aqui em Corumbá não tem nenhuma empresa privada que emprega os presidiários. Já é difícil quem anda direitinho conseguir emprego, ainda mais quem tem a ficha suja”*. E continuou:

- *A busca de parceiros para poder gerar emprego para o povo, se não tiver emprego elas voltam para o crime. O certo é darmos assistência até um ano após a pena ser extinta, só que muitas vezes a gente acaba dando a vaga dela para outra, pois há muitas pessoas aguardando a vaga ser aberta... Se tivéssemos empresas que oferecessem empregos, o projeto poderia continuar com o presidiário até um ano depois da sua pena ser extinta. Outra coisa que acontecesse, é a empresa absorver a mão-de-obra e contratar a pessoa como funcionário, a própria prefeitura já fez isso.*

Para Pavarini (2008) as práticas de exclusão são impostas pelo mercado, os novos processos de mobilidade impostos pela globalização, a redução do Estado Social são:

“apenas elementos através dos quais – in primis o ‘Capital’ – se constroem, se impõem e finalmente, de forma universal, se difundem numa nova filosofia moral, um determinado ‘ponto de vista’ sobre o bem e o mal, sobre o lícito e o ilícito, sobre o merecimento de inclusão ou de exclusão”.

Outra questão citada pelo gestor refere-se à falta de interesse dos presos em estudar, mas que se mostra irreal quando se observa as falas das detentas:

- *Os cursos profissionalizantes precisam de 1º ou 2º grau, porém a maioria que está no semiaberto não possuem o 1º grau, lá dentro do semiaberto tem escola de 1º grau, com sala de aula, professora... Quando foi inaugurado tinham vários, mas agora não tem quase ninguém. Há falta de interesse deles, não adianta nada a gente correr de um lado e eles não quererem de outro.*

- *Eu estudava e trabalhava, como eu saí (passou para o regime semi aberto) eles cortam, não deixam a gente estudar mais, só na rua. Estudei até a quinta fase e trabalhava na cozinha. (Dafinis)*
- *Então, eu também fui lá, falaram que para gente do semiaberto não tinha. Ela falou que só tinha curso pro pessoal da escola. (Ludmila)*
- *Tem uma salinha lá que a gente assiste vídeo, tem a biblioteca que fica lá no canto, a gente não pode ir na biblioteca, só a turma da escola, só quem estuda. (Graziele)*

Perguntado, se em seu entendimento, havia alguma diferença entre um presídio de fronteira e um localizado em outra região, respondeu: “Acho que são os estrangeiros, a facilidade de acesso dos produtos (drogas) é a maior causa do crime”.

Fazendo menção aos transtornos alusivos ao uso de drogas, informou que a psicóloga faz um trabalho dentro do presídio, enviando os usuários de droga para o Estáquio. Outra situação que se mostrou irreal quando confrontado as falas das detentas entrevistadas:

- *Uma “cherava” cocaína e as demais fumavam maconha, só eu que não usava, aí eu ficava deitava e ficava olhando, ficava drogada por tabela, começava a rir... Aí elas diziam: para! Você tá roubando toda a minha brisa! Eu dizia: Eu vou roubar até vocês pararem de usar droga. Tem pessoas que levam e vendem lá dentro. (Ana)*
- *Porque o pessoal que usa droga vai para lá e depois fica chuchando remédio, aí a pessoa fica lá dopada. Tem muito drogado! (Renata)*

De modo geral, muitos autores, afirmam ser comum a utilização de drogas como a cocaína, a maconha e o crack, inclusive por prisioneiros, sob a autorização vigiada de agentes policiais supervisores, posto entenderem que, as drogas aliviam o sofrimento dos detentos, fazendo com que se tornem menos agressivos. Outros autores também mencionam o tráfico de drogas como prática comum na maioria das prisões, tanto masculinas como femininas, embora não seja permitida por Lei, a entrada de entorpecentes em nenhuma instituição prisional (BITENCOURT, 1991; SÁ, 1998; FREITAS, 2002)

Sobre os usuários expressou:

- *A maioria nos respeitam, aqueles mais indisciplinados a gente já sabe como tratar, a gente já está preparado... E o papel da gente é tratar bem, aqui é o lugar de inserção dos presos. Se eles chegarem aqui e verem um lugar ruim para eles entrarem, eles nem entram.*

A

cerca de seu trabalho salientou que todas as atribuições são em subordinação a Campo Grande, mas que, quando tem alguma ideia, repassa o projeto e a AGEPEN –MS, por sua vez, analisa e aprova. Também comunicou: “*Os recursos são todos da AGEPEN, compras, investimentos... tudo. A gente sonha, mas as condições do sistema penitenciário é conhecida em todo mundo, a gente não gera receita, só despesas*”. Sobre as relações e os Agentes Penitenciários, expressou:

- *A gente já vinha com uma boa relação com o prefeito anterior, pois ele tinha uma boa relação, pois ele via o convênio como uma reinserção do preso, até ajudando com a questão da segurança pública. O atual prefeito também está na mesma situação, na campanha eu fiz a “dança do acasalamento”, ele*

disse: Vamos continuar... Esse é o meu papel, de correr atrás, aqui na parte política sou eu que faço, mas para formalizar tudo é em Campo Grande, meu nome nem aparece no contrato, na hora de subir no palanque, só sobem os chefes. Eu converso muito com a minha mãe, ela é minha psicóloga, ela diz: Larga mão desse serviço e vai cuidar do seu comércio, esse serviço vai acabar matando você! A gente sabe da dificuldade do sistema penitenciário, foi que nem o coronel disse na posse da nova diretora do presídio: Como pode uma pessoa normal, com 3º grau, fazer um concurso para trabalhar no sistema penitenciário? Você pede para se afastar das pessoas com problemas, vocês não, vocês vão para dentro do problema.

Sobre os resultados do trabalho que o Patronato tem realizado, disse que muitas voltaram a estudar por vontade própria, outras até na Universidade entraram.

- *O patronato é uma experiência nova, a gente ainda está caminhando, o resultado não é o ideal, mas já é satisfatório, satisfaz a demanda de presos, pois normalmente quando o preso chega aqui e já está trabalhando há certo tempo, a gente aconselha devido ao fato de ser remunerado, mas não ser contratado, o único benefício é o INPS... É recolhido o INPS de 11%.*

E terminou comparando um egresso a um cidadão comum, destacando a dificuldade dos apenados na obtenção de emprego em empresas privadas e até mesmo em cargos públicos:

- *A sociedade brasileira está desse jeito, não tem uma expectativa, a gente que está normal, se não correr atrás, a gente fica sem nada, imagina uma pessoa que está presa, vai numa empresa, puxa a ficha dele e não quer. A não ser que ele tenha um bom relacionamento com alguém de dentro da empresa, te apadrinha, aí consegue. Até mesmo um concurso público você vê que o governo é indiferente com isso, para você prestar um concurso publico, se não me engano, são cinco anos depois que termina sua extinção de pena, daí vai poder prestar concurso²⁶, o próprio governo faz isso, aí é complicado, durante esses cinco anos ele volta a matar, traficar...*

Esta realidade é vivenciada cotidianamente por mulheres que saíram da cadeia, pois muitos são os casos de egressas que mesmo diante de todas as discriminações, fazem cursos profissionalizantes e até mesmo concluem o ensino superior, mas não são contratadas, tendo que trabalhar como autônoma ou voltar para as “facilidades do tráfico”, ficando claro que as políticas públicas brasileiras são seletivas, pois o mesmo governo que possui a retórica da política reintegradora acaba por ser excludente.

Uma proposta para resolução desta arbitrariedade estaria na aplicação do mesmo estágio probatório, ao qual é submetido qualquer cidadão de nossa nação, que deseje permanecer em cargo público. Desta forma a egressa passaria por um período avaliativo, sendo verificados se as características dela se adaptam ao cargo, além de outros atributos, como: assiduidade, pontualidade, responsabilidade, iniciativa, entre outros.

²⁶ O termo utilizado para a impossibilidade de prestação de concurso público é Interdição temporária de direitos e consta no Art. 47 da LEP, ao qual discrimina: proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame público

3.3 POSSÍVEL TRANSNACIONALIZAÇÃO DO PCC A PARTIR DO PRESÍDIO DE FRONTEIRA

Apesar da pesquisa ser com mulheres, em uma feita na Bolívia, tive a oportunidade de conversar com um ex-presidiário, que sendo natural de Puerto Suarez, esteve preso por duas vezes na *Carceleta Bahia*, por roubo qualificado, entre os anos de 2007 e 2011.

A chance foi aproveitada tendo em vista que não se tinha nenhum contato com mulheres que haviam ficado presas nos anos anteriores, para assim saber um pouco mais sobre as mudanças/permanências, ocorridas na *Carceleta*. Durante a conversa, que se deu de um modo informal, a surpresa consistiu em ouvir que as mudanças ocorridas se deram através da presença do PCC no presídio, principalmente entre a primeira e a segunda vez em que o entrevistado havia estado preso. Exemplificou através de um episódio ocorrido na segunda permanência na prisão:

- Certa vez ouve uma discussão entre um homem e uma mulher e o PCC julgou, ouviu a cela e o homem foi culpado pelas testemunhas, ele foi cobrado [...] Quando há desentendimentos, o PCC chama para ouvir as partes, fazendo um papel de juiz.

É ainda Oliveira (2013), que relatando sobre o processo de transição do comércio de drogas em Corumbá, relata o reordenamento no tráfico na cidade a partir do “éthos” do PCC no Presídio Masculino de Corumbá, que acabou por instaurar progressivamente uma nova ordem intramuros, trazendo resolução para os problemas recorrentes da prisão, como: extorsões, estupros, violência, etc., atuante em “papel de juiz”. Assim, baseado no debate, ou seja, em uma reunião com data e hora marcada, para uma discussão visando decidir a culpa e a forma de penalização do culpado, percebe-se a instauração de um modo de resolução de conflitos no presídio de Puerto Suarez com raízes no PCC, introduzindo nos relacionamentos da prisão uma nova forma de convivência.

Outro fator na fala, que remete ao vocábulo do PCC está no termo “cobrado” ou “cobrança”, que se ouve de presos da *Carceleta Bahia*, como quando exemplificaram o “homem que não respeita a mulher é cobrado”. Este termo, segundo o glossário de termos nativos, elaborado em Biondi (2010, p. 238) difere de punição, dizendo respeito a uma das “consequências possíveis dos atos de alguém, na qual se lembra do compromisso de agir de acordo com a disciplina do Comando”.

Muitas mulheres na *Carceleta* foram presas junto com seus maridos, desta forma se a discussão deste homem foi com a mulher de outro preso, pode ser considerado mais propenso a ser “cobrado”, uma vez que para o PCC o desrespeito à mulher de outro preso é chamado de “talaricagem” e o autor deste ato é designado “talarico”. “Por desrespeito, entende-se uma

ampla e variada gama de atitudes, que inclui formas de se dirigir à mulher, olhares, proximidade, encontros, esbarrões, etc.” (DIAS, 2011, p.263).

Outro termo mencionado pela população carcerária, que faz parte da estrutura hierárquica de cada cela, e que pode remeter as influências do PCC na *Carceleta Bahia* é o disciplina, que na conjuntura organizacional do presídio tem exatamente esta função. No PCC disciplina, também chamado de Piloto ou palavra “são postos de liderança locais, seja em determinada unidade prisional ou determinado bairro ou comunidade dominados pela organização. Tendo a função de manter o controle e a disciplina, de acordo com as regras do Comando”. (DIAS, 2011, p.52).

O entrevistado relatou também, que na época da sua segunda prisão, havia dois integrantes do PCC na *Carceleta Bahia*, um deles era brasileiro e havia estado preso no Presídio Masculino de Corumbá, mas quando refugiado na Bolívia foi preso novamente, já o outro, denominou como “chefe do PCC na Bolívia”. Disse que os dois tinham a admiração da cadeia e, que frequentemente a organização dava drogas para todos, contratava advogados e até “pagava a polícia para deixar a droga entrar, como também celular...”.

Dias (2011, p.216), transcorrendo sobre a questão das estratégias do PCC para domínio e assim o alcance do poder no sistema prisional, descreve:

Essa colaboração só pode ser obtida a partir de negociações com lideranças da população carcerária e, portanto, com a repartição do poder entre administradores e presos e de um reconhecimento informal de estruturas de poder arbitrárias que emergem no seio da população encarcerada, a partir de múltiplas disputas de poder.

Esta questão do poder, se apresenta fundamentalmente importante, pois foi ela que segundo o entrevistado o atraiu: “*O que me atraiu no PCC foi o poder... Sempre que chegava alguém que era do PCC ouvia dizer: É do PCC! Aí, os “irmãos” tinham prioridade com droga, como o espaço*”.

Para Robert Sack (apud Saquet, 2007, p. 83), a territorialidade é entendida “[...] como estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas”. É o modo das pessoas usarem a terra, organizarem o espaço e de dar significados aos lugares, uma expressão geográfica do poder social. Deste modo, as territorialidades do PCC na *Carceleta Bahia*, segundo o entrevistado, tinham dois grandes objetivos: o primeiro era reorganizar o espaço através do domínio, que o entrevistado chama de “pacificar”. Marques (2010) denomina de “paz entre ladrões”, a propagação de novos valores que repercutiu na pacificação prisional através de um novo sistema de relações, pondo fim ao antigo sistema de extorsões que ocorria.

E o segundo grande objetivo é percebido na seguinte frase: “*Eles procuravam soldados. Homens que apoiassem eles [...]*”. Explanando sobre estes soldados, explicou que a intenção era alcançar soldados no presídio, para além do período prisional, que “*apoiassem as ações que eles fazem na Bolívia*”.

Esta procura de “soldados” consiste em uma análise de cada preso, feita por alguém que faça parte do Comando e, com a escolha e aceite do novo membro, é realizada a indicação para dar-se início ao processo de filiação, chamado de batismo, onde o novo integrante deve jurar fidelidade ao PCC. Há uma forma de se conduzir, um código comportamental e uma “ética” própria que, espera-se que seja seguida pelos seus integrantes. Caso haja transgressão a essas “normas”, há a “cobrança” por parte dos outros “irmãos” e, dependendo da sua gravidade, a punição pode ser a expulsão da organização e, em casos extremos, a execução do indivíduo. (DIAS, 2011)

A preocupação em não se “convidar qualquer um” para a organização, se deve a responsabilidade de quem convida, pois este se tornará padrinho do convidado (afilhado) e corresponsável pelas ações do mesmo. Para ser convidado, o candidato a irmão deve mostrar que “corre lado a lado com o crime”. (OLIVEIRA apud BIONDI, 2013, p.111).

Oliveira (2012, p. 106), citando as pesquisas feitas por Karina Biondi sobre o PCC, esclarece quem seria o “soldado da paz” no sistema prisional: “aquele que não medirá esforços em acabar com os conflitos internos da vida social”. Que “a partir de uma nova dinâmica de discussões, diante da quebra de alguma regra comportamental, estará sujeito a alguma sanção pelo meio. Mas sendo efetivado através de um intenso processo de discussões chamado debate”.

Entendendo que o PCC é fundamentalmente um modelo de organização cujo centro de poder era o sistema carcerário, de onde emanavam as decisões e as ordens para ações realizadas fora dele, pode-se compreender o porquê da busca de soldados dentro do sistema prisional para o alcance de ações fora dele. Pontuando que o termo “soldado” remete a primeira estrutura hierárquica do PCC, sendo aqueles que estavam fora do presídio cumprindo ordens que vinham de dentro. (DIAS, 2011).

Apesar do enfoque desta dissertação não ser este, e entendendo que esta possível transnacionalização do PCC a partir do presídio de fronteira carece de estudos mais aprofundados, esta informal entrevista correlata as formas de organização e vivência no cárcere em Puerto Suarez, remete a no mínimo à influência direta do PCC na *Carceleta Bahia* e provável controle direto ou indireto sobre as ações do tráfico dentro e fora da prisão.

Considera-se que o reordenamento territorial através do PCC obteve um transbordamento para além dos presídios no Brasil, pois através da expansão do controle da facção sobre a distribuição de drogas para o varejo, não só no estado de São Paulo, onde se deu seu nascimento, mas por diversas regiões do Brasil, inclusive Corumbá (OLIVEIRA, 2013), a facção obteve fortalecimento financeiro, reforçando seu poder político na medida em que ela passou a exercer controle direto ou indireto sobre as biqueiras²⁷. Podendo-se assim afirmar, que hoje ela exerce um domínio sobre o “mundo do crime” (FELTRAN, 2008, p.122), se materializando através de novas redes de sociabilidade que emergem das relações de poder e se apresentam como demarcações de território que vão além das fronteiras. (DIAS, 2011)

Assim, nas incursões em campo, não se tinha em mente discorrer sobre o PCC, mas de acordo que a pesquisa caminhou, naturalmente os atores envolvidos com o objeto de estudo, falaram sobre esta temática com uma naturalidade de quem vivenciara no contexto prisional e as repercussões que esta organização trazia, porém, se no ambiente prisional feminino trouxe surpresas as colocações, nas conversações em Puerto Suarez/BO, visualizou-se a capacidade que a fronteira exerce de transnacionalizar não só organizações legais como ilegais, como também a estrutura prisional através do PCC que se consolidou no Brasil e possivelmente reordenou os presídios de fronteira tanto no Brasil, quanto na Bolívia.

²⁷ Designação nativa de ponto de venda de drogas, também chamado de boca de fumo ou, mais recentemente, lojinha. (BIONDI, 2011, p.216).

4. CONCLUSÃO

Interpondo os resultados desta pesquisa com os verificados por outros pesquisadores, percebe-se que na atualidade, há uma nova formatação no tráfico de drogas, sem mais os conhecidos “senhores” do tráfico, mas de uma forma menos aparente, com distribuição de atividades em uma espécie de rede, onde pequenas comerciantes lavam o dinheiro do tráfico, e a distribuição da droga se dá especialmente através ‘mulas’ que *“pueden ser sacrificadas despiadadamente como parte de las estrategias y tácticas de contrabando definidas sin su conocimiento y control.”* Neste novo modelo, aquela que antes era subalterna, poderá ser autônoma, mas correndo sempre grandes riscos. (VELLINGA, 2006 p.78)

Em Corumbá-MS, o tráfico de drogas apresenta-se como um fenômeno especial, visto que, mais de 90% das mulheres presas no EPCAIG tiveram este motivo de aprisionamento. Os fatores externos que corroboram para o mesmo estão nas funcionalidades distintas que emergem deste território, principalmente no que tange ao cosmopolitismo na cidade, devido as correntes migratórias (OLIVEIRA, 1998), como também, no fato de ser pontualmente um anteposto comercial (MACHADO, 1998), e uma fronteira porosamente fluída para a “participação invisível”, que “é dada pelas facilidades induzidas pela dinâmica das articulações econômicas que abrem espaço para penetração e consolidação de atividades nocivas como narcotráfico, contrabando”. (OLIVEIRA, 2009, p.29)

A despeito das entrevistadas, declararem ter a motivação na área financeira para o tráfico, quando aprofundado os fatores se mostraram multifários. Sociodemograficamente, em sua maioria, são jovens que, possuindo nível socioeconômico baixo, estando em profissões com pouca formação educacional, com baixa escolaridade, sendo ou já tendo sido amigas, mães de dois ou mais filhos, influenciadas por companheiro ou conhecidos, abraçaram o risco na expectativa que os “ganhos esperados superassem a renda oriunda das atividades lícitas”. (SHIKIDA, 2010, p.332)

Mas, como disse Vellinga (2006), acabam sendo sacrificadas sem piedade, como parte das estratégias do tráfico, do qual elas não têm conhecimento. Em predomínio, elas foram presas na BR 262, de ônibus, quando levavam a cocaína em direção a Campo Grande. A quantidade de cocaína que estavam no momento da prisão variava de meio a cinco quilos. A condenação foi em torno de cinco anos. A progressão do regime fechado para o semiaberto, em sua maior parte, se deu com em torno de dois anos, visto que, em supremacia tiveram remissão, pois estudavam e/ou trabalhavam no período prisional. Porém, houve casos das

penas serem abruptamente maiores, caracterizadas pela severidade em relação ao dano social causado.

Para Oliveira e Linjardi (2013, p.77 e 92), uma das causas do grande contingente de presas economicamente desfavorecida está na seletividade de abordagem e dos julgamentos das mesmas, que se apresenta como sistêmica, sendo denominado pelos autores como “*apartheid* sob o espectro da legalidade institucional”. Devendo assim, ser “reavaliada a matriz da condenação imanente do fato delituoso, pautadas em circunstâncias vexatórias da condição de mula, na incolumidade física e altamente degradante à sua dignidade e na sua participação como peça desmembrada de qualquer organização criminosa”.

Ainda tratando da seletividade no encarceramento maciço: não há como falar em humanização no Sistema Prisional sem falar na garantia de direitos civis, sociais e políticos para ampla parcela da sociedade que permanece alijada do processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro. Fala-se muito em desigualdade social, mas a forma de desigualdade que tem afetado de forma mais perversa a população pobre brasileira é a desigualdade no acesso aos direitos. (DIAS, 2011). Neste ponto, ao entrevistar nove bolivianas no regime fechado do EPFCAJG, foi constatado que a média de tempo que estavam no presídio era de um ano e meio, estando à maioria ainda, processada.

Partindo deste entendimento, é necessária a compreensão que o processo de reintegração social deveria ter início desde o primeiro dia de cumprimento da pena. Sendo ilusório acreditar que, apenas pelo término do tempo de detenção, a egressa esteja em favoráveis condições de reintegração social, haja vista a realidade que viveu dentro do Sistema Prisional Feminino em Corumbá-MS.

Observou-se que a trajetória no cárcere, tendo início no ato de prisão, passando pela dura entrada no presídio, através do *corró*²⁸, o isolamento crônico na vivência até a progressão de regime, e assim a permanência nas condições insalubres e superlotadas do semiaberto, se mostraram reverberar em duas situações distintas: a primeira se manifesta através da interdependência, em geral, nos relacionamentos interpessoais das internas.

Já a segunda, se encontra na ruptura dos vínculos familiares e na dependência de drogas, pois a maioria das entrevistadas que se encontrava amiga da/ casada, teve seus relacionamentos conjugais abalados durante o decorrer da prisão, como também o distanciamento dos filhos e, consequentes desvios comportamentais neles. Relativo ao uso de

²⁸ Também chamado pela administração penitenciária de “inclusão”, na realidade trata-se de uma cela minúscula, com uma cama de cimento, completamente cerrada, com apenas uma abertura para passagem da comida, onde as presas tendem a passar suas primeiras semanas no presídio.

drogas, apesar de parte das apenadas já entrarem na prisão viciadas, devido as condicionantes de confinamento no EPFCAJG, muitas que não utilizavam, passam a utilizar.

Segundo Giordani & Bueno (2001 b), principalmente quando há distanciamento dos vínculos familiares, falta de atividades educacionais e lazer, que lhes ocupem suficientemente, o tempo ocioso, possibilitando-lhes a diminuição das tensões e angústias, as drogas passam a ser uma alternativa, ou seja, são usadas como um bom remédio paliativo a angústia cotidiana do cárcere.

Verificando o cenário no sistema prisional respectivo a existência de trabalhos que visem à reintegração de detentas à sociedade no regime fechado, através das entrevistas, constatou-se que a escola (ensino fundamental) não tem vagas suficientes para a demanda prisional, quando são oferecidos cursos profissionalizantes, as vagas se dão de forma seletiva, sendo as escolhas das participantes a critério da administração penitenciária, sendo que, a escola e os cursos são restritos as apenadas em regime fechado, impossibilitando a que está em regime semiaberto de realiza-los.

Apesar da maioria que respondeu os questionários e da totalidade das entrevistadas desejarem uma educação profissionalizante, tendo em vista a necessidade verbalizada por elas de conseguir emprego, como fonte de renda para sustento de seus lares, apenas uma das que foram entrevistadas, realizou no período prisional cursos profissionalizantes que poderiam ajuda-la no mercado de trabalho, as demais fizeram crochê ou cursos relativos à horta, água, etc. que não lhe permitem disputar melhores colocações no mercado de trabalho. (SILVA, 1998).

Relativo à existência de trabalhos externos ao presídio para reintegração social, o convênio entre Patronato Penitenciário e Prefeitura Municipal, se apresenta como único termo de cooperação com esta finalidade. A respeito dos resultados, o Patronato, na pessoa de seu gestor, esforça-se para conseguir colocações no mercado de trabalho para as presidiárias que estão em regime semiaberto, porém, a segregação permanece, pois só em torno de 50% delas são alcançadas pelo convênio com a Prefeitura Municipal de Corumbá. As demais ficam a deriva. Segundo as entrevistadas, as mulheres de condições economicamente desfavoráveis, se não conseguem um emprego, tendem a se prostituir ou voltar a “levar a droga”.

Coforme Shikida (2010), há uma dificuldade nas empresas em abrirem as portas para uma egressa, pois o estigma de ex presa pode ser rotulado como desviante, limitando as oportunidades trabalhistas e socioeconômicas.

Mesmo com o estigma, que muitas relataram sofrer nos departamentos na prefeitura e de considerarem baixo o valor por elas recebido (um salário mínimo), em suas considerações,

para parte delas, o convênio é um “empurrão”, que poderá abrir-lhes outras portas de emprego, não necessariamente na prefeitura, mas através dos relacionamentos estabelecidos. Para outras, é uma continuidade da pena, que poderá facilitar-lhe a progressão para a liberdade plena.

Com tais características, as condições de aprisionamento em Corumbá, da mesma forma, como na maior parte de todo território nacional não favorece o processo de reintegração social, mas especialmente nesta localidade, a fronteira torna-se um aditivo incomum, que somado ao cosmopolitismo da região em estudo e o consumo de drogas, as condições de reintegração social da mulher brasileira presa na fronteira, como atriz social deste invólucro, torna-se extremamente intrincada.

E da mulher estrangeira, praticamente nula, pois elas tendem a passar anos em reclusão nesta fronteira, antes do seu julgamento, e como estrangeiros, possuem relações interpessoais dificultadas, notícias de seus familiares não constantes, comunicação escassa, e nenhum auxílio pós-reclusão para trabalho no território brasileiro e muito menos para retorno ao seu país de origem.

Diante da necessária fomentação de estratégias de enfrentamento social para a reintegração de apenas na região de fronteira, alguns diferenciais devem ser pontualmente verificados, quando comparados ao mesmo âmbito no Brasil, para que a construção de propostas não reproduza o discurso generalizado do estado. Pois ao analisar o Sistema Penitenciário Feminino Brasileiro e, comparativamente seus presídios, constata-se a existência de peculiaridades robustecidas no perfil prisional da réu presa na região fronteira em estudo.

Através de índices do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen (2012) e do Núcleo de Imigração – NUMIG, Departamento da Polícia Federal - DPF de Corumbá-MS, verificou-se que, no Sistema Prisional de Corumbá, estes aspectos estão intrincados a nacionalidade das suas detentas, pois a taxa de estrangeiras no EPFCAJG (41%) é expressivamente superior à mesma taxa nos presídios no Brasil (21%); como também, na tipologia criminológica, pois enquanto no Brasil as presas por tráfico de drogas são predominantes (61%), em Corumbá, este índice é praticamente absoluto (96%) e, no número de mulheres presas, comparativamente ao total de presos (23%), ser praticamente, quatro vezes maior que o mesmo índice no Brasil (6%).

Assim, partindo da ideia de reintegração social utilizada neste trabalho, que estando relacionada a um conceito sociológico, que entende que a reintegração não é alcançada através da pena, mas deve ser buscada apesar dela (BARATTA, 1990); alguns passos

impreteríveis podem ser dados, para o início de um processo reintegrador local das detentas do EPFCAJG, dentre eles, podemos citar:

- Ampliação/construção de um novo semiaberto, com condições salubres e capacidade para locação de todo contingente de mulheres neste regime.
- Facilitação da progressão de regime para a estrangeira presa no EPFCAJG.
- Desburocratização de liberação para término de cumprimento de pena (regime semiaberto) da brasileira presa, oriunda de outro estado, em sua cidade.
- Trabalho de desintoxicação as usuárias de drogas do EPFCAJG.
- Ampliação das vagas na escola de primeiro grau, bem como a disposição de Ensino Médio e faculdade EAD no EPFCAJG.
- Abertura do Sistema Prisional à sociedade e da sociedade ao Sistema Prisional na Fronteira, por meio de fomento governamental (Brasil e Bolívia), para cooperação objetivando uma rede de reintegração social transfronteiriça.

Sobre a outra temática que acabou por somar-se a esta - diante do pequeno lampejo sobre o PCC e o RDD dentro do EPFCAJG, algumas reflexões podem ser colocadas:

- Que reterritorializações acontecerão a partir deste incremento de mulheres, que através do RDD tem sido alocadas no EPFAJG?
- Quais serão as consequências do poder hegemônico do PCC, que acabam por instaurar a pacificação social calcado no arbítrio, no autoritarismo e na exceção, na vida destas mulheres?
- Quais serão os efeitos da passagem pelo Sistema Prisional em Corumbá com o RDD, para a mulher na sua reintegração social?

Os resultados finais desta pesquisa, através do Projeto Social Vida Livre ²⁹, que teve seu início na *Carceleta Bahia* em Puerto Suarez/BO, evidenciam a possibilidade de uma implementação de uma rede de cooperação para reintegração social de mulheres oriundas do Sistema Prisional da região de Fronteira de Corumbá – Ladário/BR e Puerto Quijarro Puerto Suarez/BO.

²⁹ APÊNDICE A.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Da violência. São Paulo: Ática, 1988.

ADORNO, S e SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. Estudos Avançados 21 (61), 2007.

ALMEIDA, R. O. Mulheres que matam: universo imaginário feminino do crime. Rio de Janeiro: Relumbre-Dumará. 2001.

Baeninger, R. & Souchaud, S. 2008. “Diferenciais da Imigração Boliviana em Corumbá: resultados da pesquisa de campo”. In: E. A. da Costa, e M. A. M. de Oliveira. (Org.), *Seminário de estudos fronteiriços*. UFMS, Campo Grande: 2008, 5.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou Controle Social. Uma abordagem crítica de “reintegração social” do sentenciado, 1990. Disponível em http://www.juareztares.com/textos/baratta_ressocializacao.pdf. Acesso em 01/10/2013.

BARDIN, L. Análise de conteúdo, Lisboa : Edições 70. 1995. 233p.

BEAUD, S.; WEBER, F. Guia para a pesquisa de Campo Produzir e analisar dados etnográficos. Editora Vozes. Petrópolis. 2002.

BECKER, H.S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BERGUER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BITENCOURT, C. R. A falência da pena de prisão. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, v. 80, n. 670, p. 241-53, ago. 1991.

BIONDI, Karina. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo : editora Terceiro Nome, 2010.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Reintegração social: discursos e práticas na prisão. 2012. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen). Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. Ministério da Justiça. Fundo Penitenciário Nacional: Funpen em números. Brasília, 2010. Disponível em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: 10 Agosto 2013.

_____. Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Relatório da experiência piloto para implantação do Plano Individualizado de Tratamento Penitenciário (PIT) realizada no Presídio Ary Franco, Rio de Janeiro, 1999.

CABRAL, M. A. A. Prevenção da violência conjugal contra a mulher. *Ciência & Saúde Coletiva*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 183-91, 1999.

CAMPOS NETO, Manoel F de. *Mulas Humanas no narcotráfico internacional Bolívia-Brasil*. Campinas, SP. Editora Millennium. 2011.

CARVALHO FILHO, L.F. *A prisão*. São Paulo: Publifolha, 2000.

Carvalho, M. L. et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(2):461-471, 2006.

CHRISTIE, Nils. Civilidade e Estado. In: *Conversações Abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBBCrim, 1997.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A Z. *Desvendando mascaras sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990. cap. 4, p.87-121.

BLANCHARD, S. Être “colla” à Santa Cruz: identités et territoires des migrants andins à Santa Cruz de la Sierra (Bolívie). Thèse de Doctorat, Géographie. Paris, 2005.

Costa, Edgar Aparecido da. (2009). “Ordenamento territorial em áreas de fronteira”. In: E. A. da Costa, e M. A. M. de Oliveira. (Org.), *Seminário de estudos fronteiriços*. UFMS, Campo Grande: 2009, 61-78.

_____. 2011. “Mexer com o quê? Vai pra onde? Constrangimentos de ser Fronteiriço”. In: E. A. da Costa, G. V. L. da Costa, e M. A. M. de Oliveira. (Org.), *Fronteiras em Foco*. UFMS, Campo Grande: 2011, 131-147.

COSTA, G., OLIVEIRA, M., (2012). Mestrado Interdisciplinar Em Estudos Fronteiriços/Ufms: Perspectivas, Discussões e Pesquisas. *Interdisciplinaridade: conceitos, investigações e experiências*. 4: 27-44.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. *Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen*. Ministério da Justiça. Abril, 2012.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

DIAS, Ramona Trindade Ramos. A moradia dos bolivianos em Corumbá-MS: Singularidades do espaço fronteiriço. 2010. Dissertação. (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2010.

DUARTE, A. L. R. M.; GALLI, C. Y.; PRAZERES, T. de O. Relatório Visita Extra Classe – Presídio Feminino. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2005.

FALCONI, Romeu. *Sistema Presidencial: Reinserção Social?* São Paulo: Icone. 1998

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FERNANDES, F.(org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional/ Edusp, 1973.

FREITAS, L. Atração fatal. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26/27 out. 2002. p. F8. Suplemento feminino.

FOUCAULT, Michel. “Vigiar e Punir: história da violência nas prisões”. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIORDANI, A. T. Pesquisa-ação com mulheres detentas sobre sexualidade, DST-aids e drogas. 2000. 163p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

_____, A. T.; BUENO, S. M. V. A maternidade para mulheres detentas e a transmissão vertical das DST/Aids. Jornal Brasileiro de DST. Niterói, v. 13, n. 6. p. 12- 24, 2001a.

_____. Uso do tabaco por mulheres detentas e efeitos sobre suas saúdes mental e física: um processo educativo. Apresentado no 2. Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde , 2001b, Brasília.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998

GOMES NETO, P. R A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. Canoas: ULBRA, 2000. 231p.

GROPPO, L. A. Comunidade, Sociedade e Integração Sistêmica. Rio de Janeiro: Difel; 2000.

Guimarães, Caroline Krüger. 2007. *Inserção Social: Estudo de Caso na Unidade Prisional de Tabatinga/AM*. Monografia. Pelotas: UFPel, 2007.

JARDIM, Ana Caroline M. G. Famílias e prisões: (sobre) vivências de tratamento penal. 2010. Dissertação (Mestrado Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/files_websites/dev6/websites/417/anexos/ANA_CAROLINE_GONSALES_JARDIM_1878.pdf

KAUFMANN, J-C. L’entretien compréhensif. Paris: Nathan, 1996, 127p.

KING, Roy; McDERMOTT, Kathleen. My geranium is subversive: Some notes on the management of trouble in prisons. *British Journal of Sociology*, v. 41, n. 4, 1990, p. 445-71

LEMGRUBER, J. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achaimé, 1983. 142p.

LINJARDI, Luciane Gregio Soares. Mulheres traficantes de drogas na fronteira de Corumbá e Ladário/BR.2012. Dissertação. (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade de mato Grosso do Sul. Corumbá, 2012.

Lopes F, Latorre MRDO, Pignatari ACC, Buchalla CM. Prevalência de HIV, papilomavírus humano e sífilis na Penitenciária Feminina da Capital, São Paulo, 1997-1998. Cad Saúde Pública 2001; 17(6):1473-80.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

Machado, Lia Osório. 1998. “Limites, Fronteiras e Redes”. In: T. M. Strohaecker e outros. (org.) *Fronteiras e Espaço Global*. AGB - Porto Alegre. Porto Alegre: 1998, 41-49.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, junho de 2010, 14 (2):311-335.

MINAYO, M.C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1993.

Morais, P. C. C. “Drogas e Políticas Públicas”. Orientador: Prof. Cláudio Chaves Beato Filho, Belo Horizonte: FAFICH – UFMG, 2005, 306p. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas)

OLIVEIRA, Giovanni França. Nas bocas da cidade de Corumbá-MS; O comércio de drogas na fronteira Brasil/Bolívia. 2012. Dissertação. (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Fundação Universidade de mato Grosso do Sul. Corumbá, 2013.

OLIVEIRA, Giovanni França & COSTA, Gustavo Villela Lima da. Alguns Apontamentos em Relação ao Tráfico de Drogas na Fronteira: Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia. Texto apresentado no III Seminário de Estudos Fronteiriços em Corumbá, 2011. Anais. ISSN 2178-2245.

Oliveira, Tito Carlos Machado de. 1998. *Uma fronteira para o pôr-do-sol: um estudo geo-econômico sobre uma região de fronteira*. Campo Grande: UFMS, 1998.

_____. Os Elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil- Bolívia. In: Seminário de Estudos Fronteiriços. Campo Grande: UFMS, 2009.

Oliveira, Tito, C.M., Linjardi, Luciene, G.S. Carga Pesada das Mulas – Sobre Mulheres Traficantes na Fronteira Brasil Bolívia. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde da UNIOESTE – Câmpus de Foz do Iguaçu. V.15 n°2 p.70-95, 2°Sem. 2013.

Pavarini, Massimo. El “Punto de Vista” dominante y La violencia institucional: procesos de reencarcelamientos em el mundo. In. Bergali: et al. *Violencia e Sistema Penal*. Buenos Aires: Del Puerto, 2008.

PEREIRA, J. D. da S. Verdes sinais de esperança? A experiência da biblioteca da área de engenharia –bae unicamp, com o trabalho dos reeducandos do presídio “ataliba nogueira”. Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. Brasil, 2000.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmer. Um estudo dos valores do Assistente Social no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro. In: Revista da escola do Serviço Penitenciário. Ano III, nº 09, outubro-dezembro 1991.

RABOSSI, Fernando. Nas ruas de Ciudad Del Este. Vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2004.

Raffestein, Claude. 1993. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo. Ática, 1993.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia Clínica e Execução Penal. Proposta de um modelo de terceira geração*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 21, 117-23, jan./mar. 1998.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 274-307.

Saquet, Marco Aurélio. 2007. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Shikida, Pery Francisco Assis. Considerações sobre a economia do crime no Brasil: um sumário de 10 anos de pesquisa. V.1, nº 2, Brasília: *Economic Analysis of Law Review*, p. 318-336, Jul-Dez: 2010. [ISSN: 1022-4057].

Silva, Gisele Laus da. “Criminalidade da mulher: rotina carcerária e análise penitenciária do presídio feminino de Florianópolis”. Monografia. Florianópolis: UFSC, 1998.

SILVA, Jane Ribeiro. *A execução penal à luz do método APAC*. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul. *R. bras. Est. Pop.* São Paulo, v. 25, n.2, p. 271-286, jul./dez. 2008.

SOUZA, L.S. de. Etnometodologia: uma teoria do social na pesquisa. In: GAUTHIER, J.H.M. et al. *A pesquisa em enfermagem: novas metodologias aplicadas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

Souza, M. 1995. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia : Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TÖNNIES, F. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

Varella, D. 1999. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Vaz RG, Gloyd S, Trindade R. The effects of peer education on STD and Aids knowledge among prisoners in Mozambique. *Int J STD AIDS* 1996; 7(1):51-4.

VELLINGA, M. *Cambiar las Reglas - Una reflexión sobre la industria de la droga*. In: Trayectorias. Año VIII. n.22. setiembre-diciembre, 2006.cl. 14, núm. 27, enero-juni

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Zackseski, Cristina. *Relações de Trabalho nos Presídios*. 1º Congresso Nacional do Ministério Público do Trabalho. São Paulo, 2001.

GLOSSÁRIO

- Batendo** – Carro que vai a frente, vendo se há policiais, para conseguir passagem para droga.
- Batismo** - Ritual de entrada no PCC, onde os novos adeptos recebem uma cópia do estatuto da organização para ser lida em voz alta, onde se jura obediência aos 16 itens contidos no documento e fidelidade ao seu padrinho.
- Biqueira** - Designação nativa de ponto de venda de drogas, também chamado de boca de fumo ou, mais recentemente, lojinha.
- Bonde** – Transferência de uma cadeia (ou presídio) para outro.
- Boqueta** – Abertura na porta da cela para passagem da comida.
- Burguesinha** – Presa jovem, com boas condições financeiras.
- Cadeia de poeta** – Cadeia rápida, cadeia de passagem.
- Cadeia caiu** – Cadeia em caos ou fora de controle.
- Caderno** – Lista de nomes em investigação pela polícia.
- Chapada** – Brava.
- Corró** – Também chamado pela administração penitenciária de “inclusão”, na realidade trata-se de uma cela minúscula, com uma cama de cimento, completamente cerrada, com apenas uma abertura para passagem da comida, onde as presas tendem a passar suas primeiras semanas no presídio.
- Cunhada:** Companheira do "irmão".
- Drácula** – Pessoa que leva drogas dentro de si, remessa de droga.
- Delatar** – Entregar, falar sobre.
- Disciplina** – Responsável dentro do presídio para que sejam obedecidas as ordens do PCC.
- Dormir na praia** – Dormir no chão da cela.
- Embalar** – Induzir outra pessoa.
- Embrenhar** – Entrar mato a dentro, se esconder.
- Fazer a organização** -
- Forasteira** – Presidiária que é de localidade longínqua do presídio.
- Forte** – Solitária, cela onde se aloca a presa que infringiu alguma regra prisional.
- Gete** – Pessoa de recado.
- Gozofone** – Ligação entre uma mulher de dentro do estabelecimento penal para um homem fora, visando masturbação, onde muitas vezes, outros veem e ouvem.
- Irmão:** Membro "batizado" no PCC.
- Máxima** – Penitenciária Masculina de Campo Grande-MS.

Mão fechada – Representa cada ano de prisão.

Queto/teto – Lençol utilizado na cela para cobrir a cama para troca de roupas, visitas íntimas, etc.

Pau no gato – Matar.

PCC – Primeiro Comando da Capital, também chamado de família, partido, facção e organização.

Polícia faz a geral – Utiliza-se quando a polícia entra no presídio com o objetivo de revistar, inspecionar, vistoriar, também conhecido como “a polícia pulou” ou “invadiu”.

Primeira – Estabelecimento Penal de Corumbá- MS.

Roça – Relacionamentos homossexuais entre mulheres no presídio.

Tranca – Prisão, isolamento ou castigo.

Tereza – Corda feita de lençol.

Tretar – Falar.

Tranca – Cadeia.

Vulgo – Nome de batismo no PCC.

Xinxar – Bater.

Zé povinho – Quando um irmão do PCC se converte ao evangelho, vira pastor e acaba por sair da facção.

Zica – Azarada.

APÊNDICE A

"NÃO HÁ FORA, POR ISSO A URGÊNCIA DE ENTRAR": UMA TENTATIVA DE INTERVENÇÃO NO CÁRCERE – BREVE RELATO

Entendendo que a ressocialização, não ocorre em praticamente todo o território nacional e, que as propostas da LEP, mesmo sendo fantásticas, extremamente idealizadas, disparem da realidade verificada, haja vista o índice de reincidência no Brasil ser alarmante, pois como já citado, a cada 10 presos, 7 retornam para as prisões (InfoPen, 2013). Na fronteira de Corumbá-Ladário e Puerto Quijarro-Puerto Suarez esta realidade se aprofunda, devido principalmente as variáveis encontradas na mesma: a dificuldade de se pensar em políticas ressocializadoras para o contingente expressivo de estrangeiras, as condições que favorecem a criminalização, o avultado número de mulheres presas diariamente na região e as condições de aprisionamento, tornam ainda mais necessárias propostas de intervenção no cárcere.

Dentre as várias leituras sobre a ressocialização, destaco Baratta (1990), Sá (1998, 2011) e Braga (2012) que trazem uma nova ótica para o cárcere, evidenciando a reintegração social em contrapartida a ressocialização. É Baratta (1990, p. 3) que esclarece que a reintegração consiste na “abertura da prisão à sociedade e, da sociedade à prisão”, pois segundo o autor, o isolamento representado pelos muros e grades tornam “diminutas as chances de ressocialização” do sentenciado, uma vez que, este é considerado “mau” e a sociedade “boa”, e os termos “ressocialização e tratamento pressupõem uma postura passiva do detento e ativa das instituições”. A reintegração social requereria um processo de abertura de “comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão”.

Braga (2012, p.33) destrincha o conceito de reintegração social, esclarecendo que não seria uma atribuição da pena a reintegração social do detento, “mas uma possibilidade de reduzir seus efeitos”. Pois esta não se restringiria ao preso, mas estaria focada na “reintegração sociedade – prisão, a partir do envolvimento e responsabilização da comunidade pelos conflitos surgidos em seu seio. O foco não está no preso, mas na interação social que abrange estado, prisão e sociedade civil”.

Tratando das questões relativas à reintegração social, Baratta (1990, p.2) ressalta que a prisão não favorece este intento, mas deve ser buscada apesar dela. Mesmo entendendo que “nenhuma prisão é boa e útil o suficiente para essa finalidade” e, que ainda existam algumas

profundamente piores do que outras. Apesar destas condições, ainda assim, Braga (2012) acentua a importância de trabalhos sérios serem fomentados:

Estou me referindo a um trabalho de diferenciação valorativa que parece importante para individualizar políticas de reformas que tornem menos prejudiciais essas instituições à vida futura do sentenciado. Qualquer iniciativa que torne menos dolorosas e danosas à vida na prisão, ainda que ela seja para guardar o preso, deve ser encarada com seriedade quando for realmente inspirada no interesse pelos direitos e destino das pessoas detidas e provenha de uma mudança radical e humanista e não de um reformismo tecnocrático cuja finalidade e funções são as de legitimar através de quaisquer melhoras o conjunto do sistema prisional. (BARATTA, 1990, p. 2).

Logo, apesar de ter colaborado, ainda na graduação, em um projeto com mulheres da Penitenciária de Tabatinga (GUIMARÃES, 2007) e saber, que nenhuma proposta de intervenção no Cárcere se mostra facilitada, pelo contrário, as adversidades se apresentam em diversas escalas, a começar pela administração prisional que, seja para garantir a segurança da sociedade civil, ou pelo receio que as irregularidades habituais do cárcere sejam vistas, ou ainda, pelas exigências burocráticas, acabam por se tornar, muitas vezes, impeditivas. E ainda, na outra margem as presas, que por “desconfiança” ou medo de retaliação da administração penitenciária, se apresentam a princípio reservadas. O anseio que se tinha, era não somente pesquisar sobre a reintegração social das presas do Sistema Prisional de Corumbá, como também, contribuir para reintegração das mesmas a sociedade.

Desta forma, durante a pesquisa no EPFCAJG, tive muitas conversas com a administração do Estabelecimento Penal sobre a realização de um projeto no cárcere que visasse o diálogo entre o cárcere e a sociedade, conjuntamente com uma capacitação profissional em áreas autônomas, tendo em vista o estigma e assim, os bloqueios no mercado de trabalho para as ex-presidiárias. Pois, quando certificamos a composição demográfica do EPFCAJG, compreendemos que a para maioria das presas, a marginalização é fruto de um processo primário de exclusão, que devido à baixa escolaridade, número de filhos e ausência da figura paterna de seus filhos, gera um agravante social, que favorecido pelos mecanismos de mercado que regulam o mundo do trabalho, faz delas uma população vulnerável. Baratta (1990, p.3) correlacionando exclusão social e reincidência, transcorre:

A reintegração na sociedade do sentenciado significa, portanto, antes de tudo, corrigir as condições de exclusão social, desses setores, para que conduzi-los a uma vida pós-penitenciária não signifique, simplesmente, como quase sempre acontece, o regresso à reincidência criminal, ou o à marginalização secundária e, a partir daí, uma vez mais, volta à prisão.

Nestas situações a diretora se mostrava desejosa, mas com restrições relativas à segurança da sociedade civil, estrutura e burocracias. No que tangia a segurança, explicava que o número de agentes era reduzido, relacionado à estrutura, esclarecia que não havia sala

para consecução e, relacionado às dificuldades burocráticas, informava que muitos utensílios não poderiam ser utilizados, pois eram considerados armas brancas, como por exemplo: as agulhas em uma aula de costura ou tesouras em uma capacitação em corte de cabelo.

O PORQUÊ DE SER EM PUERTO SUAREZ - BOLÍVIA: A ONG EXPEDIÇÃO MOCHILA

Diante das dificuldades relacionadas a uma proposta de intervenção no EPFCAJG, com a pesquisa já avançada e tomando conhecimento do trabalho que estava sendo realizado na *Carceleta Bahia*, em Puerto Suarez, por intermédio da ONG Expedição Mochila, representada pelo Missionário Ricardo que, sendo paulista, formado em Teologia com ênfase em Missões, havia se mudado para a Bolívia com a família em Janeiro de 2012, para estágio de conclusão de curso. Ricardo, mesmo conhecendo a realidade social, desconhecia a situação prisional boliviana.

Tendo trabalhado na fundação CASA, na FEBEM paulista, quando ainda residia no Brasil, ao conhecer alguns presídios na Bolívia, verificando a complexidade da situação nos locais, onde a precariedade prisional tendia a aprofundar-se intensamente, pois devido à realidade social do país, as políticas públicas acabavam por fazer minimamente pelo sistema prisional e, na *Carceleta Bahia*, presídio de Puerto Suarez/Bolívia, esta situação diferir pouco, pois apesar de ser um presídio menor em comparação os demais do país, também se apresenta com ambientes precários, insalubres e superlotados (Figura 12), além disso, com a cobrança de uma cota aos presos recém chegados no presídio pelos “jilakatas” (presos mais antigos), de B\$ 1.000,00 (bolivianos), equivalente a cerca de R\$ 330,00, para ter um espaço no chão para dormir (Figura 13), acabavam por ocorrer acirramentos.



Figura 12 e 13 – Cella masculina na *Carceleta Bahia* e apaziguamento de acirramento entre presos, Puerto Suarez, 2013.

Fonte: Jornal ED. IMPRENSA e Notícias online BO

Outra dificuldade consiste na alimentação. Os presos recebem uma assistência social de BS 200,00 (bolivianos), em média a cada três meses, sendo equivalente a R\$ 22,00 por mês, para poder custear sua comida e demais necessidades, o que reverbera em muitos, que não trabalham, ou não tem suas famílias em Puerto Suarez ficarem sem alimentação, dependendo que os demais dividam os seus alimentos.

Percebendo esta realidade, Ricco, como prefere ser chamado, começou um trabalho na *Carceleta Bahia*, mas ao se deparar com crianças e adolescentes na prisão (Figura 14), que residiam no local, por não terem para onde ir, ou pelas mães acharem que elas estariam mais seguras em suas companhias do que com suas próprias famílias, acabavam por vivenciar as situações que permeavam o cárcere, juntamente com os presos no local.



Figura 14 – Mães com seus filhos na *Carceleta Bahia*, Puerto Suarez, 2012.

Fonte: ONG Expedição Mochila

Não querendo estar indiferente a esta situação surgiu um desejo de lutar, para que as mesmas tivessem um local e condições apropriadas para crescer, com as suas necessidades físicas e emocionais supridas, frutificando primeiramente, na retirada das crianças durante o dia do presídio e posteriormente na criação do orfanato e assim, na remoção em tempo integral das crianças, até suas mães serem soltas. Em suas palavras:

- Quando vimos as crianças ali, conversamos e meditamos, que não podíamos ficar indiferente àquele problema, então foi assim que surgiu a ideia de retirar as crianças... importante lembrar que antes de iniciarmos o orfanato, nós falamos: o que podemos fazer com aquilo que temos na mão? Não tínhamos condições de iniciar o orfanato, mas podíamos fazer alguma coisa, então nós tiramos as crianças do presídio de manhã e devolver a noite, elas dormiam no presídio mas elas não passavam mais o dia no presídio, isso demorou uns 4 a 5 meses até que a gente iniciasse o orfanato e retirasse as crianças de fato.

Ao todo, foram retiradas 11 crianças da *Carceleta* e levadas para o orfanato Expedição Mochila, destas crianças, 8 quando suas mães foram soltas e conseguiram emprego, foram levadas para junto delas. No orfanato, as crianças estudam em uma escola da localidade, tem alimentação, roupas, brinquedos, e muito cuidado (Figura 15). Elas visitam suas mães a cada 15 dias no presídio.



Figura 15 – Crianças no Orfanato expedição Mochila, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: ONG Expedição Mochila

Por conseguinte, ao conhecer o trabalho da ONG junto aos presos e as crianças, mas ao ouvir do Ricco, que havia uma carência de voluntariado para o trabalho com as mulheres, deslumbrou-se a oportunidade de abrir uma porta de diálogo, entre mulheres que estão vivenciando o cárcere e as mulheres da sociedade civil, tão logo a data do primeiro encontro foi marcado e a satisfação era imensa em conhecê-las. Na ocasião, a mãe da pesquisadora estava passando um tempo com ela e foi convidada para conhecer as mulheres na *Carcelela*, seria a primeira vez que entraria em um presídio.

ADENTRANDO A BOLÍVIA, CONHECENDO A CARCELETA BAHIA

As idas para a Bolívia se mostraram uma verdadeira aventura, por mais que estivessem acostumados a ir a Puerto Quijarro, mesmo com residência em Corumbá há três anos, ainda não conheciam Puerto Suarez. Deste modo, toda terça feira, quando costumeiramente ocorria os encontros do Ricco com os presos, pegava-se o ônibus “Fronteira” em Corumbá, às 13h30min, para conseguir estar na *Carcelela* uma hora depois.

Durante o trajeto, ônibus cheio, imenso calor, mochila na janela para diminuir a intensidade do sol. A sensação da vivência em dois mundos se fazia constante;, no ônibus costumeiramente havia brasileiros, bolivianos, jovens, velhos, crianças, freiras; uns cochilam, outros se mantêm acordados (Figura 16). Na estrada: ciclistas, placas apontando a Bolívia e sobre tudo uma paisagem deslumbrante, à esquerda “morrarias” imponentes e a direita um rio que corre sereno espelhando o sol, dos dois lados um tapete verde repleto de árvores, coqueiros, pássaros que sobrevoam sobre o ônibus de um lado para o outro na estrada.

Ao descer do ônibus na parada final, perto da linha divisória, a esquerda, do outro lado da rua, está o clube do exército brasileiro, e a direita, já se encontram muitas pessoas a espera do ônibus para ida/retorno a Corumbá. Seguimos em frente, há cerca de cem metros está a

Polícia Federal brasileira, ao passar por ela visualiza-se uma pequena ponte, com um córrego em baixo e com as bandeiras da Bolívia e do Brasil flamejando sobre. Neste ponto a “surrealidade” da fronteira é constante, se está em Puerto Quijarro, dali pega-se um taxi (Figura 17) para Puerto Suarez, que dista 11 km da linha divisória entre os dois países.



Figura 16 e 17: Ida para Puerto Suarez – ônibus “Fronteira” e táxi em Puerto Quijarro, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Ao chegar a *Carcelela*, localizada na avenida Bolívar s/nº, em Puerto Suarez/BO, duvida-se ser o local, pois o cárcere encontra-se atrás da delegacia e, nada faz perceber que ali encontra-se um presídio. Neste instante, ao olhar ao redor, entende-se o porquê de se chamar *Carcelela Bahia*, pois logo em frente está a Bahia, como um rio corrente, onde uma brisa transpassa, com um mirante no meio das águas, um dos pontos turísticos mais conhecidos e visitados de Puerto Suarez (Figura 18). Ali alguns homens descem para pescar, visitantes passeiam e crianças brincavam na praça em frente (Figura 19).



Figura 18 e 19: Mirante e praça em frente a *Carcelela Bahia*, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Diversos brasileiros ao perguntarem onde fica o presídio em Puerto Suarez, se impressionam ao saber, que naquele local, ao lado de um restaurante conhecido entre os brasileiros pelo famoso peixe ali preparado, encontra-se a *Carceleta* (Figura 20), muitos afirmam que, por diversas vezes passaram por ali e nunca haviam percebido um presídio na localidade, ao contrário, achavam que o presídio de Puerto Suarez se encontrava distante da cidade.



Figura 20: Foto panorâmica das imediações da *Carceleta Bahia*, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

A passagem para o presídio se dá pela lateral da delegacia, que passando por um terreno, tem à direita de quem entra uma pequena cela (Figura 21), sem reboco e nem piso na parte interna, apenas com uma grade na porta, onde regularmente há presos sentados no chão.



Figura 21: Entrada *Carceleta Bahia*, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Antes da entrada para o saguão onde os presos ficam, está um pátio, cujo acesso se dá pela passagem por uma tela (Figura 22), com salas em suas laterais, onde se localiza a cozinha, dependência para visitas e, ao centro, um alpendre, onde partes dos guardas ficam. Logo a frente está o pavilhão, onde os presos se encontram, cercado por um muro com uma porta de grade fechada por um cadeado (Figura 23).



Figura 22 e 23: Passagem para o pátio e entrada para o pavilhão da *Carceleta Bahia*, Puerto Suarez, 2014.
Fonte: Guimarães, C.K.

Na ocasião, Ricco comentava que, seria bom que não chovesse e nem estivesse tendo jogo, pois quando uns destes fatos ocorriam, era reduzido o número de presos participantes das conversações. Mas muitas vezes quando se entrava, percebia-se que era dia de jogo, pois os guardas se encontravam, com exceção da guarda responsável pelas mulheres, sentados no saguão anterior, com sua tevê, assistindo a jogos, como entre Atlético de Madrid e Barcelona, da Liga dos Campeões e, do mesmo modo, alguns presos lá dentro, com sua pequena tevê em uma mesinha no pátio, sentados, concentrados, assistiam ao jogo (Figura 24).

Outros, não deixavam seus postos nem pelo futebol, preferiam estar nos seus comércios, que na *Carceleta Bahia*, se apresentam das formas mais diversas: como na foto da direita (Figura 25), onde dois comerciantes estão esperando seus compradores, um oferece ligações, mas com a placa logo acima descrita em espanhol, que “não vendia fiado porque gostava de sua amizade” e o outro comercializa alimentos e refrigerantes. Segundo os presos, os “melhores de vida” na *Carceleta* são os donos das vendas, mas que comparativamente o da venda que tem freezer supera o outro financeiramente e, que para sobreviver ali, tem que ter dinheiro para comprar comida.



Figura 24 e 25: Presos assistindo a jogo de futebol e comercializando.
Fonte: Guimarães, C.K.

Na *Carceleta Bahia* há uma organização interna: cada cela para execução das atividades e suprimentos das necessidades tem o “Jilakata, o Disciplina e o Carrero”. Os presos há mais tempo são denominados de “Jilakata”, e são responsáveis por dar as ordens, intermediando está o “Disciplina”, que tem o seu papel em vistoriar se ordens estão sendo mantidas e o “Carrero” que é o tesoureiro. É o Carrero, que sendo responsável por arrecadar o dinheiro da sua respectiva cela, muitas vezes, paga um dos presos fazer a comida.

Os presos há menos tempo na cadeia, são os que organizam, limpam, fazem comida. Eles ficam por cerca de 3 meses nestas incumbências. E por chegarem, já com uma dívida, “o direito de piso”, que consiste é uma taxa para ter onde dormir, os que não têm dinheiro e nem ajuda familiar acabam por oferecer serviços aos outros, como lavagem de roupas, preparo de alimentos, artesanatos, etc.

As presas da *Carceleta* descrevem viver bem, apesar de atestarem que o local é ruim. Esta afirmativa se explica, segundo elas, por não faltar comida, mesmo sendo comprada, nem roupa, a qual vem através de doações e, principalmente por ser um presídio “tranquilo”, quando comparado aos demais da Bolívia, principalmente ao de Palmasola, presídio de Santa Cruz, ao qual as presidiárias da *Carceleta* receiam ter de ser transferidos:

- Quero ter o melhor comportamento possível para sair logo, fazer todo o possível para não ter alteração, pois não quero ir para Palmasola... Quem vai para lá, fica no mínimo uns 5 anos, e lá é barra pesada, só tem as piores.

Para elas, a maior dificuldade no período prisional é a separação da família, e dentro do presídio seria a convivência. Relataram também que dentro da *Carceleta Bahia* há todo tipo de droga, como: maconha, cocaína e principalmente o crack, que em suas opiniões é pior que a cocaína. Mas pensam ser ainda mais danoso, vivenciar a prisão respondendo por estupro, pois em suas próprias falas: “Aqui estuprador apanha!”.

A respeito do relacionamento entre homens e mulheres, por dividir o mesmo pátio, e a mulher possuir características mais frágeis, dizem: “homem tem que respeitar a mulher, quem toca em mulher aqui é cobrado”.

Nas visitas a *Carceleta*, ao se comunicar com os presos, percebe-se que eles não tem dificuldade em entender o português, ao contrário, entendem e falam com clareza o *portunhol*. Era costumeiro vê-los em rodas de tererê, jogando cartas, preparando feijão preto, com camisetas do Corinthians, boné do Flamengo. Como também brasileiros se deliciando ao comer “empanada”, como é conhecida na Bolívia, ou “saltenha” em Corumbá, com suco de pêssego, fervido com canela e muito açúcar.

OUVINDO SUAS HISTÓRIAS, ATENTANDO PARA SUAS EXPECTATIVAS

Na *Carcelela* há quatro celas, 3 destinadas aos homens e 1 as mulheres. Sendo que os homens, são alojados nas celas de acordo com os crimes que cometeram, conjuntamente ficam os que foram presos por tráfico, os que cometeram crimes sexuais e contra o patrimônio. Em cada cela masculina está de 20 a 30 homens dormindo no chão e compartilhando um banheiro. Com referências ao tráfico de drogas, segundo levantamento, cerca de 50% dos homens que estão presos na *Carcelela* respondem por este delito. Entre os homens é expressivo o número de brasileiros.

Já na cela feminina, as mulheres processadas/condenadas por tráfico estão em predominância, pois das 11 mulheres, 8 estão no cárcere respondendo a processos por infrações ligadas ao tráfico de drogas, as demais respondem por delitos variados, entre elas estão presas por roubo, cúmplice de assassinato, tráfico de crianças. Estas características tornam o presídio de Puerto Suarez/BO, similar ao presídio feminino de Corumbá/BR.

Na *Carcelela Bahia*, como no EPCA/JG, a nacionalidade das suas detentas apresenta-se variadas, em Abril de 2014, das 11 mulheres que se encontram presas, 3 eram brasileiras, 1 era peruana, e as demais bolivianas. Segundo as presas, já estiveram ali mulheres de outras nacionalidades, como: colombianas, argentinas e uma estadunidense, mas como há um fluxo permanente de entrada e saídas, pois são realizadas prisões por situações em investigação e que, quando declarada inocência, elas evidentemente, são liberadas.

Relativo ao tempo de prisão descreveram que, a que possui maior tempo na *Carcelela*, está no cárcere há dois anos. Com relação às suas faixas etárias, há desde uma jovem de 17 anos até uma senhora com 52 anos.

Das 11 mulheres, 10 são casadas/amigadas. Muitas delas foram presas com seus companheiros, outras foram presas e levaram consigo para o cárcere seus filhos. Mas que foram retirados da convivência no cárcere, como já relatado, através do trabalho da ONG Expedição Mochila, ao qual é fator de alegria para suas mães, pois apesar da cela das mulheres ser organizada, limpa e possuir camas, o número de presas sempre acaba por suplantando o número de camas, acarretando das últimas a serem encarceradas terem que dormir no chão até que, com a saída de alguma delas, uma cama seja liberada, neste ínterim as crianças sempre acabavam por ser alocadas, em cima de colchões ou em edredons no chão (Figura 26).



Figura 26: Presas com seus filhos na cela na *Carceleta Bahia*, Puerto Suarez, 2012.

Fonte: ONG Expedição Mochila.

Durante os encontros, muitas delas gostavam de contar suas histórias, outras preferiam apenas ouvir. As brasileiras, por se sentirem mais a vontade com o idioma, comumente falavam mais sobre si. As três brasileiras que se encontravam presas na *Carceleta Bahia* eram de regiões diferentes do Brasil, uma de Miranda/MS, outra de Santa Bárbara do Oeste/SP e ainda outra de Ji Paraná/Rondônia. Fator predominante entre as brasileiras era ter familiar ou esposo boliviano. Uma delas possuía mãe brasileira e pai boliviano e as outras duas tinham o marido de nacionalidade boliviana, um deles estava preso conjuntamente na *Carceleta Bahia*, o outro, todas as tardes vinha ver sua esposa através das grades. Apesar de elas terem facilidade em se comunicar em espanhol, todas as bolivianas ainda, compreendiam bem o português.

Poucas mulheres na *Carceleta* haviam sido condenadas, a maioria delas, estava presa a cerca de um ano e, ainda era processada, portanto não sabiam quanto tempo ficariam presas. Apesar das brasileiras receberem cesta básica do consulado brasileiro na Bolívia, todas elas, sendo brasileiras, bolivianas ou peruanas faziam ou estavam aprendendo a fazer crochê, para custear as despesas e reduzir a pena, pois como no Brasil, a cada três dias de atividade/trabalho é reduzido um dia no cárcere.

Uma das dificuldades que permeia todo cárcere, diz respeito aos sentimentos inerentes a ele, mas tratando da mulher, eles tendem a possuir maior profundidade. Várias mulheres descreveram lutar contra a depressão, sentimento de solidão e angústia, o que faz com que, os relacionamentos interpessoais tenham papéis significativos, para transpor o tempo de aprisionamento. Era notório, ver “dona Maria”, como era chamada, em papéis maternos entre elas: aconselhando, ensinando a que estava há menos tempo a fazer crochê, instruindo e até disciplinando. Mas a maior notoriedade da sua presença, não se fez com ela entre elas, mas

com sua saída, pois uma semana após dona Maria ser liberta, uma delas estava separada das demais e drogada, ao conversar com ela, duas situações em sua fala chamaram atenção: *“ah, tá difícil, quando a gente entra, ninguém fala com ninguém, é só o som da TV ligada. E dona Maria já saiu né? Ela sempre ficava falando com a gente, me ajudava, acho que ela gostava de mim. E aqui também [pausa] você tem droga de graça, acabo usando [...] o gordo do PCC, dá pra todo mundo”*.

A primeira questão se encontrava na influência que dona Maria exercia entre elas, como um ponto de congruência, fazendo-as se manter coesas, e o segundo ponto estaria na semelhança do papel do PCC dentro da *Carceleta Bahia*, como no EPCAIG, no Brasil.

Sendo comum também, ao chegar às terças-feiras, a guarda feminina abrir o cadeado e tão logo que se adentrava o pátio, receber o abraço intenso das mulheres, ao redor, parte dos presos assistia jogo, outros consertavam eletrodomésticos e ainda outros conversavam e, algumas mulheres faziam comida. Após cumprimentar, perguntava-se as mulheres se gostariam de participar, todas elas se disponibilizavam e entravam na cela feminina para início das conversações. A cela feminina, como sempre arrumada, sem maus odores, algumas mulheres comumente faziam crochê, enquanto assistiam novela (Figura 27). Logo elas já esvaziavam uma cadeira, que tinha roupas dobradas, oferecendo para sentar, ajustavam o ventilador e desligaram a tevê, ou seja, queriam participar.



Figura 27: Presas na cela feminina na *Carceleta Bahia*, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Em um dos encontros, ao qual conversava-se sobre os planos ao saírem da *Carceleta*, foi unânimes em suas falas, o desejo de terem uma profissão para se sustentar. A maioria antes de ser presa, era do lar, empregada doméstica ou cozinheira e, tinham receio que o preconceito as impedissem de conseguir emprego, mesmo aquelas que cuidavam dos seus lares e filhos diziam querer aprender algo que pudesse agregar aos afazeres da casa.

Após a primeira conversa, sobre a possibilidade de aplicar algum curso profissionalizante na *Carcelela*, cogitaram-se diversas propostas, desta forma foi resolvido que na próxima terça-feira, durante o encontro, colocar-se-ia em pauta algumas questões referentes ao que elas tinham vontade de aprender e com que gostariam de trabalhar.

Ao chegar, na outra terça-feira, tão logo começaram as conversas, as mãos se levantavam, pois queriam opinar, diziam que gostariam de aprender a costurar, cortar cabelo, fazer unha, enquanto falavam, tomava-se nota. Para surpresa, as atividades solicitadas não se mostravam tão complexas, a não ser pela necessidade de alguns equipamentos e de pessoas dispostas a ensinar. A resposta a elas foi que, aprenderiam as atividades pelos quais tinham interesse, dependendo apenas do desejo, e é claro, de materiais e pessoas para orientar. Em seguida, foi perguntado como gostariam que o projeto se chamasse, umas respondiam em espanhol, outras em português: “libertad - liberdade”, “libre- livre”. E acabou sendo escolhido “Vida Livre”. Pois diziam ser o seu maior anseio, a liberdade (Figura 28).



Figura 28 e 29: Presas da *Carcelela Bahia* enquanto opinavam sobre o projeto e vendendo alimentos nos dias de visita, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K. e ONG Expedição Mochila.

O desejo delas era que o aprendizado que obtivessem, pudessem exercitar embora ainda no cárcere, pois sendo habitual na *Carcelela*, nos dias de visita as presas venderem alimentos e crochê, elas comercializariam outros produtos e até serviços, como o corte de cabelo (Figura 29).

APROXIMAÇÃO SOCIEDADE CÁRCERE: PROJETO SOCIAL VIDA LIVRE

Na outra semana, ao chegar, ainda antes de entrar, aproveitando que estava o Coronel responsável pela *Carcelela*, reunido com o chefe de turno e a maioria dos guardas e,

conversou-se sobre o levantamento que foi feito e o interesse demonstrado pelas presas, em participar de atividades profissionalizantes. Na conversa, esclareceu-se que a consecução destas atividades, poderia colaborar na diminuição da reincidência, pois iria disponibilizar a elas a oportunidade de ter um trabalho e assim uma renda quando saíssem da prisão.

Informando que, elas mesmas haviam votado em algumas atividades potenciais, que desejavam realizar, sendo principalmente a costura e corte de cabelo. Foi ressaltando, na insipiência, que não haveria problemas na aquisição dos materiais e nem no levantamento de pessoal capacitado para dar as aulas, pois crendo no voluntariado a doar e ensinar, somente precisava-se da liberação e da disposição de uma sala para o trabalho. Mas, até aquele momento não se tinha contato com pessoas que pudessem ensinar, assim, não havia se apercebido da barreira que precisaria ser transposta. O que se mostrou antagônico posteriormente, como a frente descreve-se.

Não houve resistências por parte do responsável pela *Carceleta*, ao contrário, disponibilizaram uma sala (Figura 30) e começaram a explicar como deveria ser feito, com divisão de tarefas e, sem demora perguntaram se haveria uma máquina de costura overlock, pois poderiam fabricar no presídio encomendas para a população local.



Figura 30 - Sala na *Carceleta Bahia* para consecução do Projeto Vida Livre, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Deveras, a facilidade na aprovação, poderia se encontrar no desejo de se beneficiar com as atividades das presas, podendo até mesmo se tornar um trabalho abusivo, fugindo do objetivo da proposta, que seria através da conversação, proporcionar a elas atividades que fossem ao encontro dos seus desejos e expectativas, trazendo satisfação e capacitação para a consecução de atividades profissionalizantes e lucrativas, que colaborassem na vivência na prisão e na reintegração social das presas, e não a benefício dos guardas. Uma vez que, os presídios na Bolívia não oferecem alimentação aos presos, e no tocante a mulher, é mais

complexa a gama de necessidades no cárcere, principalmente as que são oriundas de localidades distantes e não possuem ajuda de familiares. A pergunta que se fez foi: como poderia delinear um projeto, de tal modo que os guardas não se beneficiem dos seus esforços?

Na saída, enquanto conversava-se com o Ricco sobre o diálogo com os guardas, ele explicou que antes de implantar alguma atividade profissionalizante, deveria-se respaldá-las com a elaboração de um projeto social assinado por elas, explanando o modo que as atividades seriam implementadas, a maneira que elas viriam a participar, de forma a automea-las, desvinculando-as da guarnição.

Diferente do que pensava-se, a primeira dificuldade encontrada não estava na consecução dos materiais para o projeto, pois com relativa facilidade foi conseguido entre as casas de tecidos e aviamentos de Corumbá/MS, doações mensais para a confecção dos trabalhos nas aulas. Todavia a complexidade se encontrava exatamente na aproximação sociedade-cárcere, pois as pessoas se dispunham a ajudar, com materiais, recursos, mas não com sua presença. Assim, na elaboração da logo para o projeto, deliniou-se algo que gerasse curiosidade, que fizesse as pessoas indagarem e refletirem sobre as barreiras no seu próprio interior, camufladas de escusas (Figura 31).



Figura 31 e 32: Logo e camiseta do Projeto Social Vida Livre.

Fonte: Guimarães, C.K.

Os dois *emotions* refletiriam os atores sociais que deveriam partilhar deste “diálogo”. O da parte superior da logo seria a sociedade civil, não por superioridade à população prisional, e sim porque o traço do “balão da fala” apontava para “nós”, pessoas “ocupadas”, “fechadas” para qualquer aproximação. E o outro *emotions*, representa a população intramuros, que diferente do que muitos pensam, em sua maioria, são extremamente receptivos e se alegram simplesmente com um olhar, uma palavra da sociedade civil em seu meio.

E a fórmula traria este sentido: que a vida é igual à liberdade ao quadrado, ou seja, a verdadeira vida consiste em sermos livres, não só das prisões físicas, representadas pelos muros e grades do cárcere, mas igualmente dos nossos preconceitos. Isto é, a liberdade viria com a quebra das barreiras nos “dois mundos”.

Quando se faz menção aos dois mundos, sociedade-cárcere, não se pressupõe que a pessoa presa esteja desintegrada da sociedade “extramuros”, ao contrário, concorda-se que existam relações, trocas de bens materiais e imateriais, simbólicos. Contudo, essas trocas, não abarcam alguns dos bens materiais, educacionais e culturais produzidos pela sociedade.

De modo geral, não só os presos e egressos não têm acesso aos bens produzidos pela sociedade e ao mercado de trabalho, mas grande parcela da sociedade também não o tem. Logo, a desintegração entre sociedade e a população prisional ocorre de forma análoga mesmo dentro da dita sociedade livre, porém no contexto prisional, esta realidade ganha complexa profundidade.

Por conseguinte, com a percepção que o primeiro grande passo se daria através da sensibilização. Tomando esta direção, foi elaborado uma camiseta para difundir o projeto e de alguma forma iniciar este diálogo, esta aproximação tão necessária, mesmo sem ser presencialmente, porque os atores do sistema prisional não participariam e nem a sociedade civil teria “entrado”, todavia seria preparado o caminho para este encontro, falando sobre o cárcere (Figura 28).

Durante este período de sensibilização, algumas pessoas desejaram participar das conversações que estavam sendo desenvolvidas na *Carceleta*, e acabaram por acompanhar, alguns periodicamente, outros esporadicamente, todavia ao sair, sempre deixavam comentários significativos. Descreve-se abaixo, algumas falas que traduzem os pensamentos que a sociedade civil reproduz sobre o cárcere:

- *A gente vai com receio dos caras, como se eles fossem ruins, mas quando vemos a situação deles, constrange. Eles já sofrem por estar lá dentro e mesmo assim em quanto estive lá, eles vinham querendo conversar. Me perguntaram quando eu ia voltar e ainda disseram que iam me esperar na semana que vem.*
- *Fiquei paralisada. Só me mexia se alguém pedisse para fazer alguma coisa... em choque!*
- *Eu sabia que não veria coisas bonitas, mas ver aquele pátio, daquele jeito... Na primeira vez me borrei de medo, tive dor de estomago na véspera o dia inteiro, no dia que fui e um dia depois tive diarreia.*
- *Imaginava a cadeia, como agente vê nos filmes, na novela. Mas só quem entra em uma é que pode ter a sensação real do que é viver ali... um turbilhão de sentimentos passaram por dentro de mim durante as 2 horas e meia que fiquei ali. Uma mistura de medo, surpresa e no final muita tristeza. Foi ao entrar no pátio que a mistura de sentimento foi ficando definida, o medo deu lugar ao espanto, pelas*

condições do lugar. "o que leva uma pessoa que conhece esse lugar, fazer coisas tão ruins que a tragam de volta para cá?", pensei. Sai dali com um peso nos ombros, e dando valor a minha liberdade.

- *Eu me senti realizado e feliz de estar ali com aquelas pessoas, dando a minha atenção, mostrando de alguma forma que não estão só, e mesmo que eles estejam ali, tem pessoas que se preocupam com as suas vidas.*
- *Quando fui fazer uma visita no presídio da Bolívia, pensei que iria ser bem difícil de relacionar com aquelas pessoas, por elas ter tido um histórico ruim em suas vidas, cheguei até pensar que elas poderiam fazer algo de ruim com agente. Mas foi bem diferente do que eu tinha pensado, e pude notar que essas pessoas carecem de amor, e a agente tava ali para mostrar o quando agente ama elas, dar nossa atenção para elas.*

Interessante perceber nas falas, que a partir do processo de interação social, houve uma transformação na forma deles enxergarem o preso (a). Essa transformação passou pela descoberta de uma face da personalidade do apenado (a) abafado pelo cárcere e pelo estigma criminal.

Após esta primeira etapa, onde ao procurar parceiros, para uma possível rede para reintegração social, conversando com a Gisele, responsável pelo trabalho com as mulheres do Ministério ABBA, na Primeira Igreja Batista em Corumbá e, recebendo o convite para apresentar os trabalhos já confeccionados pelas mulheres da *Carceleta* no Congresso de Mulheres que se aproximava, foi tido por bem, começar as aulas com o que se tinha. Como já citado, a mãe da pesquisadora estava passando um tempo com ela e participando das conversações na *Carceleta*, sendo exímia costureira, se prontificou a ensiná-las, mas como ainda não havia um lugar adequado, visto que a sala onde aconteceriam as aulas precisava de reformas, a cela teve que se tornar a sala de aula. Ali mesmo, foram ministradas as primeiras aulas de corte e costura (Figura 32).



Figura 32 – Primeira aula profissionalizante do Projeto Social Vida Livre, Puerto Suarez, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Assim, a primeira aula se deu de forma artesanal, sendo ensinado como fazer máscaras de dormir, por ser de fácil assimilação e poder ser confeccionado à mão, uma vez que, ainda não tínhamos as máquinas de costura. Elas apreenderam com tamanha facilidade, que ainda não se tinha saído do presídio e já havia algumas máscaras prontas. Antes da despedida, elas juntaram as máscaras de dormir aos demais artesanatos que confeccionaram e organizaram os materiais para exposição.

Posteriormente, foi elaborado um *banner* e uma *tag* (Figura 33) para exposição juntamente aos artesanatos confeccionados, de forma a esclarecer a que se propunha a divulgação e a venda dos materiais.



Figura 33 – Banner e Tag do Projeto Social Vida Livre, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

No dia do evento, com o *banner* colocado, materiais arrumados e com grandes expectativas para a “aproximação”, pois não se tratava simplesmente de comercialização, embora fosse ajudá-las devido a todas as dificuldades enfrentadas no período prisional. Mas o objetivo era uma conquista maior, ou pelo menos o início dela, apresentar um novo modo de ver a prisão, sem o estigma dos noticiários, mostrar apenas pessoas e, quem sabe alcançar o coração, que muitas vezes se tranca na geleira do conformismo. Para assim, talvez, fazê-las sair, ou melhor, entrar. (Figura 34)



Figura 34 – Aproximação Sociedade-Cárcere, Projeto Social Vida Livre no Congresso de Mulheres da PIB de Coumbá, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Dentre os artesanatos, havia: boneca porta joia, com vestido de cetim coberto com crochê; porta papel higiênico de variadas cores; bolsa retangular e em formato de flor; tapetes, conjunto de banheiro; boné do flamengo; rabicó de cabelo e as máscaras de dormir, confeccionadas com tecido (Figura 35).

Muitas mulheres eram atraídas pela beleza dos artesanatos confeccionados e, quando tocavam, ficavam maravilhadas ao ver a perfeição com que havia sido concebido cada detalhe. Outras se admiravam ao saber que haviam sido elaborados por presidiárias. Mais uma vez percebe-se, muitas vezes, a visão estereotipada que sociedade acaba absorvendo sobre o preso.



Figura 35 – Apresentação dos materiais feito pelas mulheres da *Carceleta Bahia* no Congresso de Mulheres da PIB de Coumbá, 2014.

Fonte: Guimarães, C.K.

Neste congresso, também se teve contato com algumas mulheres que exerciam cargos administrativos em empresas, que possuíam sede em Corumbá/BR e Puerto Quijarro/BO, e que se disponibilizaram a intermediar auxílio para o projeto. Desta forma se tinha início uma nova etapa, de consolidar redes de reintegração social permanentes no cárcere, e estende-las aos presídios de Corumbá, utilizando-se de parceiros da sociedade civil e empresarial, de Puerto Quijarro - Puerto Suarez e de Corumbá - Ladário.

Contudo, o mais aprazível não foi saber que muitos materiais foram vendidos e que retornar-se-ia a *Carceleta* com frutos do penoso trabalho delas, foi sim, perceber que muitos “olhares” mudaram, mulheres se voluntariaram, identificando que a liberdade que todas as presas desejam, também deveríamos ansiar, mas não somente, saindo dos muros, trancas e alarmes, mas permanecendo fora das muralhas do nosso mundo “enclausurador”.

Na visão geral que norteou esta pesquisa, o termo reintegração social assumiu o acepção de aproximação de “mundos” distintos: do universo prisional (e suas redes na sociedade) com um outro mundo, representado pela “sociedade mais ampla”, que só indiretamente se envolve com as questões do cárcere. Neste sentido, não se deduz que a prisão

e as presas não estejam integradas na sociedade em outros níveis, porém elas continuam excluídas em certos espaços sociais (tal como do mercado, da academia, da mídia).

Quanto mais a prisão difere da vida livre, mais difícil à adaptação após a vida prisional. A reinserção de uma pessoa no meio social deveria preocupar a sociedade, uma vez que todos os presos, sendo homem ou mulher - desde que sobrevivam às intempéries da vida prisional – sairão um dia. Logo, a passagem para a reintegração social [...], pressupõe que as partes em comunicação saiam transformadas a partir das experiências do encontro. É uma tentativa de congregar e resistir à segregação. “Não há fora, por isso a urgência de entrar”. (BRAGA, 2012, p.256)

APÊNDICE B

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução nº 196/96 – Conselho Nacional de Saúde

Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “INSERÇÃO SOCIAL DAS DETENTAS ESTRANGEIRAS NO SISTEMA CARCERÁRIO EM CORUMBÁ-MS” que tem como objetivos: analisar o processo de Inserção Social de presidiárias no Sistema Carcerário em Corumbá-MS, a pesquisa possui caráter científico, social e humanitário, no aspecto interdisciplinar, cujo pensamento se baseia em ações que busquem trazer a ideia de ressocialização de apenados, que resultaria na redução dos níveis de reincidência, mas que passaria pela recuperação do detento através de medidas que auxiliem na sua educação, em sua capacitação profissional e na busca da conscientização psicológica e social. Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativa, utilizando como método a mediação e o ato comunicativo, a observação e um formulário estruturado.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que está inserida.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de questionário. A entrevista será gravada em áudio para posterior transcrição – que será guardado por cinco (05) anos e incinerada após esse período.

Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. O benefício relacionado à sua participação será de avaliar a vivência das internas no estabelecimento prisional em Corumbá, verificando a existência de trabalho que vise à reabilitação e a Inclusão de detentas à sociedade, para desta forma propor alternativas de minimização da precariedade prisional.

Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

Caroline Kruger Guimarães

Mestranda em Estudos Fronteiriços (UFMS)

(67) 9626 7440 – carolnumphe@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa: (67) 3345-7187

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa: _____

Corumbá-MS, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE C

COMITÉ ÉTICO DE INVESTIGACIÓN DECLARACIÓN DE CONSENTIMIENTO INFORMADO

Resolución N° 196/96 - Consejo Nacional de Salud

Sr (a) fue seleccionado (a) y está siendo invitado (a) a participar en el estudio titulado: "INSERCIÓN SOCIAL DE LOS RECLUSOS EN EL SISTEMA PENITENCIARIO CORUMBÁ-MS", que tiene como objetivos: analizar el proceso de inserción social de los reclusos el Sistema Penitenciario en Corumbá-MS, la investigación ha científicas, sociales y humanitarias, el aspecto interdisciplinario, cuyo pensamiento se basa en acciones que buscan llevar la idea de la rehabilitación de los internos, dando como resultado niveles reducidos de reincidencia, pero que lo haría la recuperación del detenido a través de medidas que ayuden en su educación, en su formación profesional y la búsqueda de la conciencia psicológica y social. Se trata de un estudio basado en un enfoque cualitativo, utilizando la mediación como método y el acto comunicativo observación, y una forma estructurada.

Sus respuestas serán anónimas y confidenciales, es decir, en ningún momento será su nombre sea publicado en cualquier etapa del estudio. Cuando sea necesario ejemplificar situación en particular, su privacidad estará garantizada una vez que su nombre será reemplazado al azar. Los datos recogidos se utilizarán únicamente NESTA investigación y los resultados publicados en eventos y / o revistas científicas.

Su participación es voluntaria, es decir, cada vez que puede negarse a contestar cualquier pregunta o dejar y retirar su consentimiento para participar. Su negativa no hará ningún daño a su relación con el investigador o la institución a la que se inserta.

Su participación en esta investigación será la de responder a las preguntas que se hacen en forma de cuestionario. La entrevista será grabada de audio para su posterior transcripción - que se mantendrá durante cinco (05) años y después incinerados.

Sr (s) no tendrá ningún costo o compensación económica alguna. No habrá ningún riesgo de ningún tipo en relación con su participación. Las ganancias relacionadas con su participación será la de evaluar la experiencia interna de la prisión en Corumbá, revisando el trabajo destinado a la rehabilitación y la inserción de los reclusos en la sociedad, para proponer alternativas minimizando así prisión precariedad.

Sr(s) recibirá una copia de este término aparece en el teléfono / e-mail al investigador principal, y otros miembros del equipo, y pueden responder a sus preguntas sobre el proyecto y su participación a hora o en cualquier momento. Gracias de antemano!

Caroline Kruger Guimarães

Maestro de Estudios de Fronteras (UFMS)

(67) 9626 7440 - carolnumphe@yahoo.com.br

La ética en la investigación: (67) 3345-7187

Declara estar al tanto de todo el contenido de este ACUERDO DE CONSENTIMIENTO y acepta participar en el estudio propuesto, a sabiendas de lo que puede salir en cualquier momento y sin sufrir ningún castigo ni vergüenza.

Sujeto de La pesquisa: _____

Corumbá-MS, ____ de _____ de _____.

APÊNDICE D

Questionário para realização de pesquisa com detentas brasileiras no sistema carcerário em Corumbá-MS, com a finalidade de analisar o processo de reintegração social das mesmas. Trata-se de uma pesquisa para defesa de dissertação, referente ao Curso de Pós-Graduação em Mestrado de Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal.

Data: ____/____/____

1) Identificação:

Entrevistado(a): _____

Nacionalidade: _____

Naturalidade: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Sexo: F () M ()

2) Faixa etária

() até 20 anos () 21 a 30 anos () 31 a 40 () 41 a 50 () mais de 50 anos

3) Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo

() Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo

() Técnico () Curso Superior Qual? _____

() Pós-graduação _____

4) Estado civil:

() solteira () casada () amigada () separada () viúva

5) Histórico de trabalho:

Como trabalhava? () do lar () doméstica () outro Qual? _____

6) Se não é natural de Corumbá, responda as seguintes perguntas:

6.1) Você ouviu falar de Corumbá antes de conhecer pessoalmente? () Sim () Não

6.2) Caso sim, através de quem? () amigos () familiares () TV () outro Qual? _____

6.3) Em que ano veio pela primeira vez a Corumbá? _____

6.4) Com quem veio? () parentes () amigos () família () outro Qual? _____

6.5) Quais os meios utilizados para a vinda até Corumbá?

() carro () ônibus () trem () barcos () outro Qual? _____

6.6) Qual foi sua motivação na primeira vez que veio a Corumbá? () Residir () Turismo

() Visitar amigos/parentes () Relacionada a drogas ilícitas () Outro

Qual? _____

6.7) Se a sua motivação estava relacionada a drogas ilícitas, responda as seguintes perguntas:

6.7.1) A que droga ilícita especificamente? () Cocaína () Maconha () Crack () Outra

Qual? _____

6.7.2) Você é/era usuário desta droga? () Sim () Não

6.7.3) Qual o seu objetivo relacionado a droga em/através de Corumbá? () Compra/ Busca

() Venda/Entrega () Outro Qual? _____

6.7.4) Você comprou/buscou – vendeu/ entregou onde? () Corumbá/BR () Puerto

Quijarro/BO () Outra localidade Qual? _____

7) Qual o delito que ocasionou sua prisão? () tráfico de drogas () roubo () homicídio () estelionato () agressão () falsidade ideológica () outro
Qual? _____

8) O que a levou a praticar o delito? _____

9) Tem histórico de delito na família?

() Não () Sim Qual? _____

10) Você é reincidente?

() Sim () Não

11) Sobre as condições da prisão

11.1) Quais são as condições da prisão, relacionado a:

- **Higiene:** () ótima () Boa () regular ()
- **Alimentação:** () ótima () Boa () regular () ruim
- **Lazer:** () ótima () Boa () regular () ruim
- **Segurança:** () ótima () Boa () regular () ruim
- **Espaço físico:** () ótima () Boa () regular () ruim

11.2) Em relação aos itens citados acima, o que achas que deveria melhorar primordialmente?

() Higiene () Alimentação () Lazer () Segurança () Espaço Físico

Por que? _____

Como? _____

12) Quais dos seguintes atendimentos são proporcionados e com que frequência:

- **Médico:** () sempre () frequentemente () poucas vezes () raramente () nunca
- **Odontológico:** () sempre () frequentemente () poucas vezes () raramente () nunca
- **Psicológico:** () sempre () frequentemente () poucas vezes () raramente () nunca

13) Tem conhecimento dos direitos penais? Sim () Não ()

Acha que os direitos estão sendo cumpridos na unidade prisional? Sim () Não ()

Por que? _____

14) Descreva como funciona o seu cotidiano, o que faz?

15) O que gostas de fazer nos momentos de lazer?

() conversar () Assistir TV () outro - Qual? _____

16) Como defines a prisão? _____

17) Sobre as relações sociais:

17.1) Como você vê a relação e a convivência entre presidiárias brasileiras e estrangeiras no presídio? () Ótima () Boa () regular () ruim

Por que?

17.2) Percebe algum tipo de preconceito? Sim () Não () Qual ? _____

Com quem? _____

17.3) Mantêm vínculos com pessoas de fora da prisão? Sim () Não ()

Se sim, com quem? Família () Amigos () Profissionais () Outros ()

De que forma? () cartas () visitas () internet () outros

Qual a frequência? () sempre () frequentemente () poucas vezes () raramente () nunca

Se não, por quê? _____

17.4) Como é seu relacionamento com os vizinhos de cela?

() ótimo () bom () regular () ruim

Por que? _____

17.5) Nesse sentido houve ou tem alguma dificuldade que gostaria de mencionar?

Sim () Não () Qual? _____

17.6) E alguma experiência positiva, que achou importante? Sim () Não ()

Qual? _____

17.7) Como é seu relacionamento com os funcionários da AGEPEN e a administração do presídio? () ótimo () bom () regular () ruim

Por que? _____

17.8) Você percebe algum tipo de liderança entre as presidiárias? Sim () Não ()

No caso da resposta ser afirmativa, como se dá? _____

17.9) Há conflito em suas relações? Sim () Não Por que? _____

17.10) Quais os principais motivos que levam aos conflitos?

() Modo de agir () participação em grupos distintos () outro

Qual? _____

18) Você participa de alguma projeto/atividade no presídio? Sim () Não ()

Caso afirmativo, responda as questões a seguir:

18.1) Existe algum trabalho que vise a reintegração social no período prisional?

Sim () Não () Se sim, qual? _____

E como se dá? _____

18.2) Caso não, você gostaria de participar de alguma atividade? Sim () Não ()

Qual? _____

Por que? _____

18.3) Caso sim, você acha que acrescentou em algo na sua vida pessoal a sua participação? Sim () Não () Em caso afirmativo, por

que? _____

18.4) Sua perspectiva relacionado a saída, mudou após ingresso no projeto/atividade?

() Não () Sim

Em caso afirmativo, como era antes e no que mudou? _____

18.5) Você acha que sua participação no projeto/atividade vai lhe ajudar após sua saída do presídio? () Não () Sim

Em caso afirmativo, no que? _____

18.6) Você se sente bem em trabalhar no projeto/atividade?

() Não () Sim

Em caso afirmativo, por que? _____

18.7) O que a levou a participar de atividades no presídio?

() Redução da pena () Retorno financeiro () Ocupar o tempo () Outro

Qual? _____

18.9) Você sabe se os trabalhos realizados no presídio são vendidos? Sim () Não ()

Em caso afirmativo, onde? _____

18.10) O valor da venda retorna para as presidiárias de alguma forma?

Sim () Não () Como? _____

E para o presídio?

Sim () Não () Como? _____

18.11) Como você acha que este trabalho/atividade pode ajudar na sua reintegração?

18.12) Há algum tipo de trabalho ocupacional e profissionalizante realizado no presídio que pode ser considerado um meio de vida após o período prisional?

Sim () Não () Caso sim, qual? _____

18.13) Há projetos que iniciaram e não foram mantidos? Quais? Por que?

Sim () Não () Caso sim, qual? _____

Por que? _____

18.14) Você acha que as atividades no presídio poderiam melhorar? Como?

Sim () Não () Caso sim, em que? _____

Como? _____

19) Em sua opinião quais as alternativas que podem ser implementadas, implantadas para inserir as detentas à sociedade? _____

20) Como você vê um presídio em região fronteira, achas que há algum diferencial dos demais presídios que se localizam fora dessa região? _____

21) O que você acha que deveria ser feito de diferencial neste presídio, por se localizar em região fronteira? _____

22) O que você gostaria de fazer depois de cumprir sua pena?

() Estudar

() Trabalhar na mesma área que trabalha antes de cometer o delito

() Cuidar da sua família

() Outro Qual? _____

23) Você conhece alguém que após cumprir a pena, voltou ao crime?

() Não () Sim, Como? _____

24) Você conhece alguém que após cumprir a pena, conseguiu incluir-se bem na sociedade? () Não () Sim, Como? _____

APÊNDICE E

Cuestionario para la realización de investigaciones con reclusos de Brasil en el sistema penitenciario en Corumbá-MS, con el fin de analizar el proceso de reinserción social de la misma. Se trata una búsqueda de la defensa de la tesis, en referencia al Postgrado Maestría en Estudios Fronterizos de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, el Campus Pantanal.

Data: ____/____/____

1) Identificación:

Entrevistado(a): _____

Nacionalidad: _____

Naturalidad: _____

Fecha de nacimiento: ____/____/____ Sexo: F () M ()

2) Grupo de edad:

() hasta 20 años () 21 a 30 años () 31 a 40 () 41 a 50 () más de 50

3) Educacion:

() Educación primaria incompleta () Educación primaria completa

() Incompleta Secundaria () Secundaria completa

() Técnico () Grado

Qual? _____

() Postgrado _____

4) Estado civil:

() soltera () casada () amiga () separada () viúda

5) Antecedentes laborales:

¿Cómo funciona? () Casa () otros ¿Qué otros? _____

6) Si no eres un nativo de Corumbá, responda a las siguientes preguntas:

6.1) Ya has oído Corumbá antes de reunirse en persona? () Sí () No

6.2) En caso afirmativo, ¿por quién? () Amigos () Familia () TV () ¿Qué más?

6.3) ¿En qué año estuve por primera vez a Corumbá? _____

6.4) ¿Quién vino? () Parientes () Amigos () Familia () otros

¿Qué otros? _____

6.5) ¿Cuáles son los medios utilizados para llegar a Corumbá?

() Coche () Entrenador () tren () barcos () ¿Qué más? _____

6.6) ¿Cuál fue su motivación cuando llegaste por primera vez a Corumbá?

() Residir () Turismo () Visitar amigos/familiares () en relación con las drogas ilícitas () Otro

¿Qué? _____

6.7) Si su motivación está relacionada con las drogas ilícitas, responda a las siguientes preguntas:

6.7.1) La droga ilícita que específicamente? () La cocaína () Cannabis () crack

() Otros Especificar? _____

6.7.2) Usted es / era un usuario de esta droga? () Sí () No

6.7.3) ¿Cuál es su propósito relacionado con drogas en Corumbá?

() Compra / Búsqueda () Venta / Entrega () Otro

¿Qué? _____

6.7.4) Usted compró / buscado - se vende / entregados dónde?

() Corumbá / BR () Puerto Quijarro / BO () Otro ¿En qué sitio? _____

7) ¿Cuál es el crimen que provocó su detención?

() El tráfico de drogas () robo () homicidio () engaño () agresión () falsedad

() otro ¿Qué más? _____

8) ¿Qué le llevó a la práctica el delito? _____

9) Tiene una historia de crimen en la familia?

() No () Si ¿Qué? _____

10) Usted repite?

() Si () No

11) Acerca de las condiciones carcelarias

11.1) ¿Cuáles son las condiciones de la prisión relacionados a:

- **Higiene:** () optimo () Bueno () razonable () pobre

- **Pienso:** () optimo () Bueno () razonable () pobre

- **Osio:** () optimo () Bueno () razonable () pobre

- **Seguridad:** () optimo () Bueno () razonable () pobre

- **Espacio físico:** () optimo () Bueno () razonable () pobre

11.2) En relación con los puntos mencionados anteriormente, ¿qué crees que debería mejorar principalmente?

() Higiene () Pienso () Osio () Seguridad () Espacio Físico

¿Por qué? _____

¿Cómo? _____

12) ¿Cuál de las siguientes convocatorias están dentro y con qué frecuencia:

- **Medico:** () siempre () a menudo () un par de veces () casi nunca () nunca

- **Dental:** () siempre () a menudo () un par de veces () casi nunca () nunca

- **Psicológico:** () siempre () a menudo () un par de veces () casi nunca () nunca

13) ¿Tiene usted conocimiento de la ley penal? Sí () No ()

Piense se están cumpliendo los derechos en la unidad de la prisión?

Sí () No () ¿por

qué? _____

14) Describa cómo su trabajo diario - lo que

hace? _____

15) ¿Qué te gusta hacer en tu tiempo libre?

Hablar () ver la televisión () outro () -

¿Qual? _____

16) ¿Cómo se define la cárcel? _____

17) Sobre las relaciones sociales:

17.1) ¿Cómo ve la relación e interacción entre los presos brasileños y extranjeros en la prisión? () optimo () Bueno () razonable () pobre

¿Por qué? _____

17.2) Percibe algún tipo de prejuicio? Sí () No () **¿Qual?** _____

¿Con quién? _____

17.3) Mantenga vínculos con personas fuera de la cárcel? Sí () No ()

En caso afirmativo, ¿con quién? Familia () Amigos () Profesionales () Otros ()

¿En qué sentido? () Cartas () visitas () Internet () outra

¿Con qué frecuencia? () Si () a menudo () un par de veces () casi nunca () nunca
Si no, ¿por qué? _____

17.4) ¿Cómo es su relación con la célula vecina?

() optimo () bueno () razonable () pobre

¿Por qué? _____

17.5) En ese sentido, o ha tenido alguna dificultad que me gustaría mencionar es?

Sí () No ()

¿qual? _____

17.6) Y alguna experiencia positiva que se encontró importante?

Sí () No ()

¿qual? _____

17.7) ¿Cómo es su relación con los guardias y la administración de la prisión?

() optimo () bueno () razonable () pobre

¿Por qué? _____

17.8) ¿Notas algún tipo de liderazgo entre los prisioneros? () Sí () No

En caso de que la respuesta es sí, como ocurre? _____

17.9) Hay conflictos en sus relaciones? () Sí () No **¿Por**

qué? _____

17.10) ¿Cuáles son las principales razones que llevan al conflicto?

() Temperamento () participación en grupos () otra

¿qual? _____

18) ¿Haces alguna actividad en la cárcel? () Sí () No

En caso afirmativo, responda a las siguientes preguntas:

18.1) Hay un poco de trabajo que tiene como objetivo la reinserción periodo de formación profesional / social en la cárcel? () Sí () No

En caso afirmativo, ¿cuál y cómo es?

18.2) Si no, le gustaría participar en alguna actividad? Sí () No ()

¿Qual?_____

¿Por qué?_____

18.3) En caso afirmativo, ¿cree usted que añaden algo en su vida personal su participacion? Sí () No () En caso afirmativo, ¿por

qué?_____

18.4) Su perspectiva relacionadas con salida cambiado después de unirse al proyecto/actividad? () No () Sí

Si es así, que era antes y lo que há cambiado?

18.5) ¿Crees que esta actividad ayudará a que después de salir de la cárcel?

() No () Sí En caso afirmativo, ¿En qué?

18.6) ¿Se siente bien trabajando en la realización de esta actividad?

() No () Sí

¿Por qué?_____

18.7) ¿Qué le llevó a emprender esta actividad?

() La reducción de la pena () Al igual que lo que haces () el tiempo de llenado () Otro

¿Qué? _____

18.9) ¿Sabe usted si el trabajo realizado en la cárcel se venden?

() No () Sí

Se si, onde?

18.10) El valor de las ventas vuelve a los presos de alguna manera?

() No () Sí ¿cómo?

Y para la prisión?

() No () Sí

¿cómo?_____

—

18.11) ¿Cómo cree que este trabajo / actividad puede ayudar a su reinserción?

18.12) Hay algún tipo de trabajo ocupacional y profesional realizado en la cárcel que podría considerarse una forma de vida después de la prisión? Sí () No ()

En caso afirmativo, ¿qué?

18.13) Hay proyectos que se han iniciado y no guardaron?

¿Qué? ¿Por qué?

Sí () No () En caso afirmativo, ¿qué?_____

¿Por qué?_____

18.14) ¿Crees que las actividades en la prisión podrían mejorar? ¿Cómo?

Sí () No () En caso afirmativo,

¿qué?_____

¿Cómo?_____

19) En su opinión, cuáles son las alternativas que se pueden implementar, desplegadas para insertar a los reclusos a la sociedad?_____

20) Como se puede ver en una prisión en la región fronteriza, ¿crees que hay alguna diferencia con las otras prisiones que se encuentran fuera de esta región?_____

21) ¿Qué crees que debería hacer diferenciador en la cárcel, que se ubicará en la región fronteriza?_____

22) ¿Qué te gustaría hacer después de cumplir su condena?

() Estudio

() Trabajando en la misma zona que funciona antes de cometer el delito

() Cuidar de su familia

() Otro Que?_____

23) ¿Conoces a alguien quien después de cumplir su condena, se volvió a la delincuencia?

() No () Si, ¿Cómo?_____

24) ¿Conoces a alguien que después de cumplir la condena, podría incluirse también en la sociedad? () No () Si,

¿Cómo?_____

APÊNDICE F

DADOS TABULADOS ATRAVÉS DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS, REALIZADOS COM A AMOSTRA EM REGIME FECHADO DO EPFCAJG

Tabela 1

Características sociodemográficas da população de internas do EPCAIG por nacionalidade, 2013.

Dados demográficos	Brasileiras	(n= 18)	Bolivianas	(n=9)
	n	%	n	%
Idade				
De 21 a 30 anos	10	(55,5)	2	(22,2)
De 31 a 40 anos	4	(22,2)	3	(33,3)
De 41 a 50 anos	4	(22,2)	3	(33,3)
De 51 a 60 anos	0	0,0	1	(11,1)
Naturalidade				
Sudeste – BR	2	(11,0)		
Centro Oeste – BR	13	(72,5)		
Sul – BR	2	(11,0)		
Norte – BR	1	(5,5)		
Santa Cruz de la Sierra - BO			7	(77,8)
Cocha Bamba – BO			2	(22,2)
Escolaridade				
1º grau incompleto	8	(44,4)	4	(44,4)
1º grau completo	3	(16,7)	1	(11,1)
2º grau incompleto	1	(5,6)	0	0,0
2º grau completo	5	(27,8)	4	(44,4)
Não informou	1	(5,6)	0	0,0
Profissão				
Do Lar / Doméstica	9	(50,3)	1	(11,1)
Manicure	2	(11,1)	0	0,0
Vendedora	1	(5,6)	2	(22,2)
Cozinheira	0	0,0	2	(22,2)
Outras	6	(33,3)	4	(55,5)

Tabela 2

Características relativas ao **estado civil e filhos** da população de internas do EPFCAJG por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras	(n= 18)	Bolivianas	(n=9)
	n	%	n	%
Estado Civil				
Casada/ Amigada	6	(33,3)	5	(55,5)
Solteira	8	(44,4)	1	(11,1)
Separada/ Desquitada	4	(22,2)	3	(33,3)

Viúva	0	0,0	0	0,0
Tem filhos				
Sim	15	(83,3)	8	(88,9)
Não	2	(11,1)	1	(11,1)
Nº de filhos				
1	2	(11,1)	2	(22,2)
2	6	(33,3)	3	(33,3)
3 ou mais	8	(44,5)	3	(33,3)
Não tem filhos	2	(11,1)	1	(11,1)
Idade dos filhos				
Menor de idade	9	(50,0)	6	(66,7)
Maior de idade	1	(5,6)	0	0,0
Menor e maior de idade	3	(16,7)	1	(11,1)

Tabela 3

Características relativas à **documentação, conhecimento do idioma e relacionamentos no Brasil** da população de internas Bolivianas do EPFCAJG, 2013.

	Bolivianas	(n=9)
	n	%
Teve visto ou permissão para entrada no Brasil		
Sim	1	(11,1)
Não	8	(88,9)
Naturalizado brasileiro		
Sim	0	0,0
Não	9	(100,0)
Dupla nacionalidade		
Sim	0	0,0
Não	9	(100,0)
Fala português		
Bem	1	(11,1)
Pouco	6	(66,7)
Muito Pouco	2	(22,2)
Entende português		
Bem	4	(44,4)
Pouco	5	(55,6)
Muito Pouco	0	0,0
Familiares e/ou conhecidos no Brasil		
Sim	2	(22,2)
Não	7	(77,8)

Tabela 4

Características do **histórico penal e uso de drogas** da população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras	(n= 18)	Bolivianas	(n=9)
	n	%	n	%
Tem histórico de condenação na família				

Sim	10	(55,6)	1	(11,1)
Não	8	(44,4)	8	(88,9)
Qual o principal artigo de condenação na família				
Tráfico de drogas	7	(38,9)	1	(11,1)
Roubo	1	(5,6)	0	0,0
Outro	2	(11,1)	0	0,0
Não há histórico de condenação na família	8	(44,4)	8	(88,9)
Qual familiar cometeu o crime				
Mãe	1	(5,6)	0	0,0
Irmão	5	(27,8)	0	0,0
Namorado/ Marido/ Ex marido	2	(16,7)	1	(11,1)
Qual o artigo de condenação que você responde				
Tráfico de drogas	14	(77,8)	9	(100,0)
Uso de drogas	1	(5,6)	0	0,0
Lavagem de dinheiro	1	(5,6)	0	0,0
Roubo	2	(11,1)	0	0,0
O que levou a cometer a crime				
Desemprego	3	(16,7)	0	0,0
Problemas de saúde/ pessoal ou familiar	1	(5,6)	3	(33,3)
Necessidade financeira	6	(33,3)	5	(55,6)
Uso de drogas	4	(22,2)	0	0,0
Outros	4	(22,4)	1	(11,1)
Reincidência no crime				
		(100,2)		
Sim	8	(44,4)	1	(11,1)
Não	10	(55,6)	8	(88,9)
Usuário de drogas				
Sim	6	(33,3)	0	0,0
Não	0	0,0	3	(33,3)
Parou de usar	1	(5,6)	0	0,0
Não informou	11	(61,1)	6	(66,7)

Tabela 5

Características do **conhecimento, motivação e meio utilizado na vinda a Corumbá** da população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras (n= 18)		Bolivianas (n=9)	
	n	%	n	%
Tempo que conhece Corumbá				
Mais de 10 anos	1	(5,6)		0,0
De 8 a 10 anos	1	(5,6)	1	(11,1)
De 5 a 7 anos	1	(5,6)	1	(11,1)
De 2 a 4 anos	4	(22,2)	6	(66,7)
De 0 a 1 ano	4	(22,2)		0,0
Não informou	7	(38,9)	1	(11,1)

Motivação na vinda à Corumbá

Residir	1	(5,6)		0,0
Trabalho		0,0	1	(11,1)
Transferência de presídio	1	(5,6)		0,0
Tráfico de drogas - passagem, busca, entrega	10	(55,6)	8	(88,9)
Não informou	6	(33,3)		

Meio utilizado para o transporte de drogas

Ônibus	7	(38,9)	6	(66,7)
Carro	2	(11,1)	3	(33,3)
Avião	1	(5,6)		0,0
Não informou	8	(44,4)		0,0

Tabela 6

Características do **conhecimento dos direitos penais**, da população de internas do EPCAIG por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras	(n= 18)	Bolivianas	(n=9)
	n	%	n	%
Tem conhecimento dos seus direitos penais				
Sim	11	(61,1)	2	(22,2)
Não	6	(33,3)	7	(77,8)
Não informou	1	(5,6)	0	0,0
Acha que estão sendo cumpridos				
Sim	3	(16,7)	5	(55,6)
Não	12	(66,7)	2	(22,2)
Não informou	3	(16,7)	2	(22,2)

Tabela 7

Características da **vivência no EPCAIG** da população de internas do estabelecimento, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras	(n= 18)	Bolivianas	(n=9)
	n	%	n	%
O que o presídio representa				
Representação positiva	9	(50,2)	2	(22,2)
Representação negativa	7	(38,7)	6	(66,6)
Não opinou	2	(11,1)	1	(11,1)
Tem dificuldades, quais				
Relativo ao processo	3	(16,7)	2	(22,2)
Saudade da família, solidão, depressão...	2	11,2	2	(22,2)
Dificuldade nos relacionamentos internos		0,0	1	(11,1)
Receio do futuro, por ter passado pela prisão		0,0	1	(11,1)
Não opinou	13	(72,2)	3	(33,3)
Experiência positiva citada				
Não quer voltar ao crime/ Aprendizado, uma lição	8	(44,4)	2	(22,2)
Parou de usar drogas	1	(5,6)		0,0
Voltou a estudar	1	(5,6)	1	(11,1)

Aprendeu a valorizar a família	2	(11,1)	2	(22,2)
Teve relacionamentos que levará para toda vida		0,0	2	(22,2)
Não opinou	6	(33,3)	2	(22,2)

Tabela 8

Características das **condições da prisão**, segundo a população de internas do EPCAIG por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras (n=18)		Bolivianas (n=9)	
	n	%	n	%
Higiene				
Ótima	2	(11,1)	2	(22,2)
Boa	8	(44,4)	4	(44,4)
Regular	6	(33,3)	3	(33,3)
Ruim	2	(11,1)	0	0,0
Alimentação				
Ótima	0	0,0	0	0,0
Boa	7	(38,9)	5	(55,6)
Regular	2	(11,1)	3	(33,3)
Ruim	9	(50,0)	0	0,0
Lazer				
Ótima	0	0,0	1	(11,1)
Boa	3	(16,7)	4	(44,4)
Regular	6	(33,3)	0	0,0
Ruim	8	(44,4)	3	(33,3)
Segurança				
Ótima	3	(16,7)	1	(11,1)
Boa	8	(44,4)	4	(44,4)
Regular	5	(27,8)	4	(44,4)
Ruim	2	(11,1)	0	0,0
Espaço Físico				
Ótima	2	(11,1)	0	0,0
Boa	3	(16,7)	7	(77,8)
Regular	6	(33,3)	1	(11,1)
Ruim	6	(33,3)	1	(11,1)
Qual dos itens é mais urgente à melhoria				
Higiene	0	0,0	0	0,0
Alimentação	10	(55,6)	5	(55,6)
Lazer	3	(16,7)	0	0,0
Segurança	0	0,0	0	0,0
Espaço Físico	0	0,0	0	0,0
Outro (Condições em geral, medicamentos)	3	(16,7)	1	(11,1)
Não opinou	2	(11,1)	3	(33,3)

Tabela 9

Características dos **atendimentos proporcionados na prisão**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras		Bolivianas	
	n	(n= 18) %	n	(n=9) %
Médico				
Sempre	7	(38,9)	2	(22,2)
Frequentemente	3	(16,7)	1	(11,1)
Poucas vezes	4	(22,2)	6	(66,7)
Raramente	4	(22,2)	0	0,0
Nunca	0	0,0	0	0,0
Odontológico				
Sempre	6	(33,3)	2	(22,2)
Frequentemente	5	(27,8)	1	(11,1)
Poucas vezes	4	(22,2)	5	(55,6)
Raramente	2	(11,1)	1	(11,1)
Nunca	1	(5,6)	0	0,0
Psicológico				
Sempre	9	(50,0)	3	(33,3)
Frequentemente	4	(22,2)	1	(11,1)
Poucas vezes	3	(16,7)	1	(11,1)
Raramente	2	(11,1)	4	(44,4)
Nunca	0	0,0	0	0,0

Tabela 10

Características dos **relacionamentos na prisão**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras		Bolivianas	
	n	(n= 18) %	n	(n=9) %
Como se relaciona com as outras presidiárias				
Me dou bem com todas	16	(88,9)	6	(66,7)
Me dou bem somente com as de minha cela	0	0,0	1	(11,1)
Me dou bem somente com as de minha nacionalidade	1	(5,6)	1	(11,1)
Somente com meu grupo	1	(5,6)	0	0,0
Não opinou	0	0,0	1	(11,1)
Como é a convivência entre as presidiárias brasileiras e estrangeiras				
Próxima	13	(72,2)	1	(11,1)
Distante	2	(11,1)	4	(44,4)
Nem próxima, nem distante	1	(5,6)	1	(11,1)
Conflituosa	2	(11,1)	1	(11,1)
Não opinou	0	0,0	2	(22,2)
Qual a sua percepção das detentas de outra nacionalidade				
Abertas a se relacionar	3	(16,7)	1	(11,1)

A língua, cultura e costumes dificultam	3	(16,7)		0,0
Acham-se superiores, tem mais prioridade que nós		0,0	5	(55,6)
Não opinou	12	(66,7)	3	(33,3)
Como é o seu relacionamento com os funcionários da AGEPE				
Ótimo	8	(44,4)	1	(11,1)
Bom	8	(44,4)	6	(66,7)
Regular	2	(11,1)	2	(22,2)
Ruim	0	0,0	0	0,0
Não opinou	0	0,0	0	0,0

Tabela 11

Características dos **relacionamentos na prisão: convívio, conflitos e liderança**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras (n= 18)		Bolivianas (n=9)	
	n	%	n	%
Prefere estar em grupo ou sozinha				
Em grupo	9	(50,0)	5	(55,6)
Sozinha	8	(44,4)	2	(22,2)
Não opinou	1	(5,6)	1	(11,1)
Percebe algum problema no convívio				
Sim	7	(38,9)	4	(44,4)
Não	8	(44,4)	4	(44,4)
Não opinou	2	(11,1)	1	(11,1)
Em caso positivo, qual o motivo que leva a conflitos				
Umas quererem ser melhor que as outras	1	(5,6)	0	0,0
Fofocas	5	(27,8)	0	0,0
Uma se meter na vida da outra	0	0,0	0	0,0
Pegar as coisas uma da outra sem pedir	1	(5,6)	1	(11,1)
Racismo e bullying	0	0,0	1	(11,1)
Ver coisas erradas e ter que se calar	1	(5,6)	0	0,0
Cada uma não cumprir suas tarefas	0	0,0	1	(11,1)
Não opinou	10	(55,6)	6	(66,7)
Há algum tipo de liderança entre as presas				
Sim	4	(22,2)	1	(11,1)
Não	14	(77,8)	7	(77,8)
Não opinou	0	0,0	1	(11,1)

Tabela 12

Características dos **relacionamentos: cumplicidade, confiança e solidariedade na prisão**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras (n= 18)		Bolivianas (n=9)	
	n	%	n	%
Há cumplicidade na prisão				

Sim	10	(55,6)	5	(55,6)
Não	5	(27,8)	3	(33,3)
Não opinou	3	(16,7)	1	(11,1)
Confia nas pessoas com quem se relaciona				
Sim	8	(44,4)	1	(11,1)
Não	8	(44,4)	7	(77,8)
Não opinou	2	(11,1)	1	(11,1)
Como fazem para socorrer uma a outra, suprir as necessidades				
Chamam a Agente Penitenciária, o Médico, etc.	5	(27,8)	1	(11,1)
Cooperam umas com as outras...	12	(66,7)	7	(77,8)
Não opinou	1	(5,6)	1	(11,1)

Tabela 13

Características dos **relacionamentos - externos ao presídio**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras (n= 18)		Bolivianas (n=9)	
	n	%	n	%
Mantém vínculo com pessoas fora do presídio				
Sim	12	(66,7)	6	(66,7)
Não	6	(33,3)	2	(22,2)
Não opinou	0	0,0	1	(11,1)
Caso sim, com quem				
Familiares	7	(38,9)	5	(55,6)
Amigos	3	(16,7)	0	0,0
Não me comunico com ninguém de fora	6	(33,3)	0	0,0
Não opinou	2	(11,1)	4	(44,4)
Através de que				
Visitas	5	(27,8)	3	(33,3)
Cartas	6	(33,3)	0	0,0
Visitas e Cartas	1	(5,6)	2	(22,2)
Outra forma	1	(5,6)	1	(11,1)
Não opinou	5	(27,8)	3	(33,3)
Qual frequência				
Sempre	2	(11,1)	1	(11,1)
Frequentemente	1	(5,6)	2	(22,2)
Poucas vezes	4	(22,2)	3	(33,3)
Raramente	5	(27,8)	0	0,0
Nunca	4	(22,2)	1	(11,1)
Não opinou	2	(11,1)	2	(22,2)

Tabela 14

Características relativas ao **cotidiano na prisão**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras	(n= 18)	Bolivianas	(n=9)
	n	%	n	%
O que faz no seu cotidiano				
Presto serviço visando obtenção de renda	2	(11,1)	1	(11,1)
Trabalho em algum setor do presídio	7	(38,9)	8	(88,9)
Estudo	1	(5,6)	0	0,0
Não há nada para fazer	3	(16,7)	0	0,0
Tenho problemas de saúde	1	(5,6)	0	0,0
Não opinou	4	(22,2)	0	0,0
O que gosta de fazer no tempo livre				
Conversar e tomar tererê	4	(22,2)	1	(11,1)
Entretenimento (jogar, ler, escrever, ouvir música...)	6	(33,3)	2	(22,2)
Crochê	1	(5,6)	6	(66,7)
Fazer unha	1	(5,6)	0	0,0
Atividade Religiosa	1	(5,6)	0	0,0
Não gosto de fazer nada	1	(5,6)	0	0,0
Não tem nada para fazer	0	0,0	0	0,0
Dormir	1	(5,6)	0	0,0
Não opinou	3	(16,7)	0	0,0

.Tabela 15

Características relativas à **realização de atividades**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras	(n= 18)	Bolivianas	(n=9)
	n	%	n	%
Faz alguma atividade no presídio				
Sim	13	(72,2)	8,0	(88,9)
Não	5	(27,8)	1,0	(11,1)
Não opinou	0	0,0	0,0	0,0
Se trabalha no presídio, em qual setor				
Trabalha na capinagem e cuidado com a horta	1	(5,6)	1,0	(11,1)
Trabalha na distribuição de alimentos	1	(5,6)	1,0	(11,1)
Trabalha na manutenção	1	(5,6)	0,0	0,0
Trabalha na limpeza	1	(5,6)	1,0	(11,1)
Trabalha no setor jurídico	2	(11,1)	0,0	0,0
Trabalha, mas não citou a área	1	(5,6)	3,0	(33,3)
Realiza outra atividade	3	(16,7)	2,0	(22,2)
Só realiza atividade física	2	(11,1)	0,0	0,0
Não opinou	6	(33,3)	1,0	(11,1)
Faz crochê				
Faz Crochê	2	(11,1)	3,0	(33,3)
Realiza outra atividade	10	(55,6)	4,0	(44,4)
Não opinou	6	(33,3)	1,0	(11,1)

Estuda

Estuda	2	(11,1)	1,0	(11,1)
Realiza outra atividade	10	(55,6)	7,0	(77,8)
Não opinou	6	(33,3)	1,0	(11,1)

Participa de algum grupo religioso

Participa de grupo religioso	3	(16,7)	3,0	(33,3)
Realiza outra atividade	9	(50,0)	4,0	(44,4)
Não opinou	6	(33,3)	1,0	(11,1)

Por que

Redução de pena	10	(55,6)	6,0	(66,7)
Gosta de realizar a atividade	3	(16,7)	1,0	(11,1)
Para manter-se ocupada	0	0,0	1,0	(11,1)
Não opinou	5	(27,8)	1,0	(11,1)

Tabela 16

Características relativas à **correlação - atividade na prisão e reintegração social**, segundo a população de internas do EPFCAJG, por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras (n= 18)		Bolivianas (n=9)	
	n	%	n	%
Acha que a atividade que realiza lhe ajudará após sua saída do presídio				
Sim	8	(44,4)	7	(77,8)
Não	8	(44,4)	1	(11,1)
Não opinou	2	(11,1)	1	(11,1)
Qual atividade acha que lhe ajudará mais efetivamente				
Trabalho em geral	1	(5,6)	3	(33,3)
Estudo	2	(11,1)	0	0,0
Crochê	1	(5,6)	0	0,0
Capacitação Profissional	1	(5,6)	2	(22,2)
Participação de grupo religioso	2	(11,1)	1	(11,1)
Nenhuma das que faço	0	0,0	1	(11,1)
Não opinou	11	(61,1)	2	(22,2)
No que acha que lhe acrescentou				
Fez-me mudar a forma de pensar e meu comportamento	3	(16,7)	3	(33,3)
Passei a ter perspectiva	1	(5,6)	1	(11,1)
Mostra minha regeneração a sociedade	1	(5,6)	0	0,0
Continuar a estudar/ trabalhar	2	(11,1)	0	0,0
Diminui o tempo de aprisionamento	0	0,0	1	(11,1)
Relaciono-me com as pessoas, deixo de estar triste	2	(11,1)	3	(33,3)
Não opinou	9	(50,0)	1	(11,1)
Gostaria de realizar alguma atividade profissionalizante no presídio				
Sim	11	(61,1)	8	(88,9)
Não	0	0,0	0	0,0

Não opinou	7	(38,9)	1	(11,1)
------------	---	--------	---	--------

Tabela 17

Características relativas às **perspectivas após o cumprimento de pena**, segundo a população de internas do EPFCAJG por nacionalidade, 2013.

	Brasileiras (n= 18)		Bolivianas (n=9)	
	n	%	n	%
O que pretende fazer após cumprir sua pena				
Trabalhar	3	(16,7)	6	(66,7)
Estudar	4	(22,2)	3	(33,3)
Trabalhar e estudar	5	(27,8)	0	0,0
Somente estar com minha família	6	(33,3)	0	0,0
Outro	0	0,0	0	0,0
Não opinou	0	0,0	0	0,0
Gostaria de voltar a estar perto da sua família				
Sim	13	(72,2)	6	(66,7)
Não	0	0,0	0	0,0
Não opinou	5	(27,8)	3	(33,3)
Você conhece alguém, que após cumprir pena, se reintegrou bem a sociedade				
Sim	11	(61,1)	4	(44,4)
Não	7	(38,9)	5	(55,6)
Não opinou	0	0,0	0	0,0
Como				
Mudando suas atitudes	3	(16,7)	1	(11,1)
Trabalhando	4	(22,2)	0	0,0
Estudando	1	(5,6)	1	(11,1)
Não opinou	10	(55,6)	7	(77,8)

APÊNDICE G

**DADOS TABULADOS ATRAVÉS DE DOCUMENTO BASEADO EM PARECERES
PSIQUIÁTRICOS DA AMOSTRA DA POPULAÇÃO EM REGIME FECHADO DO
EPFCAJG**

Tabela 18

Características relativas à **educação** da população de internas do EPFCAJG, avaliado através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras	(n= 17)
	n	%
Idade que começou a estudar		
4 a 6 anos	2	(11,8)
7 a 9 anos	1	(5,9)
10 a 13 anos	4	(23,5)
Não relatou	10	(58,8)
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	13	(76,5)
Ensino Fundamental Completo	2	(11,8)
Ensino Médio Incompleto	1	(5,9)
Ensino Médio Completo	0	0,0
Nunca frequentou a escola.	1	(5,9)
Por que parou os estudos		
Família	2	(11,8)
Casamento /Gravidez	2	(11,8)
Desinteresse	7	(41,2)
Nunca frequentou escola	1	(5,9)
Não relatou	2	(11,8)

Tabela 19

Características relativas à **infância** da amostra da população de internas do EPFCAJG, avaliada através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras	(n= 17)
	n	%
Considera sua infância saudável ou problemática		
Saudável	4	(23,5)
Problemática	12	(70,6)
Não recorda	1	(5,9)
Não referiu	0	0,0
Se foi problemática, qual o fato ocorrido		
Problemas na escola (Começou os estudos tardiamente/ repetência / furto / agressão)	5	(41,7)
Cresceu em orfanato	1	(8,3)
Passou por várias famílias, morou na rua	1	(8,3)

Pais problemáticos (prostituição, drogas, álcool)	3	(25,0)
Sofreu violência sexual, morou na rua, teve seu primeiro contato com drogas na infância	2	(16,7)

Tabela 20

Características relativas à **família** da população de internas do EPFCAJG, avaliada através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras (n= 17)	
	n	%
Pai		
Bom relacionamento	2	(11,8)
Mau relacionamento	6	(35,3)
Falecido / Assassinado na infância / Desconhecido	6	(35,3)
Viciado	2	(11,8)
Mãe		
Bom relacionamento	4	(23,5)
Mau relacionamento/ Prefere não falar da mãe	6	(35,3)
Falecida / Desconhecida	6	(35,3)
Não saudável	1	(5,9)
Nº de Irmãos		
De 1 a 3	4	(23,5)
De 4 a 6	3	(17,6)
Mais de 7	5	(35,3)
Não refere	4	(23,5)
Relacionamento com irmãos		
Bom relacionamento	5	(29,4)
Mau relacionamento / Drogados/ Assassinado	8	(47,2)
Não refere	4	(23,5)
Nº de filhos		
De 1 a 2	5	(29,4)
De 3 ou mais	8	(47,2)
Não tem filhos	3	(17,6)
Não refere	1	(5,9)
Relacionamento com os filhos		
Bom relacionamento	3	(17,6)
Mau relacionamento	0	0,0
Sem contato	5	(29,4)
Não tem filhos	3	(17,6)
O filho está com a mãe no presídio	2	(11,8)
Não refere	4	(23,5)

Tabela 21

Características relativas ao **delito, momento da prisão e motivação na vinda a Corumbá**, da população de internas do EPFCAJG, avaliada através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras n	(n= 17) %
Delito		
Tráfico de drogas	15	(88,2)
Assassinato	1	(5,9)
Não refere	1	(5,9)
Droga traficada		
Pasta base - cocaína	15	(88,2)
Maconha	1	(5,9)
Não refere	1	(5,9)
Estava drogada no momento da prisão		
Sim	7	(41,2)
Não	0	0,0
Não refere	10	(58,8)
Onde foi a prisão		
Em Corumbá	6	(35,3)
Trazendo droga da Bolívia	1	(5,9)
Levando droga para Campo Grande	8	(47,1)
Não refere	2	(11,8)
Das que foram presas levando drogas à CG, onde se deu precisamente a prisão		
Lampião Aceso	3	(37,5)
ônibus que leva pacientes para tratamento de saúde em CG	1	(12,5)
Br 262	1	(12,5)
Miranda	1	(12,5)
Terenos	1	(12,5)
Posto Guaicuru	1	(12,5)
Se você não era de Corumbá, qual seu objetivo na vinda a cidade		
Morar	1	(5,9)
Consumir droga	3	(17,6)
Buscar droga	10	(58,8)
Não refere	3	(17,6)

Tabela 22

Características relativas a **furto, prostituição e reincidência** da população de internas do EPFCAJG, avaliada através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras n	(n= 17) %
Furtava		
Sim	4	(23,5)
Não	7	(41,2)

Não refere	6	(35,3)
Das que furtavam, por que o faziam		
Forma de manter o vício	3	(75,0)
Furtava na infância	1	(25,0)
Se prostituía		
Sim	11	(64,7)
Não	1	(5,9)
Não refere	5	(29,4)
Por que se prostituía		
Forma de manter o vício	8	(47,1)
Começou a se prostituir antes de se viciar	3	(17,6)
Não se prostituiu	1	(5,9)
Não refere	5	(29,4)
Reincidente		
Não	8	(47,1)
Sim	9	(52,9)

Tabela 23

Características relativas ao **uso de drogas** da população de internas do EPFCAJG, avaliada através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras n	(n= 17) %
Usuários de droga		
Sim	13	(76,5)
Não	4	(23,5)
1º contato com drogas		
De 8 a 10 anos	3	(17,6)
De 11 a 16 anos	8	(47,2)
Com 17 anos ou mais	3	(17,6)
Não refere	1	(5,9)
Nunca usou drogas ilícitas	2	(11,8)
Etilista		
Não	1	(5,9)
Sim	10	(58,8)
Não refere	6	(35,3)
Tabagista		
Não	2	(11,8)
Sim	7	(41,2)
Parou	1	(5,9)
Não refere	7	(41,2)

Tabela 24

Características relativas à **saúde mental, física e uso de medicação**, da população de internas do EPFCAJG, avaliada através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras n	(n= 17) %
--	------------------	--------------

Saúde mental		
Transtorno decorrente ao uso de drogas	12	(70,6)
Transtorno decorrente ao uso de drogas/depressão	1	(5,9)
Transtorno bipolar, com depressão severa	1	(5,9)
Não apresenta sinais e sintomas de doença psiquiátrica	3	(17,6)
Problemas de saúde física		
Sim	8	(47,1)
Não	0	0,0
Não refere	9	(52,9)
Saúde física		
Epilética em acompanhamento ambulatorial	1	(5,9)
Doença oftalmológica, com perda da visão	1	(5,9)
Informa prurido e taquicardia	2	(11,8)
Lúpus / dor nas juntas	1	(5,9)
Hipertensa	1	(5,9)
Informa ter um tumor na cabeça	1	(5,9)
Encontra-se em puerpério	1	(5,9)
Não refere	9	(52,9)
Medicação		
Uso de medicação para dormir	2	(11,8)
Uso de medicação para hipertensão	1	(5,9)
Não refere	14	(82,4)

Tabela 25

Características relativas ao **juízo e necessidade de tratamento psicológico** da população de internas do EPFCAJG, avaliada através de parecer psiquiátrico, 2013.

	Brasileiras	(n= 17)
	n	%
Juízo		
Semi-imputável	6	(35,3)
Imputável	11	(64,7)
Necessita de tratamento psicológico		
Sim	14	(82,4)
Não	3	(17,6)
Necessita de tratamento psicológico devido a:		
Uso de drogas	11	(64,7)
Epilepsia e Paranoia	1	(5,9)
Sofrimento na fase de infância e adolescência	1	(5,9)
Fragilidade encontrada nesta fase de sua vida	1	(5,9)
Não necessita de tratamento psicológico	3	(17,6)
Laudo Psicológico		
Necessita de tratamento para deixar de usar drogas	3	(17,6)
Necessita de tratamento em regime ambulatorial, devido à crise de abstinência	6	(35,3)

Necessita de tratamento devido aos transtornos mentais relacionado ao uso de drogas	2	(11,8)
Não apresenta sintomas de doença psiquiátrica, ligada ao consumo de drogas ilícitas, ou de outra natureza.	3	(17,6)
Necessita de tratamento devido a transtorno de personalidade, provavelmente motivado por sofrimento na fase de infância e adolescência	1	(5,9)
Necessita de acompanhamento terapêutico e social diante da fragilidade encontrada nesta fase de sua vida	1	(5,9)
